



INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA
CAMPUS SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

TATIANE FRÓES QUEIROZ

ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURSO TÉCNICO DE
ADMINISTRAÇÃO EM CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO
DA BAHIA

Salvador

2020

TATIANE FRÓES QUEIROZ

**ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURSO TÉCNICO DE
ADMINISTRAÇÃO EM CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO
DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Salvador do Instituto Federal da Bahia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Dr^a. Fabiana Zanelato Bertolde

Salvador

2020

Biblioteca Raul V. Seixas – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA - Salvador/BA.
Responsável pela catalogação na fonte: Samuel dos Santos Araújo - CRB 5/1426.

Q384a Queiroz, Tatiane Fróes.

Abordagem da educação ambiental no curso técnico de Administração em Centro de Educação Profissional do Estado da Bahia / Tatiane Fróes Queiroz. Salvador, 2020.

135 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Fabiana Zanelato Bertolde.

1. Educação profissional. 2. Educação ambiental. 3. Tema transversal. 4. Produto educacional. I. Bertolde, Fabiana Zanelato. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. III. Título.

CDU 2 ed. 37:658

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROFEPT- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**Abordagem da educação ambiental no curso técnico em administração do Centro
de Educação Profissional do Estado da Bahia**

Tatiane Frões Queiroz

Orientadora: Profa. Dra. Fabiana Zanelato Bertolde

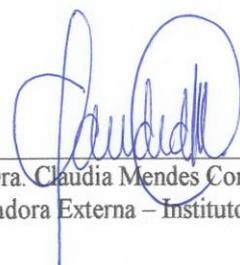
Banca examinadora:



Profa. Dra. Fabiana Zanelato Bertolde
Orientadora – Instituto Federal da Bahia (IFBA)



Prof. Dr. Francisco Vanderlei Ferreira da Costa
Examinador Interno - Instituto Federal da Bahia (IFBA)



Profa. Dra. Claudia Mendes Cordeiro
Examinadora Externa – Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora em 28/02/2020.

Dedico a minha mãe, irmãos e esposo por sempre acreditarem e apoiarem a minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido durante o processo de formação não foi fácil e só foi possível concluir esta etapa de minha vida acadêmica graças à ação positiva de diversas pessoas. Então, é preciso expressar a minha gratidão:

A minha orientadora, Profa. Dra. Fabiana Zanelato Bertolde. O compromisso que firmou comigo foi além das responsabilidades acadêmicas. Sem o seu incentivo e colaboração certamente não teria êxito. Não tenho como escrever a gratidão que trago em meu coração.

Aos professores do CEEP em Gestão Severino Vieira, curso de Administração, noturno, que tão gentilmente acolheram a proposta da pesquisa formando uma rede de colaboração e apoio. Agradecimento especial aos que participaram respondendo ao questionário e também os participantes do curso de extensão. A Profa. Juçara Santos pela colaboração na minha vida funcional e pelo incentivo e amparo da pesquisa em nossa unidade escolar. As coordenadoras pedagógicas Eleniza Soares e Kalypsa Brito que acataram com tanto entusiasmo nossa proposta da aplicação do produto educacional nas AC. A professora Elisete Abreu pela gentil doação do seu acervo de livros sobre a temática.

Os colegas do PROFEPT, turma 1 2017, pela união e colaboração durante as aulas. Aos professores do PROFEPT meu respeito e admiração.

Agradecimento especial pelo apoio, incentivo, contribuições e conselhos tão importantes para o andamento do estudo: Dra. Ana Paula Novaes Pires Koga (Paulinha), Dra. Maria Durvalina Cerqueira Santos e Ms. Patrícia Souza.

Aos colegas da Rede Municipal de Salvador: Gestão: Paulo Pereira, Alfredo e Claudia D'Esquivel. Companheiros de lutas diárias: Fernanda Eveliny, Rejane Modesto, Sabrina Nascimento e Danilo Cruz.

Registro especial para as companheiras do Mestrado: Ildevania Jesus Pereira, Wanessa Vasconcelos e Priscila Silva da Fonseca. Até os dias de lutas tornaram-se mais leves quando nos encontramos. Vencemos!

Gratidão, ao meu esposo, Gleydson Públio pelo apoio, companheirismo, amor, e pelo trabalho de diagramação do produto educacional e pelas belas fotografias nele contidas.

Agradeço a Deus e ao intermédio de Maria que passou a frente e aos anjos de luz...

Não nos educamos abstratamente, mas na atividade humana coletiva, mediada pelo mundo
(natureza), com sujeitos localizados histórica e espacialmente.

(Loureiro, 2013)

RESUMO

A Educação Ambiental (EA) é indicada como um componente essencial e permanente em todos os âmbitos da educação. Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sua abordagem deve ser de forma transversal e interdisciplinar. O objetivo do estudo foi analisar como se dá a prática da EA na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no curso de administração ofertado em uma unidade na rede estadual da Bahia. Para alcançar os objetivos propostos neste estudo o percurso metodológico adotado foi à realização de análises documentais para obtenção dos dados secundários e aplicação de questionários para os dados primários típicos de pesquisa quali-quantitativa. Como produto educacional foi organizado e executado o Curso de Extensão: Educação ambiental enquanto tema transversal na Educação Profissional e Tecnológica. Sua aplicação ocorreu diretamente à classe docente. Este curso tem relevância no sentido de fomentar práticas educativas, relacionando a EA na formação profissional.

Palavras-Chave: Educação Profissional. Educação Ambiental. Tema Transversal. Produto Educacional.

ABSTRACT

Environmental Education (EA) is indicated as an essential and permanent component in all areas of education. In Professional and Technological Education (EFA), your approach must be transversal and interdisciplinary. The aim of the study was to analyze how the practice of AE in professional and technological education (EPT) occurs in the administration course offered at a unit in the state network of Bahia. To achieve the objectives proposed in this study, the methodological path adopted was to carry out documentary analyzes to obtain primary data and to apply questionnaires for typical secondary data of qualitative and quantitative research. The dialectical historical materialism approach method. As an educational product, an Extension Course was organized and executed: Environmental education as a transversal theme in Professional and Technological Education. Its application occurred directly to the teaching class and is relevant in the sense of promoting educational practices, relating AE in professional.

Keywords: Professional Education. Environmental Education. Transversal Theme. Educational Product.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Tempo de Serviço dos docentes do curso técnico em Administração do CEEP em Gestão Severino Vieira.	50
Figura 2. Tipo de vínculo funcional dos docentes do curso técnico em administração do CEEP em Gestão Severino Vieira.	51
Figura 3. Carga Horária dos docentes do curso técnico em administração do CEEP em Gestão Severino Vieira.	53
Figura 4. Conhecimento dos docentes do curso técnico em administração do Ceep em Gestão Severino Vieira sobre educação ambiental.	54
Figura 5. Professores que desenvolvem atividade didática com o tema educação ambiental no CEEP em Gestão Severino Vieira.	55
Figura 6. Abordagem da EA como tema transversal pelos professores do CEEP em Gestão Severino Vieira.	57
Figura 7. Uso da perspectiva transversal no planejamento do professores do Ceep em Gestão Severino Vieira.	58
Figura 8. Leis e Programas EA.	58
Figura 9. Nível de conhecimento dos docentes do curso técnico em administração do Ceep em Gestão Severino Vieira sobre as leis e programas da EA.	59
Figura 10. Conhecimento dos docentes do curso técnico em administração do Ceep em Gestão Severino Viera sobre a inclusão da temática Educação Ambiental no PPP da escola.	60
Figura 11. Participação dos professores do curso técnico em Administração do CEEP em Gestão Severino Vieira em cursos vinculando EA e Educação Profissional.	61
Figura 12. Apresentação do curso para os participantes.	64
Figura 13. Participação dos professores durante o Módulo 1.	65
Figura 14. Fonte, PRONEA, 2004. Conferências Internacionais EA :a autora.	65
Figura 15. Legislação Ambiental Bahia.	67
Figura 16. Segundo encontro realizado no dia 29/06/19 na sala da Coordenação do CEEP em Gestão Severino Vieira.	68
Figura 17. Encontro 2 . Questionamento na tela constante no ProAESE,2015.	69
Figura 18. Encontro 3 – Educação ambiental como tema transversal.	71
Figura 19. Conceitos transversal e transversalidade.	72
Figura 20 Encontro 3 Educação ambiental como tema transversal.	73
Figura 21 Registro da presença da Diretora, Juçara Santos, dos participantes do curso de	

extensão e professores ouvintes.....	77
Figura 22. Registro dos professores que participaram do curso de extensão	77
Figura 23. Registro da presença das Coordenadoras pedagógicas junto com os participantes do curso.	77
Figura 24. Avaliação do curso de extensão pelos professores do Ceep em Gestão Severino Vieira	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Ementa da disciplina Gestão e Impactos socioambientais.....	47
Tabela 2. Formação acadêmica dos docentes do curso técnico em Administração do CEEP em Gestão Severino Vieira	49
Tabela 3. Formação em Nível de Pós-Graduação dos docentes do curso técnico em Administração do CEEP em Gestão Severino Vieira	51
Tabela 4. Uso da temática Educação Ambiental nos planejamentos dos docentes do CEEP em gestão Severino Vieira	55
Tabela 5. Motivos pelas quais os docentes do CEEP Em Gestão Severino Vieira não desenvolvem temática ambiental em suas aulas e planejamentos	56
Tabela 6. Capacitação docente relacionando EA à Educação Profissional.	61
Tabela 7. Trajetória histórica da EA no Brasil.....	66
Tabela 8. Motivos elencados pelos professores para indicar o curso para outros professores da educação Profissional	79
Tabela 9. Respostas dos professores sobre a contribuição da Educação Ambiental na formação de cidadãos críticos e responsáveis ambientalmente.....	80
Tabela 10. Respostas dos professores sobre a contribuição da Educação Ambiental na prática pedagógica.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Atividades Complementares

CEEP – Centro Estadual e Educação Profissional

CNTC – Catalago Nacional de Cursos Técnicos

EA – Educação Ambiental

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IFBA – Instituto Federal da Bahia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

PC – Plano de Curso

PCNS – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PPP – Projeto Político Pedagógico

ProEASE – Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

SEC – Secretaria de Educação do Estado da Bahia

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TEASS – Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

Sumário

1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	22
2.1.1 Educação Ambiental na Bahia	26
2.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO TEMA TRANSVERSAL	27
2.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	29
2.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	34
3 METODOLOGIA.....	38
4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÃO).....	41
4.1 A Educação Ambiental nos documentos oficiais da escola	41
4.1.1 Projeto Político Pedagógico da Unidade escolar	41
4.1.2 Plano de Curso técnico em administração	45
4.1.3 Ementa da Disciplina Gestão e Impactos Socioambientais	47
4.2 Perfil profissional dos educadores atuantes no Curso	49
4.3 Percepção dos Educadores do curso quanto à Educação Ambiental	53
5 PRODUTO EDUCACIONAL: Curso de Extensão - Educação Ambiental enquanto tema transversal na Educação Profissional.....	62
5.1. Módulo 1- Trajetória histórica e inserção legal da Educação Ambiental no Brasil	64
5.2- Módulo 2 - Educação Ambiental: princípios sociais, econômicos e éticos na relação sociedade/natureza.....	67
5.3 Módulo 3- Educação Ambiental como tema transversal.....	71
5.4 Módulo 4 - Práticas de Educação Ambiental na Educação Profissional.	74
5.5 Avaliação e contribuições sobre o curso de extensão	78
6. CONCLUSÕES (CONSIDERAÇÕES FINAIS)	82
7. REFERÊNCIAS	86
APÊNDICE A -TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO.....	91
APÊNDICE B -TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS.....	93
APÊNDICE C -QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS.....	94
APÊNDICE D -FORMULÁRIO AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	98
APÊNDICE E -AUTORIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR	100
APÊNCICE F -PRODUTO EDUCACIONAL.....	101

1 INTRODUÇÃO

A problemática ambiental não pode ser considerada como fato isolado. As causas dos problemas socioambientais são expressões dos modos de apropriação e uso dos recursos naturais. Seu entendimento deve partir da dinamicidade existente na sociedade capitalista que conecta diretamente a questão ambiental às relações sociais capitalistas (ZACARIAS, 2009).

Com isso, entender tal problemática pressupõe uma compreensão diante das relações sociedade e natureza, historicamente, constituídas, não podendo ser dissociadas. Diante de tal situação, percebe-se a necessidade de se repensar as práticas humanas frente à natureza, já que a mesma nesse jogo dialético vem sendo depreciada ao longo do processo histórico.

As inquietações humanas acerca da crise ambiental vieram à tona, em nível mundial, com a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, realizada Estocolmo na Suécia, em 1972. Outro marco importante, no que tange as discussões da temática, ocorreu no Brasil em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio-92, que proporcionou a elaboração do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS).

Neste tratado a educação ambiental (EA) é vista como um processo de aprendizagem que (i) deve ser permanente, (ii) respeite todas as formas de vida e (iii) considere os valores e as ações que colaborem para a transformação humana e social, e para a preservação ecológica. Para tal, preconiza a responsabilidade individual e coletiva em diferentes escalas. Além disso, a EA deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seu modo formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade a partir da relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar. Portanto, neste documento, a EA é pensada como instrumento de transformação social e de possibilidade de analisar os problemas ambientais com um caráter crítico e emancipatório (TEASS, 1992).

Segundo Lamosa (2017) foi a partir destes fóruns internacionais que emergiram mundialmente os movimentos ambientalistas, e que deu origem às primeiras formas de proposta pedagógica intitulada como EA. De acordo com o autor, o uso do termo Educação Ambiental foi iniciativa dos ambientalistas, sendo, posteriormente, inserida na conjuntura das escolas. O autor esclarece que as primeiras tendências de estudo em EA podem ser elencadas em: conservacionista, que sustenta a intocabilidade da natureza e a dicotomia homem-natureza; e socioambiental, que tem como indissociável a relação homem - natureza, perspectiva também denominada de educação ambiental crítica e que predomina nos estudos

da temática.

Desde o seu princípio, a EA é pensada como instrumento de transformação social e de análise dos problemas ambientais com um caráter crítico e emancipatório. A EA crítica tem forte influência dos princípios da pedagogia freiriana, que compreende “educação e conhecimento como uma construção social dialógica e coletiva, que persegue o pensamento crítico, a formação de sujeitos emancipados e a transformação da realidade sociocultural e política” (LIMA, 2009, p.12). De acordo Lima (2009), por sua natureza democrática, participativa e inclusiva, tais práticas possibilitam cultivar o diálogo interno ao ambiente pedagógico, correlacionando com a vida comunitária, e sua dimensão socioambiental.

No Brasil, a EA tem avançado no sentido de criar mecanismos para a implementação de práticas pedagógicas condizentes com a necessidade de repensar o atual modelo de consumo e produção ao qual estamos inseridos. Dentre estes mecanismos tem-se: A Política Nacional de Educação Ambiental criada através da lei 9.795/99, na qual, a educação ambiental aparece como tema transversal a ser trabalhado na educação profissional; o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), criado em 2004, que traz a abordagem da educação ambiental como sendo transversal e interdisciplinar no que se refere aos conteúdos educacionais; e a resolução nº 2 de 15 de junho de 2012, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, e traz a aplicação de conceitos e de características pedagógicas para temáticas a serem efetivadas nos diferentes níveis de ensino.

Na Bahia foram criados o Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional (ProEASE), no ano de 2010, em consonância com o ProNEA, e a Política Estadual de Educação Ambiental, Lei 12.056/2011. O ProEASE evidencia o caráter transversal da EA ao apresentar como uma de suas diretrizes gerais a utilização de “estratégias pedagógicas contextualizadas que favoreçam processos inter, multi, e transdisciplinar e transversais no conhecimento das inter-relações ambientais” (BAHIA, 2015, p.41). Além disso, orienta que a Educação Ambiental seja inserida como um eixo estruturante no Projeto Político das escolas, tornando parte do currículo de maneira permanente e continuada. Ao passo que a Política Estadual de Educação Ambiental em seus princípios preconiza a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; reflexão crítica sobre a relação entre indivíduos, sociedade e ambiente; pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da multi, inter e transdisciplinaridade e transinstitucionalidade (BAHIA, 2011). Tais ações da secretaria de educação da Bahia visam fortalecer a EA nos sistemas de ensino. Ademais, apontam diretrizes para que os profissionais que atuam em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive a educação profissional, possam incorporar a EA em suas práticas pedagógicas com

o intuito de “orientar a práxis educativa ambiental das escolas no sentido da sustentabilidade” (BAHIA, 2015, p.42).

A política para a Educação Profissional, vigente no estado da Bahia, foi implantada após o Decreto Federal 5.154/04, que regula a educação profissional de nível médio no Brasil. Enquanto política pública prioritária no Estado, é viabilizada pelo Plano de Educação Profissional da Bahia, implementado a partir de 2008. Um dos pilares deste Plano é o trabalho como princípio educativo, levando em conta as situações concretas de trabalho, o intervir socialmente e a construção de conhecimentos como princípios pedagógicos.

A Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica da Bahia é composta atualmente por 33 Centros Territoriais de Educação Profissional, 38 Centros Estaduais de Educação Profissional, 22 anexos de Centros de Educação Profissional e 92 unidades escolares de Ensino Médio que também ofertam cursos de Educação Profissional e Tecnológica. Encontra-se presente em 121 municípios dos 27 Territórios de Identidade (BAHIA, 2018). A partir de 2013, tornou-se a segunda maior rede estadual do país, ficando atrás do Estado de São Paulo (INEP, 2013).

Neste estudo foi realizada a análise de como se dá a prática da EA na educação profissional e tecnológica (EPT) no curso de administração ofertado em uma unidade na rede estadual da Bahia. A EPT como política pública em seus princípios e diretrizes, está vinculada ao desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, portanto, passível de abordar no âmbito da escola práticas que possam efetivar o papel da EA enquanto prática integrada, contínua e permanente.

A EA como prática pedagógica a ser desenvolvida dentro dos cursos técnicos, deve apresentar abordagem socioambiental contrária ao que se prega no contexto hegemônico do capital. Nesse contexto verificam-se práticas que legitimam a espoliação de recursos naturais, com projetos e discursos ligados ao meio empresarial que introduzem no ambiente escolar a ideia de sustentabilidade nos moldes do capital. Assim sendo, há uma necessidade de pensar acerca da EA e como a mesma pode contribuir para a formação omnilateral, “no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica” (CIAVATTA, 2005, p. 86). Tal formação se refere a uma formação humana tendo em vista a autonomia e emancipação dos sujeitos trabalhadores na educação profissional com vistas à consciência crítica e emancipatória. (MOURA, 2014.).

Essa perspectiva de formação humana tem estreita relação com a educação ambiental, uma vez que a construção de alternativas para o meio ambiente a sua sustentabilidade passa por compreender os problemas, as crises e os potenciais de uma sociedade a partir de uma

reflexão crítica (PAULA, 2016, p.32).

Dessa maneira espera-se que o presente estudo possibilite reflexão acerca do processo de formação profissional, no sentido de verificar se tem acontecido com intuito de buscar uma sociedade mais crítica diante da crise ambiental instaurada e de formar trabalhadores numa concepção emancipatória, que seja promotora de transformação social.

Os princípios e diretrizes para a EPT da rede estadual da Bahia trazem a possibilidade de formação integral do sujeito como seu objetivo principal. Enquanto política pública direciona seus princípios para o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental, tendo como categoria base o território de identidade. O território refere-se ao agrupamento identitário municipal, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos. É reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (Decreto 12354/10).

A territorialidade, enquanto síntese integradora entre o natural e o humano, localizada histórica e espacialmente, tem grande importância para a ação educativa, pois permite a compreensão e a transformação de relações sociais que são exercidas a partir de um determinado modo de produção e reprodução sociais estabelecido em um espaço definido (LAUREIRO, 2003).

Nesse sentido, a motivação para esse estudo advém da inquietação diante da complexa crise ambiental e seu reflexo para a classe trabalhadora. Além disso, o interesse pelo objeto de pesquisa perpassa pela atuação profissional enquanto docente da rede estadual, na modalidade Educação Profissional.

Com isso, foi proposto um estudo nesta modalidade de ensino, especificamente no curso técnico em Administração do Centro de Educação Profissional da rede estadual da Bahia, na cidade de Salvador, para analisar as concepções contidas nos documentos oficiais acerca da EA enquanto tema transversal e sua relação com a EPT. Este estudo poderá contribuir com a consolidação de práticas pedagógicas que proporcionem a reflexão sobre o modo de produção e as consequências socioambientais, propiciando ao estudante uma formação integral capaz de potencializar práticas ambientais socialmente transformadoras.

Uma vez que

O acesso e a apropriação das informações, dos saberes, das experiências e dos conhecimentos relacionados ao campo da educação ambiental e das áreas afins são fundamentais para a compreensão crítica dos problemas socioambientais e da atual crise ambiental em suas múltiplas dimensões: econômica, histórica, biológica, social, política, ideológica, cultural,

subjetiva e em suas conexões territoriais, geográficas e geopolíticas (MOLON, 2003, p.163).

Segundo Tolares (2013), a ação dos professores é imperativa para o processo de inserção da EA no âmbito escolar, visto que sua prática profissional estabelece constantes posições e enfrentamentos de forças e de poder, que reproduzem as mesmas características da dinâmica social.

A escola pode servir como base para a reprodução do capital, na medida em que concentra a formação do trabalhador nos moldes neoliberal voltado para o mercado de trabalho, deixando de formar de maneira crítica e emancipatória.

É evidente que as velhas formas de reprodução da sociedade de classes ainda vigoram na educação profissional, contribuindo assim para a permanência da dual formação para o trabalho e a formação propedêutica.

A discussão acerca da problemática socioambiental não deve limitar-se a uma abordagem que não leve em consideração a forma como é estruturada a sociedade capitalista, sua produção e sua responsabilidade na crise socioambiental vigente.

Diante de tais afirmações é possível questionar: Como a educação ambiental vem sendo trabalhada no curso técnico de administração na rede estadual da Bahia? A percepção é de uma visão que emancipe os trabalhadores ou legitima o modo vigente de reprodução do modelo de produção? Existe um alinhamento das práticas pedagógicas dos professores que trabalham a temática?

A construção de caminhos para o debate das questões socioambientais na EPT da rede estadual pode ser relevante na medida em que, ao levantar questionamentos e proposições forneça subsídios para a reflexão no contexto socioambiental. Com isso, mobilize os sujeitos envolvidos no processo ensino e aprendizagem numa perspectiva de transformação na realidade da vida dos trabalhadores.

O objetivo geral foi investigar a abordagem da Educação Ambiental no curso técnico em administração do Centro Estadual de Educação Profissional em Gestão Severino Vieira.

Os objetivos específicos:

- Caracterizar a Educação Profissional na rede Estadual da Bahia;
- Contextualizar a Educação Ambiental como tema transversal na Educação Básica e na EPT;
- Analisar as concepções contidas nos documentos oficiais, do curso técnico em administração, acerca da EA enquanto tema transversal e sua relação com a EPT;

- Compreender a percepção de docentes do curso técnico de Administração no Centro de Educação Profissional da rede estadual em Salvador, no que tange as questões ambientais.
- Organizar e realizar curso de extensão de Educação Ambiental, como produto educacional, tendo como público alvo docentes da unidade escolar;

A pesquisa está inserida na área de concentração de Ensino, especificamente, na Educação Profissional e Tecnológica que envolve os processos educativos, formais e não formais ligados ao mundo do trabalho e à produção de conhecimento no ponto de vista interdisciplinar, com o intuito de associar os campos do Trabalho, da Ciência, da Cultura e da Tecnologia (PROFEPT, 2016). Está vinculada a linha de pesquisa Práticas educativas em EPT, que:

Trata dos fundamentos das práticas educativas e do desenvolvimento curricular na Educação Profissional e Tecnológica, em suas diversas formas de oferta, a partir de uma abordagem inclusiva, interdisciplinar, em espaços formais e não formais, em conformidade com a perspectiva do trabalho como princípio educativo e do currículo integrado (PROFEPT, 2016).

O estudo desenvolvido está diretamente relacionado à prática educativa e ao currículo na EPT, considerando a abordagem inclusiva e interdisciplinar, ao analisar a temática Educação Ambiental em um curso técnico. Essa análise incluiu a percepção dos docentes, bem como, a observação de ementas do currículo, e sua correlação com as práticas e os temas ambientais nele contido. Coadunando com as orientações contidas na portaria SEC nº 1.128, de 28 de janeiro de 2010 que estabelecem a inserção nos Projetos Políticos Pedagógicos, de estudos transversais, entre eles a educação ambiental, e a lei Federal nº 9795/99, que apresenta a educação ambiental com um componente essencial e permanente, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo de ensino.

O estudo foi organizado seguindo as seguintes seções: referencial teórico, metodologia, análise dos dados, produto educacional e resultados e discussão. O referencial teórico buscou traçar um percurso histórico da educação ambiental no mundo e no Brasil. Em seguida a educação ambiental enquanto tema transversal, o conceito e a inserção no Brasil dos temas transversais. Foi traçado o histórico sobre a educação profissional no Brasil e a relação entre a Educação Ambiental e a educação profissional e tecnológica.

A metodologia versa sobre o desenho delineado pela pesquisa ao longo do planejamento e execução os métodos utilizados para coleta de dados e o método de apreensão da realidade estudada. No capítulo seguinte, está disposta toda a análise proveniente dos documentos oficiais, Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, Plano do Curso, ementa da

disciplina, tabulação dos dados e contribuições dos participantes da pesquisa levantados através de questionário aplicado. Posteriormente, inicia o capítulo referente ao produto educacional. O produto resultante do estudo foi o curso de extensão intitulado: A educação Ambiental enquanto tema transversal na educação profissional. O curso foi realizado em quatro encontros, no CEEP em Gestão Severino Vieira com um público de 10 inscritos. Neste capítulo encontra-se toda a descrição do curso, bem como, a avaliação do mesmo pelos participantes.

Nas considerações finais é reafirmada a necessidade de fomentar práticas educativas, relacionando a EA na formação profissional sob o prisma do trabalho como princípio educativo e da formação integral dos sujeitos. Isto possibilitaria reflexões acerca da problemática ambiental e seus desdobramentos para a sociedade, propiciando a formação de sujeitos atuantes, críticos e emancipados intelectualmente para uma melhor atuação e contribuição ao intervir socialmente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As discussões acerca da problemática ambiental ganharam força no período que sucedeu a II Guerra Mundial, conforme afirma Araújo (2009, p. 23), “a partir desse fato histórico que marcou a primeira metade do século XX, a questão ambiental passou a se estabelecer nos discursos dos movimentos ambientalistas e na sociedade civil como um todo”.

Um acontecimento que contribuiu para fomentar o movimento ambientalista mundial foi à publicação do livro de Rachel Carson, 1962, intitulado Primavera Silenciosa. Também nesse sentido, em 1968, resultado de reunião entre especialistas de distintas áreas, surgiu o Clube de Roma, cujas discussões perpassavam pela preocupação com a crise ambiental vigente e com o futuro da humanidade.

Considerado como um marco político mundial, a conferência de Estocolmo, realizada na Suécia 1972, fomentou o surgimento de políticas, objetivando a gestão ambiental. Como resultado desta conferência foi publicada a Declaração Sobre o Ambiente Humano, que de acordo com Dias:

A Declaração sobre o Ambiente Humano estabeleceu o Plano de Ação Mundial com o objetivo de inspirar e orientar a humanidade para a preservação e melhoria do ambiente humano. Reconheceu o desenvolvimento da Educação Ambiental como elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo, e enfatizou a urgência da necessidade do homem reordenar suas prioridades (DIAS, 1994, p. 21).

A partir do reconhecimento da importância da Educação Ambiental (EA) como sendo um instrumento para levar ao conhecimento de um público mais amplo a necessidade de discutir a crise ambiental, houve a recomendação para que professores pudessem, após serem treinados, desenvolver recursos e métodos que viabilizassem tal proposta.

O Encontro de Belgrado (1975), promovido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação a Ciência e a Cultura), foi responsável por formular os princípios e as diretrizes de orientação para a EA em um programa internacional. Resultante do encontro, a Carta de Belgrado preconizava a necessidade de uma ética global, que promovesse formas de desenvolvimento que fosse benéfico para toda a humanidade (DIAS, 1994). Ainda na década de 70, foi realizada a Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental, em Tbilisi. Esta conferência representou um marco histórico, pois deixou como legado os princípios norteadores para a EA. No entanto, o Brasil não participou desta conferência, sendo usado

como justificativa que:

Nosso país não mantinha relações diplomáticas com o bloco soviético, o que impediu a participação. E, mesmo depois do evento, vários anos se passaram até que os brasileiros tivessem acesso aos documentos de 1977, inicialmente através de alguns títulos no mercado editorial. A partir de 1997, as quarenta e uma recomendações de Tbilisi foram colocadas à disposição de dois modos: na Internet, dentro da "home page " do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; ou através de um livro publicado pelo IBAMA (MEC, 1998, p.30).

Apesar da não participação oficial do País, logo após a Conferência algumas ações envolvendo as questões ambientais foram sendo elaboradas: a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) - 1973; a realização do primeiro encontro nacional sobre proteção e melhoria do Meio Ambiente - 1975; e a produção do primeiro documento oficial do governo brasileiro sobre o tema, uma parceria entre SEMA e Ministério do Interior, intitulado: Educação Ambiental. Neste documento há em “destaque em uma das seções, as principais características da Educação Ambiental sob a ótica de Tbilisi: Processo dinâmico integrativo, Transformadora, Participativa, Abrangente, Globalizadora, Permanente” (BRASÍLIA, 1998 p.32).

A partir disso algumas ações referentes à EA começaram a ser desenvolvidas nos anos 80. Esta década foi marcada por dificuldades na consolidação de uma política de EA no Brasil, e pelo agravamento da crise econômica mundial e dos problemas ambientais (ARAÚJO, 2009). O início tardio das discussões referentes à EA no Brasil tem sido atribuído à falta de convergência entre os interesses econômicos e políticos característicos desse período, e o interesse da coletividade, não ocorrendo efetiva participação da população (NICOLLINI, 2016).

Contudo, o que se tem hoje, em termos legais, foi originário da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6938/81), que objetivava a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições de desenvolvimento socioeconômico aos interesses de segurança nacional e à proteção a dignidade da vida humana (BRASIL, 1981). Em seus princípios, a EA aparece destinada à todos os níveis de ensino, incluindo a comunidade, com vistas à capacitação para participação na defesa do Meio Ambiente.

No artigo 225 do capítulo VI da Constituição Brasileira de 1988, que versa sobre o Meio Ambiente, a EA é citada e indicada para ser promovida em todos os níveis de ensino juntamente com a conscientização pública para a preservação do meio ambiente conforme transcrito abaixo:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de

uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

VI - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

Segundo Araújo (2009), a inclusão da EA na Constituição Brasileira de 1988 foi de grande relevância, pois ao ser utilizada pelos Estados e Municípios como referência para suas próprias constituições, subsidiou a implementação da EA nos sistemas de ensino, abrangendo as esferas do governo federal, estadual e municipal.

Já a década de 1990 foi de grande avanço no que se refere aos estudos e políticas voltados para implementação de propostas que viabilizassem uma política para a EA. Em 1991 foi realizado o II Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, em São Paulo, de acordo com publicação da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA). A realização desse evento permitiu ampliar a socialização das informações sobre a EA e consolidar um espaço para a troca de experiências e afetividades.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92) foi outro marco para a EA. Nesse evento ocorreu a elaboração do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS). Nesse tratado a EA é tida como um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida, valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. A EA instigaria a formação de sociedades mais justas e equilibradas socialmente e ecologicamente, conservando entre si relação de interdependência e diversidade. Também evidencia a necessidade de responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário. Ademais a EA deve ser abordada considerando o seu dinamismo o que requer permanente construção com vistas a difundir valores baseados na transformação social.

Ainda como produto decorrente da Rio-92, tem-se a Carta Brasileira para Educação Ambiental, que foi elaborada com a participação do MEC. Nesse documento, a EA é reconhecida como um importante instrumento para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência do Planeta e, conseqüentemente, de melhoria da qualidade de vida humana. Na Carta se reconhece a vagarosidade da produção de conhecimentos, a falta de empenho do “Poder Público no cumprimento e complementação da legislação em relação às políticas específicas de educação ambiental, em todos os níveis de ensino, consolidando um modelo educacional que não responde às reais necessidades do país” (ProNEA, 2005, p. 26).

Em 1994 foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA¹), e sua aprovação se deu através da exposição de Motivos Interministerial Nº 002/94, envolvendo estudos realizados pelos Ministérios do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, com suporte do IBAMA e do MEC, com posterior submissão ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e da Cultura. A participação dos Ministérios é fundamentada na justificativa de que as ações que envolvam a EA passam pela contemplação da diversidade cultural do País, e a importância de aliar o uso das tecnologias compatíveis com a sustentabilidade dos recursos naturais (BRASÍLIA, 1998).

Os três componentes preconizados pelo programa são: (i) capacitação de gestores e educadores; (ii) desenvolvimento de ações educativas; e (iii) desenvolvimento de instrumentos e metodologias. Neste programa foram contempladas sete linhas de ação, dentre as quais destaca-se a EA por meio do ensino formal (PRONEA, 1994).

No ano de 1999 foi implantada a Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), vinculada à Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente. E em Abril do mesmo ano, ocorreu a elaboração da Lei Federal 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA/1999), regulamentada através do decreto 4.281/2002. Abaixo, aparece o conceito de EA segundo a Lei e sua importância na educação em caráter permanente e em articulação, nos diferentes níveis de ensino:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

De acordo com Orsi e Guerra (2017) a PNEA é uma proposta programática de promoção da EA em todos os setores da sociedade. Difere-se de outras Leis, por não estabelecer regras ou sanções, mas instituir responsabilidades e obrigações. Ainda segundo os autores, a regulamentação da PNEA, via Decreto 4.281 em 25 de junho de 2002, proporcionou o reconhecimento da EA como um “componente urgente, essencial e permanente em todo processo educativo, formal e/ou não formal” (Orsi e Guerra, 2017, p. 28).

Advindo de consulta pública realizada nos meses de setembro e de outubro de 2004, o Órgão Gestor da PNEA publicou, em 2005, versão revisada do ProNEA. Essa versão consolida o princípio participativo do programa com vistas a sua apropriação pela sociedade.

¹ De acordo com a 3ª edição do Programa Nacional de educação ambiental, a sigla PRONEA refere-se ao programa instituído em 1994, enquanto a sigla ProNEA ao programa instituído em 1999.

Um dos objetivos apresentados no referido programa é o de fomentar a transversalidade por meio da internalização e difusão da dimensão ambiental nos projetos, governamentais e não-governamentais, de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida. E entre o público alvo, aparece dentre outros, professores de todos os níveis e modalidades de ensino.

Considerando-se a EA como um dos instrumentos fundamentais da gestão ambiental, o ProNEA desempenha um importante papel na orientação de agentes públicos e privados para a reflexão, a construção e a implementação de políticas públicas que possibilitem solucionar questões estruturais, almejando a sustentabilidade socioambiental (ProNEA, 2005). É relevante destacar que, de acordo com análise de Luca et al. (2016) no ProNEA a palavra ‘sustentabilidade’ vem acompanhada de socioambiental. Dessa forma, busca dar sentido de historicidade com a chamada ‘causa ambiental’.

Segundo Andrade (2013) o ProNEA, em sua essência, pondera no sentido de que nos processos de EA, a pluralidade social local recorrente no país deve ser expressa. Para isso a EA deve ser calcada na construção de espaços que propicie a participação dialógica da sociedade.

Em se tratando das instituições de ensino é preconizado o incentivo à inclusão da dimensão ambiental nos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino, bem como, o estabelecimento de uma reestruturação da educação em direção à sustentabilidade, incluindo inclusive a construção de novos currículos, nos quatro níveis de ensino, que contemplem a temática ambiental e estejam em sintonia com o ProNEA e com os Programas Estaduais de Educação Ambiental. Vale salientar o direcionamento para promover a importância, no ambiente escolar, da integração entre as diversas disciplinas (ProNEA, 2005).

2.1.1 Educação Ambiental na Bahia

Na Bahia os marcos legais para a EA são o (i) Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional (ProEASE), que foi criado no ano de 2010, em consonância com o ProNEA, e a (ii) Política Estadual de Educação Ambiental, Lei 12.056/2011. O ProEASE ratifica o caráter transversal da EA ao apresentar como uma de suas diretrizes gerais a utilização de “estratégias pedagógicas contextualizadas que favoreçam processos inter, multi, e transdisciplinar e transversais no conhecimento das inter-relações ambientais” (BAHIA, 2015, p.41). Traz a orientação para que a Educação Ambiental seja implantada como um eixo estruturante no Projeto Político das escolas, compondo o currículo de maneira permanente e

continuada. Ao passo que a Política Estadual de Educação Ambiental em seus princípios preconiza a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; reflexão crítica sobre a relação entre indivíduos, sociedade e ambiente; pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da multi, inter e transdisciplinaridade e transinstitucionalidade (BAHIA, 2011). A transinstitucionalidade pode ser observada na atuação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), que objetiva promover a transversalização da EA entre as secretarias do Estado. Esta comissão teve desempenho importante na elaboração da Política Estadual de Educação Ambiental.

Portanto, as diretrizes oficiais referentes a EA no estado são o ProEASE e Lei 12.056/2011 que dão o subsídio necessário para que os profissionais que atuam em todos os níveis e modalidades de ensino, incluindo a educação profissional, possam utilizar a EA em seus planejamentos e em suas práticas pedagógicas com o intuito de “orientar a práxis educativa ambiental das escolas no sentido da sustentabilidade” (BAHIA, 2015, p.42).

2.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO TEMA TRANSVERSAL

Os Temas Transversais são definidos como: “um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda a escolaridade obrigatória” (PCNs, 1997, p.45). A transversalidade ocorre no sentido da integração das áreas com vistas ao “compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores” (PCNs, 1997, p.42).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica a “transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas” (BRASIL, 2013, p.29).

A EA é proposta como um tema transversal a partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1997. Nesse documento, de acordo com o MEC, ao inserir a proposta transversal, o objetivo não foi criar novas áreas, mais sim que os temas transversais precisariam ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola. É essa forma de organizar o trabalho didático que recebeu o nome de transversalidade.

Os referidos temas corresponderiam a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas, na vida cotidiana (MEC, 2007).

O texto de apresentação da EA como tema transversal, no documento oficial dos PNCs, exemplifica a necessidade de desenvolvê-la de forma contínua e integrada, uma vez que seu estudo inclui conhecimentos relativos a diferentes áreas do saber. Tal fato fez com que houvesse a “necessidade de integrá-la no currículo por meio do que se chama de transversalidade: interagindo com as áreas convencionais” (PCNs, 2007, p.25), fazendo-se presente em todas elas, relacionando-a as questões atuais. Analisando a conjuntura na qual as propostas e implantações dos PCNs e temas transversais foram lançadas, Santos e Andrioli afirmam:

Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) são ambíguos (possuem 2 visões contraditórias), pois se, por um lado, aparece uma preocupação com as questões sociais, com a presença dos temas transversais como proposta pedagógica e a participação de intelectuais progressistas, por outro, há todo um caráter de adequação ao sistema de qualidade total e a retirada do Estado. É importante recordar que os PCNs surgiram já no início do 1º mandato de FHC, quando foi reunido um grupo de intelectuais da Espanha, Chile, Argentina, Bolívia e outros países que já haviam realizado suas reformas neoliberais, para iniciar esse processo no Brasil. A parte considerada progressista não funciona, já que a proposta não vem acompanhada de políticas que assegurem sua efetiva implantação, ficando na dependência das instâncias da sociedade civil e dos próprios professores (2005, p.10).

De acordo com os mesmos autores, conseqüente da situação política citada acima, essas alterações chegaram às escolas e foram adotadas sem ampla discussão que permitisse contraposições, e que recaem como conseqüências da atuação do neoliberalismo na educação. Neste mesmo sentido, Souza (2005) indaga que,

As proposições oriundas da influência do discurso neoliberal com relação às concepções contemporâneas de educação, suas práticas e representações, distanciam cada vez mais a educação de uma perspectiva emancipatória, na medida em que preconizam a adaptabilidade e a conformação dos indivíduos diante da sociedade excludente e desigual (2005, p.08).

De acordo com Tommasiello et al. (2015) a falta de adesão dos professores e de recursos para a sua implantação inviabilizou na prática os PCNs e os temas transversais, que teve pouca assimilação nas escolas brasileiras, passando à margem das salas de aula. Os autores ainda esclarecem que, segundo as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 2012, a EA é um dos “componentes curriculares” que hoje, legalmente, devem ser trabalhados nesse nível de ensino pela transversalidade. Dessa maneira ao invés do termo “Meio Ambiente”, conforme ocorre nos PCNs do Ensino Fundamental, no Ensino médio temos como tema transversal a “Educação Ambiental” (TOMMASIELLO et al., 2015).

Loureiro (2002) aponta que uma das graves falhas dos processos educativos

denominados “temáticos” ou “transversais”, incluindo a EA, é a falta de esclarecimento sobre o que significa a dimensão política em educação. Exemplifica, afirmando que a atuação na educação de maneira instrumental e acrítica, legitima a forma reinante do liberalismo hegemônico.

O referido autor esclarece o seu ponto de vista sobre o que significa “político” em educação. As dimensões por ele consideradas são:

a) Conhecimento transmitido e assimilado e os aspectos técnicos desenvolvidos são inerentes de um contexto social político desenvolvido. Dessa maneira, a produção é resultante das exigências e contradições, e domínio do conhecimento técnico-científico dá ao indivíduo maior consciência de si e potencialidade de intervir no ambiente.

b) As relações estabelecidas em cada campo educativo, formal ou não, são espaços pedagógicos de cidadania.

Esse entendimento político da educação só é possível ser legitimado levando em conta os processos dinâmicos de construção e transformação ao longo do tempo histórico. Perceber as relações contraditórias estabelecidas na educação profissional na dimensão espaço-tempo faz parte dessa compreensão política da educação.

2.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

O traçado histórico da educação profissional no Brasil é marcado pela dualidade envolvendo a educação básica e a educação profissional. Essa visão dual fica evidente historicamente, desde a Colônia, pela reprodução das relações de desigualdade entre as classes sociais, na fragmentação entre a educação geral, voltada para a preparação para os estudos superiores, e a preparação imediata para o mercado de trabalho, condizentes com as exigências produtivas (CIAVATTA e RAMOS, 2011).

Segundo Moura (2007), até o século XIX não é possível encontrar registros relacionados a ações que possam ser consideradas como pertencentes, ao que na atualidade, possa ser identificado como área da educação profissional. Até esse período prevalecia à educação propedêutica voltada para a elite, e que contribuía para a reprodução das classes sociais já que a formação era restrita aos futuros dirigentes, aos demais era negado o acesso. “Os primeiros indícios do que hoje se pode caracterizar como as origens da educação profissional surgem a partir do século XIX, mais precisamente em 1809, com a promulgação de um Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI , criando o Colégio das Fábricas”

(MOURA, 2007, p.05).

Na década seguinte, em 1816, ocorreu a criação da Escola de Belas Artes, com o propósito de articular o ensino das ciências e do desenho para os ofícios mecânicos. Em 1861, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, via Decreto real, e objetivava diplomar pessoas para ocupar cargos públicos. Na década de 40, do mesmo século, ocorreu a Construção das “Casas de Educandos e Artífices” em capitais de província, começando por Belém no Pará, com o intuito de atender os menores abandonados, no ensejo de diminuir a criminalidade e a vagabundagem. E em 1854, foram criados os Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, onde os mesmos aprendiam as primeiras letras, para serem posteriormente, encaminhados às oficinas públicas e particulares, através de contratos fiscalizados pelo Juizado de Órfãos. (PARECER CNE/CEB Nº 16/99).

As primeiras iniciativas no tocante da educação profissional, de acordo com Moura, (2007), tinham caráter eminentemente assistencialista com o objetivo de atender as demandas dos socialmente excluídos para evitar situações contrárias à ordem e aos bons costumes. Assim sendo,

A concepção de educação profissional no Brasil, país que se constituiu como uma colônia de exploração, adotou o regime de trabalho escravo, primando pela desvalorização do trabalho braçal, prático e técnico. Considerando aqui a etimologia da palavra educação, *educare*, cuidar, alimentar, a educação profissional possui todo um caráter assistencialista que marca todo o seu processo histórico, destinada a “amparar os órfãos e os desvalidos da sorte”, bastava apenas ensinar algo que pudesse ser útil para o indivíduo sobreviver e manter a ordem social. (FERNANDES, 2011, p.43)

Nesse sentido, ocorreu a criação, ainda no século XIX, de sociedades civis destinadas a dar amparo a crianças órfãs e abandonadas, permitindo o acesso a uma base de instrução teórica e prática para principiar no ensino industrial. Em destaque, Liceus de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1858), de Salvador (1872), do Recife (1880), de São Paulo (1882), de Maceió (1884) e de Ouro Preto (1886) (CEFET-RN, 2005, p. 36).

A trajetória da educação profissional do Brasil passou por mudança significativa no início do século XX com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices (1909). Ainda numa perspectiva assistencialista: oferecer “ocupação aos desvalidos da sorte e da fortuna”, é voltada para preparar os indivíduos para o exercício de atividades produtivas, ficando a cargo do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio a organizar uma política que atendesse a preparação dos Ofícios nessas áreas. De acordo com Schwartzmam et. al (2000), trata-se de uma medida que visava, não o desenvolvimento da indústria e das profissões, mas, projetava uma redução nos problemas sociais decorrentes do processo de urbanização no país.

O Decreto nº 7.566 de 1909, de acordo com Almeida (2010) destaca em sua criação um fator de ordem social. Portanto, relativizada a necessidade de qualificação de mão-de-obra para a indústria nascente, pois o Estado, ao deixar clara a necessidade de inserir no mercado de trabalho os jovens de camadas sociais mais pobres, responde muito mais a necessidade de reagir às necessidades de novos problemas decorrentes do crescimento das cidades e da população, com o reconhecimento de uma ação educativa que contemplassem hábitos de trabalho tais como: a ordem, submissão, racionalidade, pontualidade, hábitos “delineadores do perfil do trabalhador produtivo”.

Apesar de sua origem assistencialista e com o propósito de sanar problemas de ordem social imediata, fato evidenciado pelos autores citados anteriormente, Ramos (2014), afirma que, a criação das Escolas de Aprendizes Artífices e do ensino agrícola propiciou um redirecionamento da educação profissional no país, ampliando seu horizonte de atuação o que possibilitou atender necessidades que estavam surgindo dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria.

As transformações políticas, econômicas na sociedade brasileira ocorridas nas décadas de 30 e 40, refletiram conseqüentemente no âmbito da educação. O fortalecimento da indústria nacional demandava por profissionais especializados. Isso implicou em alterações na formação de trabalhadores, que com a transformação econômica e industrial perdeu o viés assistencialista como nos projetos anteriores e passou a tornar-se uma necessidade econômica.

Fatos marcantes desse período foram: (i) Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, (ii) Conselho Nacional de Educação, (iii) Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. No âmbito legislativo a Constituição de 1934, traz como competência da União traçar as diretrizes Nacionais e plano nacional de educação.

Em 1942, foi instituído o conjunto das Leis denominadas de Orgânicas da Educação Nacional, que configuraram a chamada Reforma Capanema², Destaque importante desse período foi a organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, e o conceito de “aprendiz” tornou-se usual para efeito da legislação trabalhista. Castro e Regattieri (2010) afirmam que, a colaboração das empresas e dos sindicatos econômicos, prescrita pela Constituição, propiciou a criação dos dois primeiros serviços nacionais de aprendizagem, o Industrial (Senai), em 1942, e o Comercial (Senac), em 1946. Contemporâneo a esses fatos ocorreu à transformação das antigas escolas de aprendizes

² Ficou conhecida pelo nome do Ministro vigente no período, Gustavo Capanema.

artífices em Escolas Técnicas Federais.

Em relação à educação profissional, Moura (2007), esclarece que esse conjunto dos decretos - Lei deixou evidente a importância que a educação passou a ter no País, em destaque a educação profissional, com a definição de leis específicas visando a formação profissional em diferentes ramos da economia e para a formação de professores de nível médio.

Ainda sobre as Leis Orgânicas, Castro e Regattieri (2010) trazem a seguinte contribuição:

O ensino secundário e o normal tinham por objetivo “formar as elites condutoras do país”, enquanto o objetivo do ensino profissional era assumidamente oferecer “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho”. O ensino secundário e o normal, de um lado, e o ensino profissional, de outro, não se comunicavam. (CASTRO e REGATTIERI, 2010, p.19)

Tal fato implica na continuidade da dualidade do processo formativo, conforme afirma Ramos:

A Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942), promulgada durante o Estado Novo, na gestão do Ministro Gustavo Capanema, acentuava a velha tradição do ensino secundário acadêmico, propedêutico e aristocrático. Predominava a função propedêutica voltada para o ensino superior, sob a égide de uma Constituição (1937) que fortaleceu o ensino privado. Juntamente com esta, o conjunto de leis orgânicas que regulamentou o ensino profissional nos diversos ramos da economia, bem como o ensino normal, significou um importante marco na política educacional do Estado Novo. (RAMOS, 2014, p.26)

A autora esclarece que se havia organicidade no âmbito de cada um desses segmentos, a relação entre eles ainda não existia, mantendo-se duas estruturas educacionais paralelas e independentes, marcadamente dicotômica.

Posteriormente, o projeto da primeira Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 4.024/1961) de maneira formal colocava um fim em relação à dualidade do ensino, contudo, na prática não ocorria o mesmo, pois o currículo mantinha a dicotomia, “uma vez que a vertente de ensino voltada para a continuidade dos estudos em nível superior continuava privilegiando os conteúdos que eram exigidos nos processos seletivos de acesso, e nos cursos profissionalizantes, esses conteúdos eram reduzidos” (MOURA, 2007, p. 11).

Ainda no tocante do dualismo na oferta do ensino, a promulgação da Lei nº 5.692/1971, tornou obrigatória à profissionalização para o segundo grau (atual ensino médio), supostamente para eliminar o dualismo existente entre uma formação acadêmica e profissional além da normal, destinada à preparação de professores para as quatro séries iniciais do primeiro grau (antigo ensino primário), então em franco processo de universalização (CASTRO e REGATTIERI, 2010).

Nesse contexto, ao analisar a realidade histórica da sociedade e da educação brasileira, a prática foi construída distintamente: a compulsoriedade do ensino profissional ficou restrita ao âmbito público, federal e estadual, principalmente. Enquanto a grande maioria das escolas privadas continuou oferecendo seus currículos propedêuticos (MOURA, 2007).

A publicação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, marca um novo momento para a educação profissional. Em sua estrutura, a educação brasileira ficou organizada em dois níveis (i) educação básica e (ii) educação superior. A educação profissional não está em nenhum dos dois. Assim sendo, a educação profissional não faz parte da estrutura da educação regular brasileira, “é considerada como algo que vem em paralelo ou como um apêndice e, na falta de uma denominação mais adequada, resolveu-se tratá-la como modalidade” (MOURA, 2007, p.12).

Conforme a LDB, em seu Capítulo III: Art. 39. “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (LDB, 2006). Na aprovação da LDB, conforme Ciavatta e Ramos (2011), a visão predominante não era mais preparar para o trabalho e sim para a vida, tratando-se de um ideário a preparação para vida significaria desenvolver competências genéricas e flexíveis com vistas à adaptação inerente a flexibilidade do mundo atual.

Em se tratando da forma de execução, o Art. 40 orienta que “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (LDB, 2006). Posteriormente foi publicado o decreto nº 2.208/97, que regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394/1996(LDB), e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Apesar do novo arranjo na estrutura de sua organização, o ensino médio permaneceu com o viés propedêutico, e os cursos técnicos passaram a ser oferecidos em duas modalidades: concomitante ao ensino médio e subsequente, voltado ao público que já tivera finalizado o ensino médio. É relevante considerar que o Decreto, oficialmente, separou o ensino médio da educação profissional reforçando a dualidade histórica persistente na educação básica. Tal fato irá provocar mobilizações por conta dos envolvidos diretamente na educação profissional e resultará no início dos anos 2000 na revogação do Decreto nº 2.208/97.

Com essa revogação surge um novo direcionamento no pensamento no que diz respeito à educação profissional no Brasil, com vistas a tornar possível integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, premissa constante no Decreto nº

5.154/04 que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da (Lei nº 9.394, LDB 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional com:

O propósito de ofertar um ensino médio que garanta a integralidade de uma educação básica, ou seja, que inclua os conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade, como também objetivos adicionais de formação profissional numa perspectiva da integração dessas dimensões. (Moura, 2007, p.16).

Apesar do arcabouço teórico constante na origem do decreto, Ciavatta e Ramos (2011) afirmam que a “sustentação dessas políticas tem sido, notadamente, de cunho economicista e pragmático, distinguindo-se dos princípios filosóficos e ético-políticos que sustentaram tanto a defesa da revogação do Decreto nº 2.208/97 quanto à concepção de ensino médio integrado” (p. 08).

Em se tratando da educação profissional no Brasil, seu percurso histórico é marcado pela dualidade e fragmentação com o ensino médio. As autoras citadas anteriormente afirmam que a “a universalização da educação básica para toda a população se consta da lei, não se concretizou na prática”. Prevalecendo separação entre a educação geral, destinada à preparação para os estudos superiores, e a preparação imediata para o mercado de trabalho, seguindo o que rege as exigências produtivas.

2.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A PNEA estabelece que a EA no âmbito da Educação Profissional deve ser abordada no currículo, como tema transversal. A relação entre a Educação Profissional e a EA pode ser observada conforme destaque:

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I- às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à **capacitação dos trabalhadores**, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as **repercussões do processo produtivo** no meio ambiente;

VI - à **sociedade como um todo**, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais. (BRASIL, 1999).

A legislação orienta para a integração da temática dentro dos programas educacionais existentes, justificando assim o uso do termo transversal. De acordo com Costa e Loureiro (2013), a supracitada lei traz esse enfoque interdisciplinar como essencial para o

desenvolvimento da EA no Brasil. Para tal,

A abordagem interdisciplinar das questões ambientais implica em utilizar a contribuição das várias disciplinas (conteúdo e método) para se construir a compreensão e explicação do problema tratado e desse modo, superar a compartimentação e a fragmentação do saber (COSTA e LOUREIRO, 2013, p.05).

No que se refere à educação profissional, o grifo feito, destaca “capacitação de trabalhadores”, “repercussões do processo produtivo” e a “sociedade como um todo” o que leva a compreender a necessidade de desenvolver práticas de EA, conforme conceitua Loureiro (2002), “A educação ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais e coletivos no ambiente” (LOUREIRO, 2002, p.69).

Outro destaque para a relação da EPT com a EA pode ser identificada Art. 4º nos princípios da educação ambiental do PNEA , IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais. De acordo com Paula e Henrique (2003) “A vinculação da educação ambiental ao processo de formação/educação profissional se concretiza pela indubitável relação com formação humana, ética, cidadã, imprescindível ao trabalho em sociedade” (PAULA e HENRIQUE, 2003, p.02).

Entre os objetivos fundamentais da EA contidos na PNEA aparece o “estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social”, essa consciência só é possível através de uma abordagem ambiental contextualizada e que considere a historicidade de produção do sujeito enquanto ser coletivo e individual. Nesse sentido:

A EA é, portanto, um espaço de formação humana e de apropriação pelos sujeitos em seus processos de conhecer o mundo e estar no mundo ativamente transformando-o. Logo, o processo educativo ambiental neste horizonte relaciona sociedade e ambiente às formas históricas com que o homem se relaciona com o ambiente assim e também entre si, priorizando a necessidade da participação política dos sujeitos. (LOUREIRO e COSTA, 2015, p. 188).

Existindo, portanto, a necessidade de pensar acerca da EA, e sua contribuição para a formação omnilateral na educação profissional uma vez que poderá imbuir no sujeito trabalhador inquietações a cerca dos problemas socioambientais e reflexões críticas sobre o atual modelo de produção. Tendo em vista que, a educação do cidadão produtivo, onde o mercado funciona como princípio organizador do conjunto da vida coletiva, distancia-se dos projetos do ser humano emancipado para o exercício de uma humanidade solidária e a construção de projetos sociais alternativos (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003).

Trata-se de um contexto onde na formação escolar impera a valorização da individualidade e da competitividade - por serem vetores de empregabilidade, faz-se necessário repensar as práticas no sentido de encantamento de novas formas de aprender e ensinar (DEORCE e RODRIGUES, 2014). Ainda nessa perspectiva Frigotto (2002), tece críticas ao projeto pedagógico dominante, que vincula a educação básica, aqui incluímos a EPT, ao mercado e à pedagogia do capital, representada pela pedagogia das competências e da empregabilidade, cujo objetivo é formar um cidadão mínimo susceptível a exploração e dominação.

Ainda nesse sentido Souza (2005), afirma que, nesse modelo de capacitação para o mercado:

A função da escola e da educação também esvaziam-se diante dos ditames do capital, pois a medida em que atendem às novas relações entre conhecimento e trabalho, estão, mais do que nunca, negando a apropriação do conhecimento como instrumento de emancipação para convertê-lo em ferramenta do capital, expropriada do trabalhador, na medida em que se constitui como único patrimônio deste a capacidade de adaptar-se por intermédio da aprendizagem permanente em favor de sua inserção no mundo do trabalho (SOUZA, 2005, p.09).

É preciso romper com essa lógica, caminhando para uma educação que possa contribuir para a ruptura do modelo que segrega e visa formar para atender as demandas emergentes das forças produtivas e para o mercado de trabalho, deixando os trabalhadores alheios às formas históricas de dominação.

Segundo Paula e Henrique

Essa ausência de reflexão se justifica pelas características da formação educacional a qual tivemos acesso e denuncia a crise de valores pessoais que temos vivido nos últimos séculos, gestada e conveniente ao sistema político-econômico vigente, mas para a qual a escola precisa estar atenta, problematizar, suscitar reflexão, a fim de que o estudante saia da zona de conforto alienadora e se mova em direção a uma práxis transformadora. (PAULA e HENRIQUE, 2016, p.84)

Portanto faz-se necessária a formação de sujeitos trabalhadores através de práticas de EA que levem a reflexão crítica e seja promotora de transformação social, revelando-se contra as exigências do capital que atuam no sentido de subordinar e precarizar o trabalhador, dificultando o seu desenvolvimento em todas as suas potencialidades. Nesse sentido as autoras reiteram que, a perspectiva de formação humana relaciona-se com a EA, pois para a construção de alternativas para o meio ambiente e sua sustentabilidade faz-se necessário compreender os problemas, as crises e os potenciais de uma sociedade a partir de uma reflexão crítica (PAULA e HENRIQUE, 2016).

Dessa maneira o estudo da problemática ambiental, viabilizado através da EA, na

educação profissional pode contribuir com práticas educativas que propicie a formação integral dos sujeitos. Conforme Chiavatta (2005), a formação integral trata de superar a preparação para o trabalho apenas ao seu aspecto operacional, por uma formação humana que possibilite a atuação como cidadão integrado a sociedade e que compreenda as relações sociais estabelecidas.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no Centro Estadual de Educação Profissional em Gestão Severino Vieira, localizado no bairro de Nazaré, município de Salvador, BA. Trata-se de uma das escolas mais tradicionais da rede pública do Estado. A sua criação data de 1948, durante a gestão do educador Anísio Teixeira, secretário de educação e saúde, como parte do projeto de descentralização do Colégio Estadual da Bahia.

Na última década, com a reformulação da EPT na Bahia, a unidade escolar passou por uma alteração na nomenclatura e na modalidade de atuação, motivada pelo Decreto nº 11.355/2008, conforme transcrito abaixo:

Art. 1º - ficam instituídos os Centros Estaduais e os Centros Territoriais de Educação Profissional, no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino, em decorrência da política pública de ampliação da oferta e reestruturação da Educação Profissional no Estado da Bahia, visando o desenvolvimento social, econômico e ambiental, a interação da educação profissional com o mundo do trabalho e o incentivo à inovação e desenvolvimento científico- tecnológico.

Foi em decorrência deste contexto que o Colégio Estadual Severino Vieira tornou-se Centro Profissional (Portaria SEC 15.285/2009), passando a ofertar educação profissional técnica de nível médio, nas modalidades integrada e subsequente e educação profissional integrada à educação de jovens e adultos - PROEJA.

Atualmente, o Centro Estadual em Educação Profissional em Gestão Severino Vieira oferta vagas para os seguintes cursos técnicos: Edificações, Administração, Desenho Técnico da Construção Civil e Logística.

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo o percurso metodológico adotado foi à realização de análises documentais para obtenção dos dados secundários e aplicação de questionários para os dados primários. A abordagem da pesquisa foi quali-quantitativa. Partindo do princípio que os dados quantitativos e qualitativos se complementam dada a realidade abarcada por eles que é de interação dinâmica, “numa pesquisa científica, os tratamentos quantitativos e qualitativos dos resultados podem ser complementares, enriquecendo a análise e as discussões finais” (MINAYO, 1994, p. 22).

Para melhor compreensão da organização da estrutura do produto educacional e seus princípios pedagógicos juntamente com contexto da política em EPT vigente, e a abordagem da EA foram realizadas análises do projeto político pedagógico, de ementa e dos planos de ensino do curso técnico em administração. “Os documentos constituem uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador” (LÜDKE e ANDRE, 2013, p.39). De acordo com os autores, os documentos são

fontes de informações contextualizadas.

Além disso, foi realizada a aplicação de questionários semi-estruturados com questões abertas e fechadas, enquanto “instrumento de coleta de dados de uma série de perguntas a serem respondidas por escrito” (MARCONI e LAKATOS, 1999). O universo da aplicação foram 20 professores, a escolha desse instrumento de coleta se deu pela flexibilidade em relação ao horário, bem como, uma independência maior em relação ao anonimato. Cada docente registrou de forma escrita as suas respostas no formulário de questões impresso. A aplicação dos questionários ocorreu no período de 01 a 12 de abril de 2019. Assim, o uso de questionário como técnica para coleta de dados “possui a vantagem de os respondentes se sentirem mais confiantes, dado ao anonimato, o que possibilita coletar informações e respostas mais reais” (CERVO, 2007, p. 53).

Após a coleta, os dados foram organizados e analisados, tendo por base material teórico da área de conhecimento da pesquisa. Um novo olhar sobre o objeto de estudo foi originado a partir das novas explicações e abstrações sobre este objeto.

O método de abordagem é o dialético. Segundo, Lakatos e Marconi:

Os aspectos da realidade (da natureza ou da sociedade) prendem-se por laços necessários e recíprocos. Essa lei leva à necessidade de avaliar uma situação, um acontecimento, uma tarefa, uma coisa, do ponto de vista das condições que os determinam e, assim, os explicam (2003, p.102).

A abordagem dialética, de acordo com Minayo, “considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos” (MINAYO, 1994, p.25).

No ponto de vista do materialismo histórico dialético, o “método vincula-se a uma concepção de realidade de mundo e de vida em seu conjunto”. (FRIGOTTO, 2010, p.87).

Segundo o mesmo autor o materialismo histórico dialético pode ser definido:

Enquanto uma postura, uma concepção de mundo; enquanto um método que permite a apreensão que vai à raiz da realidade e, enquanto práxis, isso é, unidade de teoria a prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e da realidade histórica. (FRIGOTTO, 2010, P. 79).

No contexto do estudo que aborda a Educação Ambiental e sua relação com a Educação Profissional:

Adotar a perspectiva dialética significa reconhecer os sujeitos do processo educativo, ou seja, entender que os atores capazes de transformação social se definem vinculados ao modo de produção, à vida cotidiana particular e coletiva, ao Estado, e que estes devem participar com suas especificidades no trabalho pedagógico dialógico e comunicativo. (FREISLEBEN, 2013, P. 107).

Nesse sentido para melhor desenvolvimento e entendimento da pesquisa é preciso:

Incluir no debate ambiental a compreensão dos mecanismos da reprodução social, de que a relação entre o ser humano e a natureza é mediada por relações sócio-culturais e de classes historicamente construídas. Trazem uma abordagem pedagógica que problematiza os contextos societários em sua interface com a natureza (LAYRARGUES e LIMA, 2014, p.27).

Dessa maneira, o estudo buscou uma abordagem compatível com os pressupostos de uma Educação Ambiental Transformadora/crítica, e isso implica em “compreender e teorizar a atividade humana, ampliar a consciência e revolucionar a totalidade que constituímos e pela qual somos constituídos” (LAUREIRO, 2003, p.44).

O Curso de extensão proposto como produto educacional foi aplicado entre os professores atuantes no curso técnico em Administração, oferecido no turno noturno, na modalidade subsequente. Dentre os 20 professores, 10 fizeram a inscrição e participaram do curso de extensão: Educação Ambiental enquanto tema transversal na Educação Profissional. A realização do curso se deu em quatro módulos, de 22 de maio a 10 de julho de 2019, durante o período destinado as Atividades Complementares (AC). A aplicação foi mediada através da entrega de material de apoio pedagógico contendo a apresentação do curso seguido de textos referentes à temática de cada módulo. Durante os encontros foram utilizados projeções de imagens, de vídeos, de textos e de conceitos, visando facilitar a interação entre os participantes e melhor compreensão dos temas trabalhados.

A Pesquisa no que tange aos aspectos éticos seguiu e respeitou o que determina as Resoluções 466/2012, e Nº 510/2016. A primeira dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e a segunda, assinala sobre as normas aplicáveis em pesquisas em Ciências Humanas em todas as fases da pesquisa. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do IFBA e está registrado com o número do Parecer: 3.298.880.

4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÃO)

4.1 A Educação Ambiental nos documentos oficiais da escola

4.1.1 Projeto Político Pedagógico da Unidade escolar

O Projeto Político Pedagógico da Unidade escolar (PPP) ao ser elaborado deve preconizar além dos aspectos escolares, a função social da escola, visando à organização do trabalho pedagógico. Sua construção requer a participação coletiva, bem como, a observância do contexto social atual. De acordo com Veiga (2010) a construção do projeto político-pedagógico de uma unidade escolar exige reflexão sobre as finalidades da escola, seu papel social, demarcação dos caminhos a serem percorridos e das ações a serem desenvolvidas por todos os envolvidos no processo educativo. O PPP corresponde ao produto da reflexão sobre a realidade interna da instituição, levando em conta um contexto social mais amplo (VEIGA, 2010).

Considerando o PPP da escola de grande importância para os arranjos pedagógicos, a análise que segue foi motivada no sentido de identificar a existência de abordagem e temas socioambientais condizentes com os princípios que norteiam a EA na educação profissional levando em conta que, conforme afirma Veiga (2010):

No sistema de ensino, o processo de elaboração, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico está vinculado a três níveis de intervenção educacional: o macro, que compreende o âmbito nacional, como o Ministério da Educação, ao qual compete a formulação de políticas, definição de ações e projetos, etc.; o meso ou intermediário, que atua no âmbito estadual e regional — Secretaria de Educação, superintendências, coordenadorias ou delegacias de ensino — que define políticas, estabelece planos e programas, assessora técnica e financeiramente o sistema; o micro ou de unidade escolar, que atinge o âmbito local, ou seja, o município em que está inserida a instituição educativa. É o nível da elaboração, execução e avaliação do projeto político-pedagógico. (VEIGA, 2010, p. 08).

No que diz respeito aos três níveis de intervenção educacional apresentados pela autora supracitada, a observação dos níveis macro e meso são no sentido de levar em conta as indicações legais para a EA na educação profissional. Ao passo que no nível micro a materialização dessas orientações na elaboração do PPP da unidade escolar em questão.

Nesse sentido, o ProEASE traz como um dos objetivos, em sua primeira diretriz geral para a educação ambiental no sistema de educação do Estado da Bahia, “garantir a inserção da educação ambiental como eixo estruturante no Projeto Político-Pedagógico de cada escola,

curricularizando-o de forma permanente e atualizada.” Ainda no sentido vinculado ao PPP e à EA, no tópico II – “Gestão escolar e organização curricular” aparece como linhas de ações: (i) inserção da educação ambiental no planejamento escolar e nos projetos políticos-pedagógicos de cada unidade escolar, fomentar ações multi, inter e transdisciplinares, a transversalização e a execução de projetos, (ii) estimular e promover a elaboração de projetos de ação voltados para a sustentabilidade socioambiental, (iii) introduzir no PPP saberes e fazeres e práticas sustentáveis, dentro do contexto local e global de modo a fomentar culturas voltadas para a sustentabilidade (PROEASE, 2015).

O PPP do CEEP Severino Vieira é organizado em 11 seções: A primeira referente à identificação da unidade escolar, composição da equipe administrativa e pedagógica, corpo docente, aspectos gerais de criação e ofertas de cursos. A apresentação do projeto aborda sobre a sua construção baseada na escuta e reflexão conjunta “dos segmentos que compõe nossa comunidade escolar, - organizações e instituições públicas e privadas, alunos, professores, famílias, dirigentes e profissionais da escola, bem como análise e interpretação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96” (PPP, 2017, p.03).

Enquanto instituição destinada à educação profissional e tecnológica apresenta como desafio:

Promover e oferecer uma formação profissional que tenha o Trabalho como princípio educativo e a formação integral do ser, tendo como pressupostos e aportes fundamentais para alicerçar o trabalho dessa instituição, discutir a sociedade em seus diversos aspectos e as relações estabelecidas nas lutas de classes entre a sociedade e a classe trabalhista que se coloca como as reais ferramentas para se discutir a educação com seus benefícios e malefícios para a formação do indivíduo.(PPP, 2017, p.07).

O documento não faz referência a autores para o embasamento teórico do “trabalho como princípio educativo” e “formação integral do ser”. No entanto, pelo contexto apresentado percebe-se que a concepção de trabalho apresentada trata-se do trabalho como princípio educativo conforme preconiza Frigotto (2005). O trabalho como princípio educativo deve ao fato de que todos os seres humanos são seres da natureza, tendo necessidade de criar seus meios de vida (FRIGOTTO, 2005, p.60). A proposição de discussão da “sociedade e nas relações estabelecidas” pode ser entendida ainda de acordo com o mesmo autor no sentido de desenvolver os fundamentos das diversas ciências que propicie aos jovens a capacidade de analisar os processos técnicos que envolvem o sistema produtivo e as relações sociais que dão suporte e quais serão os beneficiados com a riqueza produzida (FRIGOTTO, 2005, p.74).

A visão apresentada no PPP é de que a unidade escolar possa: “ser referência entre as

Unidades Escolares Estaduais que oferecem a Educação Profissional, com qualidade e plenitude no campo sócio-educacional e mundo do trabalho” (PPP, 2017, p.07).

A segunda seção traz os Órgãos de representação escolar e comunitário: Colegiado escolar, caixa escolar, conselho escolar, conselho de classe e grêmio estudantil. São citados o embasamento legal e a função de cada um deles dentro do âmbito escolar.

A justificativa e os objetivos apresentados evidenciam a dinamicidade do PPP quanto à manutenção constante de estado reflexivo e com a interação de todos os sujeitos envolvidos, “para que haja desenvolvimento humano integral dentro de uma educação formadora e transformadora do cidadão no processo de ensino-aprendizagem” (PPP, 2017, p.10).

São apresentados 14 objetivos dentre os quais não há uma reflexão direta acerca da questão ambiental. Indiretamente, o objetivo “Incentivar e assegurar ao professor possibilidades de formação continuada e desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar e contextualizado” permite a abordagem da EA no trabalho docente, além de reverberar em uma das metas constates no PPP, “buscar sistemáticas das experiências de interdisciplinaridades entre os componentes curriculares contextualização dos conteúdos das aprendizagens, como ferramentas imprescindíveis á ação-didática diária.”(PPP, 2017, p.12).

No item “Fundamentação teórica e princípios éticos e políticos” os conceitos trabalhados foram: formação integrada, currículo e ética. Aparece em destaque formação continuada de professores e gestão democrática. Em seguida são apresentadas a concepção curricular e a proposta curricular, tendo como subsídio:

(LDB) 9394\96; Decreto Federal nº 5.154, de 23 de julho de 2004 - Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências; Parecer CNE/CEB nº 39, de 08 de dezembro de 2004 - Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio; Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de fevereiro de 2005 - Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004; Decreto Federal nº 5.840, de 13 de julho de 2006 - Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências; Decreto Nº 11.355 DE 04/12/2008 Dispõe sobre a instituição dos Centros Estaduais e dos Centros Territoriais de Educação Profissional no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino do Estado da Bahia (PPP,2017,p.17).

É possível constatar que o PPP foi elaborado mediante observação das Leis que ancoram a EP no Brasil e na Bahia. Contudo, nota-se a falta de citação direta de Diretrizes ou

Leis que indiquem a EA como parte da trajetória que se busca com a elaboração e execução de um projeto de escola sustentável tais como, o Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia (ProEASE) e a Política Estadual para Educação Ambiental .

O tópico seguinte versa sobre o Estágio Curricular Supervisionado, um componente curricular obrigatório, integrante do projeto pedagógico dos cursos. As modalidades apresentadas são: Obrigatório e Estágio curricular interno. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi implantado pela Portaria n 3704/2017 que normatiza o TCC para cursos técnicos de nível médio ofertados na Rede Estadual da Bahia e já consta no PPP como uma etapa possível para concluir o curso caso não obtenha o estágio durante o processo formativo.

A avaliação de aprendizagem segue as orientações da Portaria n 1882/2013, que dispõe sobre a sistemática de avaliação do Ensino e da Aprendizagem nas Unidades Escolares da educação básica da rede pública estadual, sendo concebida como:

A avaliação é um dispositivo pedagógico de formação que deve orientar todo o processo de ensino e de aprendizagem contemplando as dimensões qualitativas e quantitativas, configurando-se como uma ação de caráter investigativo, processual, contínuo, cumulativo e emancipatório (Art. 2º Portaria n 1882/2013).

Os últimos itens apresentados aparecem como anexo ao PPP: as Matrizes Curriculares, Ementas dos cursos, Projetos de Intervenção, Visitas Técnicas e Projeto do Fórum de Educação.

O objetivo traçado para essa etapa da pesquisa envolvia buscar no PPP da escola abordagem ambiental condizente com os princípios que norteiam a EA na educação profissional que é indicada para ser trabalhada como tema transversal. Conforme análise feita não foram encontrados termos ou referências diretas a temática relacionada com a EA. No entanto,

Construir, implementar e avaliar o projeto político-pedagógico da escola de ensino médio, com base na concepção de formação humana, significa buscar caminhos participativos e solidários, consciência crítica e unificação de ações. Dessa ótica, a formação para o desenvolvimento humano significa formar o homem, o cidadão, o trabalhador. (VEIGA, 2010, p. 08).

Nessa perspectiva, considerando que o processo de construção e avaliação do PPP não é algo acabado e sim que requer um constante processo de avaliação e alteração conforme a dinâmica da unidade escolar, bem como, do processo educacional considerando os aspectos da sociedade, a inserção da temática transversal EA no PPP da unidade escolar é algo necessário. Para tal, é preciso reunir coletivamente a comunidade escolar para apresentar os dispositivos legais que amparam essa inserção. As observações legais a serem feitas são as contidas no programa de educação ambiental da rede estadual da Bahia, nas diretrizes

específicas para ensino médio profissional que é de fazer da escola um “espaço educador sustentável estimulando a análise crítica da relação trabalho ambiente e consumo na sociedade contemporânea e seus efeitos” (PROAESE, 2015, p. 46).

Com isso, será possível alinhar as práticas pedagógicas com a concepção apresentada pelo PPP que traz a formação humana e o trabalho como princípio educativo como categorias norteadoras.

4.1.2 Plano de Curso técnico em administração

A observação do Plano de Curso (PC) técnico em administração buscou identificar em sua estrutura a abordagem da EA.

O curso técnico em Administração está inserido no eixo tecnológico de Gestão e Negócios constante no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC). O CNTC trata-se de instrumento que norteia a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio no ensino de orientar as instituições, estudantes e sociedade em geral sendo referência para o planejamento dos cursos bem como qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio. Foi instituído pela Portaria MEC nº 870/2008, com base no Parecer CNE/CEB nº 11/2008 e na Resolução CNE/CEB nº 3/2008.

O eixo tecnológico de GESTÃO E NEGÓCIOS compreende tecnologias associadas a instrumentos, técnicas, estratégias e mecanismos de gestão. A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; línguas estrangeiras; ciência e tecnologia; tecnologias sociais e empreendedorismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; **responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental**; qualidade de vida; e ética profissional (CNTC, 2014,p.79,).

Conforme orientação do CNTC a organização curricular dos cursos do eixo Gestão e Negócios deve contemplar além de outros conhecimentos, aqueles relacionados à **responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental**. Contemplando assim, a abordagem da EA.

O Plano de Curso Técnico em Administração oferecido na instituição contempla a Educação Profissional Técnica Integrada e Subsequente. O documento baseia-se em princípios e preceitos legais do sistema educativo nacional, explicitados na LDB nº 9.394/96 – atualizada pela Lei nº 11.741/08 –, e nos documentos normatizadores do Ensino Médio e da

Educação Profissional, em consonância com o Projeto Político Pedagógico conforme expresso:

o currículo aqui delineado fundamenta-se na integração entre os currículos da Base Nacional Comum e da formação técnica, buscando articular conhecimentos e propiciar, por meio de práticas educativas transformadoras, uma formação cidadã que permita aos egressos sua inserção no mundo do trabalho. (PC, 2019, p.11)

Está amparado na Resolução n 6/2012 (Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional e técnica de nível médio), em seu capítulo II que versa sobre a Organização Curricular, no que se refere a estruturação dos cursos orientada pela concepção de eixo tecnológico no Art. 13, item II:

“O núcleo politécnico comum correspondente a cada eixo tecnológico em que se situa o curso, que compreende os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do mesmo no sistema de produção social”. (RESOLUÇÃO 6, 2012, p.04)

Dessa maneira, a organização do currículo deve contemplar a abordagem ambiental, nesse caso, a EA, associada à ética, organização econômica, política e tecnologia e a contextualização no modelo de produção. Implicando em uma análise da interação na relação sociedade e natureza e as consequências socioambientais provenientes desta.

Ao proceder à análise do plano de curso foi possível afirmar que o mesmo está em concordância com a indicação do catálogo CNTC no que é compatível a responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental uma vez que em seu itinerário formativo na organização curricular encontra-se componente curricular Gestão e impactos socioambientais, cuja ementa contempla os estudos socioambientais.

Ainda referente a análise, não foi encontrada citação direta à EA na justificativa nem nos objetivos contidos no documento.

A partir da análise do PC verificou-se que a EA aparece somente em um componente curricular não contendo referência nos demais. Essa condição é contrária à indicada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, que ao tratar sobre a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica coloca que deve ocorrer pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares. (RESOLUÇÃO N° 2,2012).

4.1.3 Ementa da Disciplina Gestão e Impactos Socioambientais

Mediante análise da ementa da disciplina Gestão e Impactos Socioambientais (Tabela 1), do curso técnico em Administração, da rede de educação profissional da Bahia foi possível constatar que os temas sugeridos podem ser subdivididos em: (i) contextualização histórica dos fenômenos e (ii) gestão dos impactos socioambientais, dando ênfase ao papel das instituições e das políticas nesse processo.

Tabela 1. Ementa da disciplina Gestão e Impactos socioambientais

Gestão e Impactos Socioambientais
Estudos dos princípios básicos econômicos e ambientais, das relações sociais de produção e utilização dos recursos naturais Os impactos ambientais atuais decorrentes das relações de poder, do crescimento populacional, do consumo e da má utilização dos recursos naturais em materiais. A articulação entre impactos ambientais e desenvolvimento socioeconômico e tecnológico.
A importância da gestão dos recursos ambientais e as políticas de incentivo à responsabilidade socioambiental nas organizações na perspectiva da sustentabilidade
A construção de uma consciência crítica diante das questões ambientais
O desenvolvimento de comportamentos institucionais que contribuam para redução das agressões ambientais no planeta.

Fonte: SEC-BA

Na contextualização histórica dos fenômenos aborda-se o estudo da evolução do modelo econômico, das relações sociais estabelecidas e de seus reflexos sociais ambientais, como é possível observar no seguinte tópico da ementa: “Os impactos ambientais atuais decorrentes das relações de poder e construção de uma consciência crítica diante das questões ambientais” (BAHIA, 2018). Este tópico relaciona-se com o que é abordado em um dos objetivos da Educação Ambiental, contidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Art. 14:

III - aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão

socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual (BRASIL, 2012).

Ficou perceptível também, um alinhamento do conteúdo contido na ementa com o Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia (ProEASE), que em suas Diretrizes específicas para Educação Profissional de Ensino Médio preconiza: “Estimular a análise crítica da relação trabalho-ambiente e consumo na sociedade contemporânea e seus efeitos” (BAHIA, 2015). Enquanto que, nas diretrizes para educação de Jovens e Adultos, que deve ser levada em consideração uma vez que a ementa é a mesma para os cursos técnicos em administração na modalidade ensino médio integrado e PROEJA, tem-se:

Favorecer projetos que estimulem o exercício da cidadania e sua reflexão política que resultem em atividades de intervenção na realidade ambiental;
Favorecer o protagonismo dos educandos nas questões socioambientais (BAHIA, 2015, p. 48).

Esse protagonismo dos educandos pode ser alcançado com uma abordagem que tenha como pressuposto a educação ambiental como compromisso social, incorporando em suas discussões categorias de análise como trabalho, mercadoria, alienação. Com isso, as assimetrias existentes na sociedade seriam expostas, favorecendo a relação entre a formação profissional e a interação com a realidade local (LAYRARGUES, 2009).

A segunda parte da ementa trata da gestão dos recursos naturais e a responsabilidade socioambiental com ênfase no desenvolvimento de ações institucionais que minimizem as agressões ambientais, incluindo políticas de incentivo para essas ações (BAHIA, 2018). As ações institucionais perpassam pela diretriz do ProEASE (BAHIA, 2015), que preconiza a orientação quanto a criação e estímulos de projetos com vistas a reflexão política. Isto pode ser contemplado com os estudos da legislação, a intervenção na realidade e ainda, segundo a diretriz para Educação Profissional, o fomento da transformação da escola em um espaço educador sustentável. Além disso, faz-se necessário o conhecimento sobre a política ambiental brasileira e seus instrumentos de gestão pública.

As diretrizes gerais para Educação Ambiental do ProEASE, no sistema de educação do estado da Bahia, evidencia o caráter transversal da mesma, ao apresentar como uma das diretrizes gerais a utilização de “estratégias pedagógicas contextualizadas que favoreçam processos inter, multi, e transdisciplinar e transversais no conhecimento das inter-relações ambientais” (BAHIA, 2015). Orienta ainda que, a Educação Ambiental seja inserida com um eixo estruturante no Projeto Político das escolas, tornando parte do currículo de maneira

permanente e continuada.

A proposta de trabalho contida na ementa analisada condiz com os princípios da EPT na Bahia que preconiza a formação de sujeitos críticos diante das relações estabelecidas na sociedade, pois possibilita uma análise crítica da relação estabelecida entre trabalho, ambiente e sociedade de consumo, e os efeitos socioambientais. Este tomar de consciência pode alavancar práticas reflexivas de cidadania e um agir local, fazendo dos educandos agentes ativos no que se refere a boas ações socioambientais.

A análise da ementa da disciplina Gestão e Impactos Socioambientais correlacionada com os documentos oficiais, tais como as Diretrizes do ProEASE, possibilita construção de conhecimentos calcados na interdisciplinaridade e transversalidade. Já que os temas a serem elaborados podem ser construídos em consonância com as diversas disciplinas, dando assim o caráter participativo e colaborativo necessário às práticas educativas.

4.2 Perfil profissional dos educadores atuantes no Curso

A formação acadêmica dos docentes do curso técnico em administração é bastante diversificada (Tabela 2), tendo em vista atender os componentes curriculares do curso, que são: Economia e Mercado, Gestão e impactos socioambientais, Fundamentos da administração, Administração no terceiro setor, Gestão de Pessoas, Direito Aplicado, Administração mercadológica, Contabilidade Geral, Gestão de Operações logísticas, gestão da qualidade, Administração financeira, Sistema de Informações gerenciais, Contabilidade gerencial e de custos, Inglês instrumental, Métodos e Técnicas Administrativas, Gestão da Produtividade.

No que tange a formação acadêmica mediante os dados adquiridos verificou-se que dos 20 professores do curso, 06 não possuem Licenciatura conforme consta na Tabela 2.

Tabela 2. Formação acadêmica dos docentes do curso técnico em Administração do CEEP em Gestão Severino Vieira

Formação acadêmica – Graduação		
	Bacharelado	Licenciatura
1	Ciências Contábeis	-
2	Estatística e	Matemática,
3	Administração	-

4	Ciências Contábeis, Direito	Matemática
5	Ciências Contábeis	-
6	Psicologia, Ciências Contábeis	História
7	-	Letras Vernáculas com Francês
8	-	Geografia
9	Administração	-
10	Administração	Matemática
11	Administração	-
12	-	Matemática
13	-	História
14	Contabilidade	Matemática
15	Direito	-
16	-	Letras Vernáculas
17	-	Letras Vernáculas com Inglês
18	Farmácia	Biologia
19	Ciências Sociais ,Direito	Ciências Sociais
20	Arquitetura e Urbanismo	Educação Artística, Matemática

Na figura 1 é possível verificar que a maioria dos docentes possui tempo de serviço entre 21 e 30 anos, e que há docentes com mais de 31 anos de atuação na rede estadual.

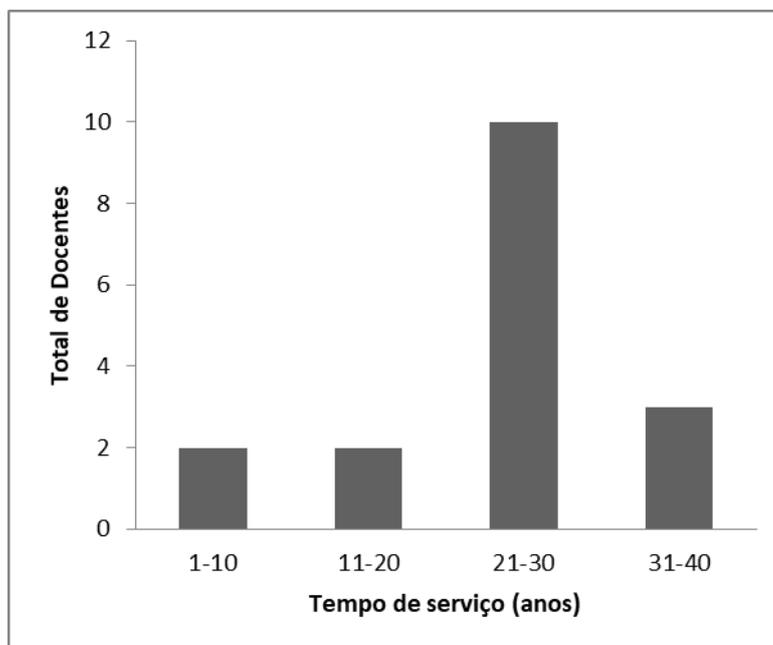


Figura 1. Tempo de Serviço dos docentes do curso técnico em Administração do CEEP em Gestão Severino Vieira.

Em se tratando do tipo de vínculo funcional dos docentes do curso técnico em administração verificou-se que 90% são efetivos e ingressaram via Concurso Público, e apenas 10% tem como vínculo o contrato em Regime Especial Temporário (Figura 2).

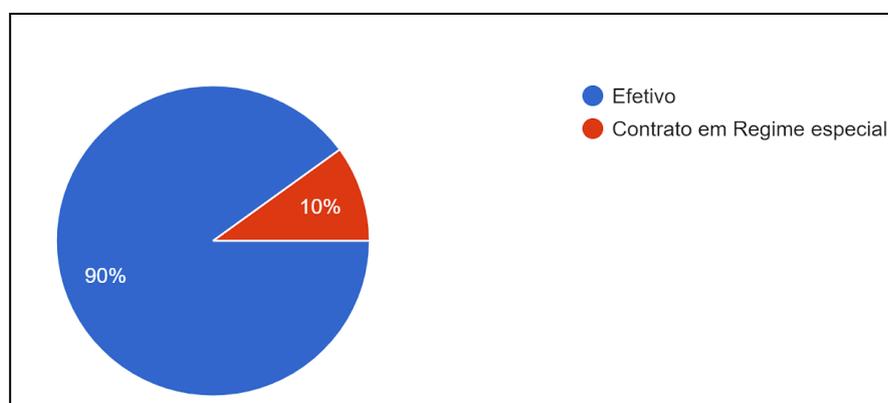


Figura 2. Tipo de vínculo funcional dos docentes do curso técnico em administração do CEEP em Gestão Severino Vieira.

Em relação à formação em nível de pós-graduação (Tabela 3) observou-se que apenas um docente possui somente curso de graduação. Além disso, os docentes possuem formação bastante diversificada, voltada principalmente para sua área de formação inicial, que corresponde à área de atuação no curso.

Tabela 3. Formação em Nível de Pós-Graduação dos docentes do curso técnico em Administração do CEEP em Gestão Severino Vieira

Docente	Curso	Modalidade
1	Educação Inclusiva	Especialização
2	Gestão Pública	Especialização
3	Educação Profissional e Tecnológica / Educação e contemporaneidade	Especialização/ Mestrado
4	Administração de Recursos Humanos, Administração pública	Especialização
5		Especialização
6	História Política e econômica do Brasil. Metodologia do ensino superior. História da Arte e Patrimônio.	Especialização Mestrado

	História e Psicologia História	Doutorado
7	Metodologia e Didática do Ensino Superior	Especialização
8	Especialização em Gestão Estratégica de Pessoas	Especialização
9	Administração Pública	Especialização
10	Gestão Pública. Políticas Públicas, Gestão do conhecimento e desenvolvimento regional	Especialização Mestrado
11	Metodologia do Ensino Superior	Especialização
12	Metodologia do Ensino Superior. Direito e Processo do Trabalho	Especialização
13	Política Organizacional Pública. Contabilidade Avançada	Especialização
14	Educação em Direitos Humanos. Direito Público. Processo Civil	Especialização
15	Metodologia e Didática de Ensino. Ciências da Educação. Teoria da Literatura	Especialização Mestrado
16	Ciência da Educação, Psicopedagogia, Língua Portuguesa	Especialização
17	Metodologia em Ensino Superior	Especialização
18	Direito do Trabalho Saúde epidemiologia	Mestrado
19	Conforto Ambiental e Sustentabilidade na Arquitetura e Urbanismo. Gestão Ambiental. Metodologia do Ensino. Pesquisa e Extensão em Educação. Engenharia Ambiental Urbana	Especialização Mestrado
20	-	-

Verificou-se que apenas um docente possui formação específica em educação profissional, com o curso de especialização em Educação profissional e tecnológica. Segundo MOURA:

...É fundamental que o docente tenha uma formação específica que lhe aproxime da problemática das relações entre educação e trabalho e do vasto campo da educação profissional e, em particular, da área do curso no qual ele está lecionando ou vai lecionar no sentido de estabelecer as conexões entre essas disciplinas e a formação profissional específica, contribuindo para a diminuição da fragmentação do currículo. (Moura, 2008, p.32).

Portanto, há uma carência de formação que contemple a educação profissional e tecnológica, o que promoveria a conexão indicada por Moura (2008) de aproximar as discussões trabalho e educação no que tange o curso, visando assim maior coesão ao currículo.

No que diz respeito à carga horária dos professores, observou-se que a maioria (53%) possui 20 h semanais, seguida por 40 h (37%) e em menor proporção (10%) docentes com 60 h (Figura 3). Já em relação a possuir outro vínculo funcional, 53% afirmaram exercer outra atividade remunerada, dentre elas: Empresário Contábil, Servidores Analistas técnicos da Prefeitura de Salvador e do Estado da Bahia, Advogados, Professor em rede particular e Professor Universitário.

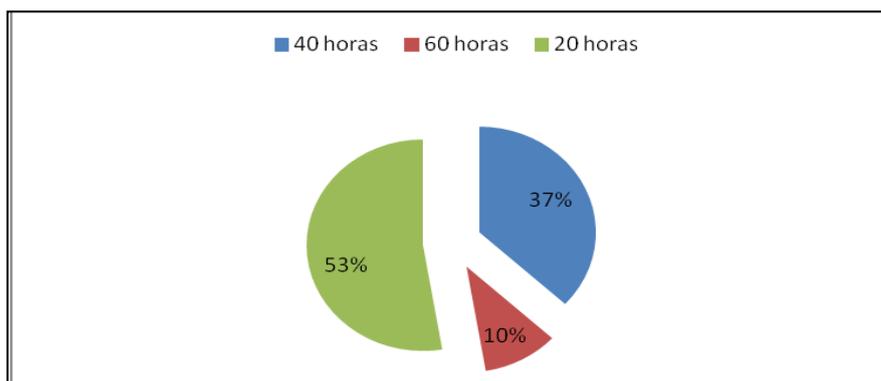


Figura 3. Carga Horária dos docentes do curso técnico em administração do CEEP em Gestão Severino Vieira.

4.3 Percepção dos Educadores do curso quanto à Educação Ambiental

Em relação à percepção dos educadores do curso técnico em administração sobre a EA verificou-se que a maioria dos docentes relatou conhecer pouco o tema Educação Ambiental (Figura 4). Isso demonstra a necessidade de aproximar as discussões sobre EA dos ambientes escolares e incentivar a formação docente continuada, levando a apropriação do conhecimento, e com isso aumentando a possibilidade de inclusão da temática EA e sua prática interdisciplinar nos projetos e nos planejamentos pedagógicos. De acordo com o Art.

8º das Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Resolução N° 2, de 15 de junho de 2012:

A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico. (BRASIL,2012)

Essa inserção deve ocorrer com a adoção de práticas pedagógicas contextualizadas, permitindo que a EA esteja no currículo de forma permanente e continuada (PROEASE, 2015). Esta “forma continuada” pode ser entendida como “a prática reflexiva implicada na vida cotidiana, nos saberes e fazeres das experiências históricas, coletivas e singulares e nas condições determinantes da sociedade que condicionam a realidade social” (MOLON, 2009, p.165).

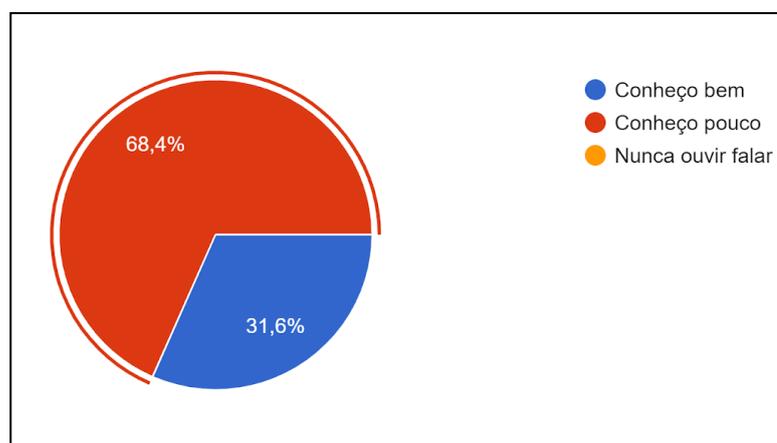


Figura 4. Conhecimento dos docentes do curso técnico em administração do CEEP em Gestão Severino Vieira sobre educação ambiental

Em relação ao desenvolvimento de atividades didáticas que contemplem à educação ambiental 58 % dos docentes responderam que realizam. (Figura 5). Contudo, ao responderem a pergunta sobre o nível de conhecimento acerca da Educação ambiental 68,4% admitiram conhecer pouco, enquanto 31,6% afirmou conhecer bem.

Com isso, podemos compreender que, apesar de admitirem pouco conhecimento, utilizam em suas atividades temáticas da EA. De acordo com Tolares (2013) a temática

ambiental, como uma dimensão do currículo se fez presente de forma natural, explícita ou implícita, no fazer escolar não estando fora do cotidiano dos docentes e sua ação pedagógica.

Com maior conhecimento sobre o tema certamente esse índice de utilização poderá ser maior demonstrando dessa maneira a importância da formação docente para potencializar a EA no ambiente escolar. No entanto, essa formação não pode ser vista como algo pronto ou resultante de ações pontuais é preciso que ocorra de forma continuada promovendo a apropriação de conhecimentos da área e valorizando a experiência educativa do sujeito. (MOLON, 2009).

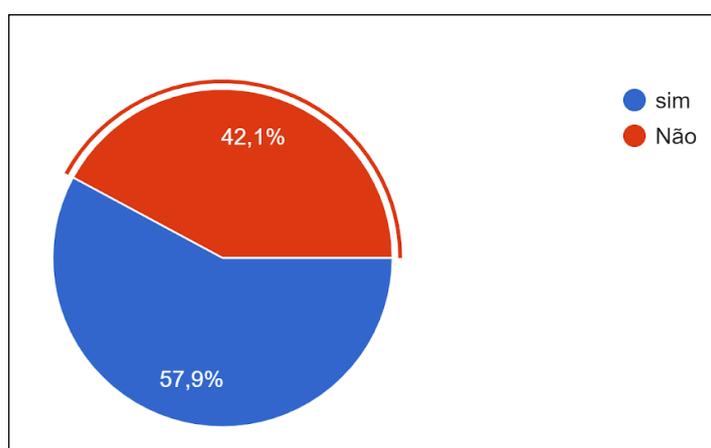


Figura 5. Professores que desenvolvem atividade didática com o tema educação ambiental no CEEP em Gestão Severino Vieira.

Na tabela 4 é possível verificar as respostas referentes à maneira que os professores utilizam a temática Educação Ambiental em suas aulas e planejamentos.

Tabela 4 - Uso da temática Educação Ambiental nos planejamentos dos docentes do CEEP em gestão Severino Vieira

Palestras de conscientização, conservação dos rios, não jogar lixo na rua.
Reciclagem
Trabalhando textos que abordam as questões ambientais.
Projeto de Horta escolar; Projeto de Intervenção no ambiente escolar de reaproveitamento de material reciclagem.
Projeto 5R's; Trabalho com questões sobre impactos ambientais, lei de Resíduos Sólidos, logística reversa de produtos e embalagens (os alunos pesquisam determinado material, composição e apresentam em equipe sobre as formas de reaproveitamento, reciclagem, cadeia reversa)
Textos referentes ao meio ambiente. Leitura, leitura compreensão, interpretação e produção textual

Aulas comentadas, aulas práticas. Trabalho de campo. Conscientização
Projeto Nossa sala nossa cara onde aproveitamos materiais e reciclamos
Trabalho com reaproveitamento de materiais, resíduos sólidos da construção civil, como cerâmica, madeira, etc.

As atividades citadas na tabela 4 perpassam pelos estudos indicados para a formação técnica profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (2012) e ProAESE(2015). São exemplos, as temáticas que discutem a reciclagem, o que recai a análise acerca do consumo, impactos ambientais, intervenção no ambiente escolar com o reaproveitamento de materiais e horta escolar. São temas relevantes e que ao trabalhados no ambiente escolar traz possibilidades para ampliar e aprofundar esses conhecimentos.

Para os entrevistados que afirmaram não utilizar a abordagem da temática ambiental foi solicitado que relatasse o motivo dessa prática ainda não se fazer presente em seus planejamentos pedagógicos. As respostas foram sintetizadas conforme a Tabela 5.

Tabela 5 - Motivos pelas quais os docentes do CEEP Em Gestão Severino Vieira não desenvolvem temática ambiental em suas aulas e planejamentos

“Não consta de forma específica na grade curricular das disciplinas que ensino”
“As minhas disciplinas são muito técnicas e nunca me motivei a desenvolver a educação ambiental dentro do conteúdo programático dado aos alunos.”
“As disciplinas não contemplam (as que leciono)”.
“Planejamento com conteúdo programático específico”.

É possível observar nas respostas obtidas que a não utilização da temática Ambiental se dá por não ser mencionada de forma específica no currículo. Conforme já foi observado faz-se necessária a que a Educação Ambiental faça parte do Plano de Curso bem como, dos componentes curriculares já constantes do currículo mediante a transversalidade. Tal fato implica na necessidade de fomentar o pensamento no sentido da interdisciplinaridade.

Conforme Cascino (2007), o processo interdisciplinar não se trata do simples cruzamento de “coisas” parecidas, ao contrário, é preciso construir diálogos fundamentados na diferença. Ainda de acordo com o mesmo autor o pensar interdisciplinar requer uma postura pesquisadora. Isso recai sobre a necessidade de trazer para a escola processos que propiciem o incentivo ao trabalho interdisciplinar e transversal necessário para os estudos da EA.

Conforme consta na Resolução 07/2017, Artigo 06, parágrafo único “A Educação Ambiental requer a interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimento e articulação entre diferentes componentes curriculares e em atividades extraclasse.” (BAHIA, 2017). Aparece

expresso na resolução supracitada a indicação de que a formação continuada de professores para a EA é de responsabilidade das secretarias de educação. Assim sendo, percebe-se lacuna nessa formação tendo em vista que 55% dos entrevistados responderam não estarem preparados para abordarem a temática (Figura 6).

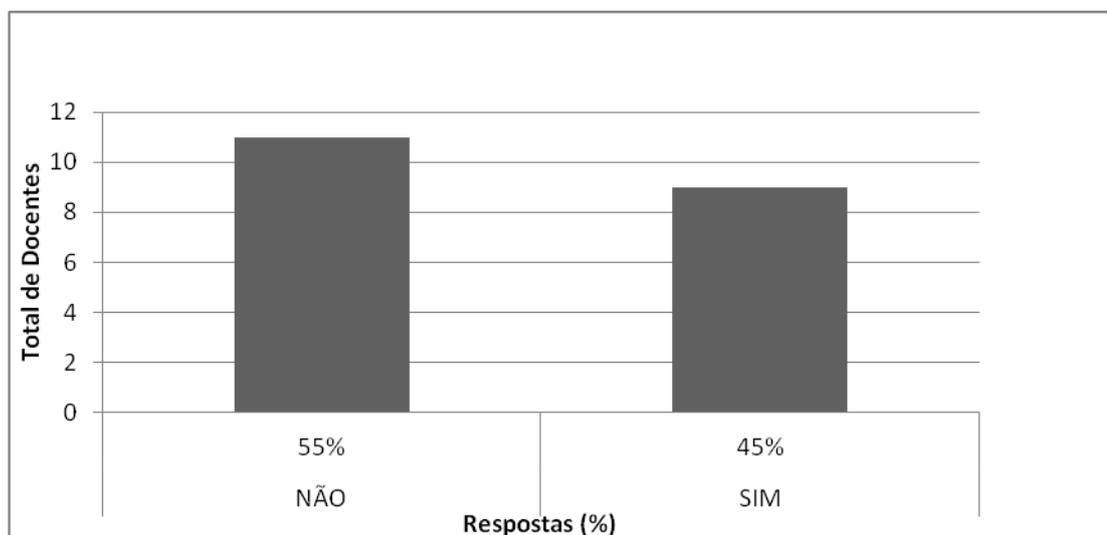


Figura 6. Abordagem da EA como tema transversal pelos professores do CEEP em Gestão Severino Vieira.

A inserção da proposta transversal, não objetiva criar novas áreas, mais sim que os temas transversais precisariam ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola (PCNs, 1997). A transversalidade trata-se da maneira de organizar o trabalho didático. Conforme Carvalho (2001) a transversalidade parte do consenso de que a temática ambiental deveria atravessar todas as áreas do conhecimento que fazem parte do núcleo do ensino formal e deve se vista como um fenômeno complexo a ser compreendido de maneira integrada e sistêmica. No entanto,

Ao diferenciar-se da educação tradicional e apresentar-se como um saber transversal a EA arca com todas as dificuldades de sua assimilação pela educação formal estruturada disciplinarmente. Como consequência resulta que, a despeito do interesse que a EA parece despertar nas escolas e professores tem se dado através de projetos pontuais e extracurriculares por iniciativas de professores e/ou diretores de cada escola, caracterizando uma dinâmica voluntarista e periférica do sistema escolar (CARVALHO, 2001, p. 263).

A afirmação de Carvalho (2001) sobre as consequências provenientes das dificuldades do uso do saber transversal na educação formal está de acordo com o observado nas respostas dos docentes do CEEP em Gestão Severino Vieira quando 45% respondeu que

seu planejamento didático não é elaborado numa perspectiva transversal. Enquanto que 50% afirmaram existir de modo sistematizado e 5% de modo não sistematizado (Figura 7). Apesar disso, todos os docentes responderam que acham importante os estudos da Educação Ambiental na educação profissional contemplando a transversalidade.

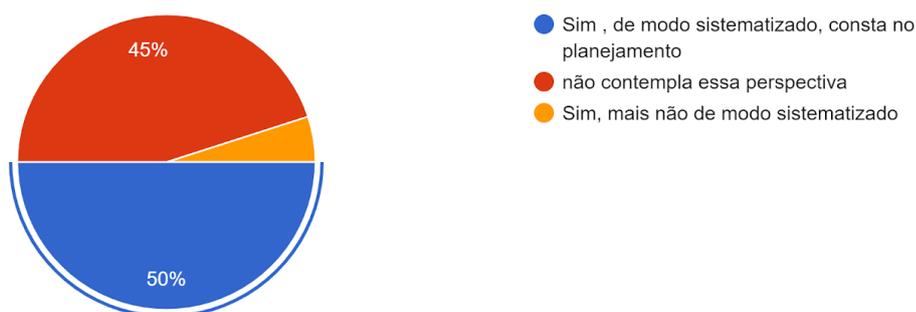


Figura 7. Uso da perspectiva transversal no planejamento de professores do Ceep em Gestão Severino Vieira.

O amparo legal da EA foi apresentado com 3 perguntas que versavam sobre o nível de conhecimento relativo as Leis e Programas em âmbito nacional e estadual, na figura é possível identificar os itens apresentados.



Figura 8. Leis e Programas EA

Ao perguntar sobre o nível de conhecimento dos participantes sobre as Leis e Programas de EA, em âmbito nacional e estadual, observou-se que a maioria conhece pouco, e uma parcela declarou nunca ter ouvido falar (Figura 9). Esse resultado evidencia a necessidade de difusão e discussão dessas leis e programas para que possam ser apropriadas e trabalhadas nos planejamentos e ações educativas.

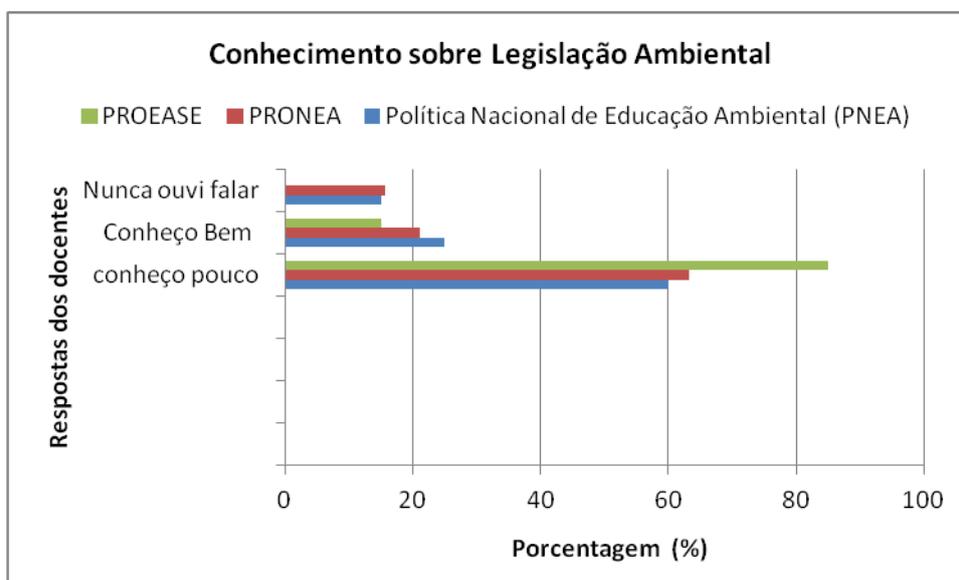


Figura 9. Nível de conhecimento dos docentes do curso técnico em administração do Ceep em Gestão Severino Vieira sobre as leis e programas da EA

Diante da orientação do Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional (ProEASE), para que a Educação Ambiental seja inserida como um eixo estruturante no Projeto Político das escolas, fazendo parte currículo de maneira permanente e continuada foi questionado aos professores se tinham conhecimento se a Educação Ambiental fazia parte do projeto político pedagógico da Unidade escolar. Verificou-se que 5% dos entrevistados afirmaram que não constava no PPP, 45% desconheciam e 50% que sim (Figura 10). Esse resultado demonstra que a metade dos docentes entrevistados desconhecem o PPP da Unidade Escolar, pois como mostrado neste estudo, não foi possível identificar termos e referências diretas à temática EA. Nesse sentido apenas, 5% demonstraram ter informação sobre o conteúdo do PPP.

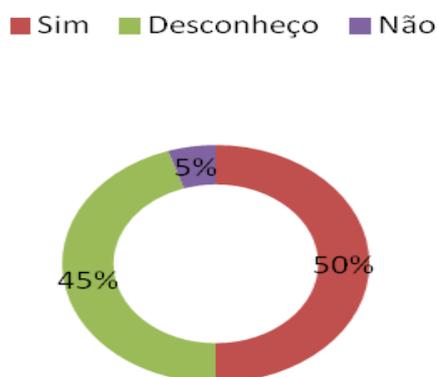


Figura 10. Conhecimento dos docentes do curso técnico em administração do Ceep em Gestão Severino Viera sobre a inclusão da temática Educação Ambiental no PPP da escola.

Considerando a importância do acesso à formação vinculada a sua área de atuação foi perguntado sobre a participação em curso que vinculasse a EA e a Educação Profissional. Pode-se observar na figura 11, que 75% dos entrevistados não tiveram acesso a esse tipo de conteúdo, e apenas 25% afirmaram terem participado. Há de fato, uma carência nesses estudos. Segundo Lamosa (2017) a estrutura curricular que tem como base disciplinas, a realização da educação ambiental pressupõe formação inicial e continuada, e estrutura de gestão que propicie a infraestrutura e carga horária que se fizer necessária para tal prática.

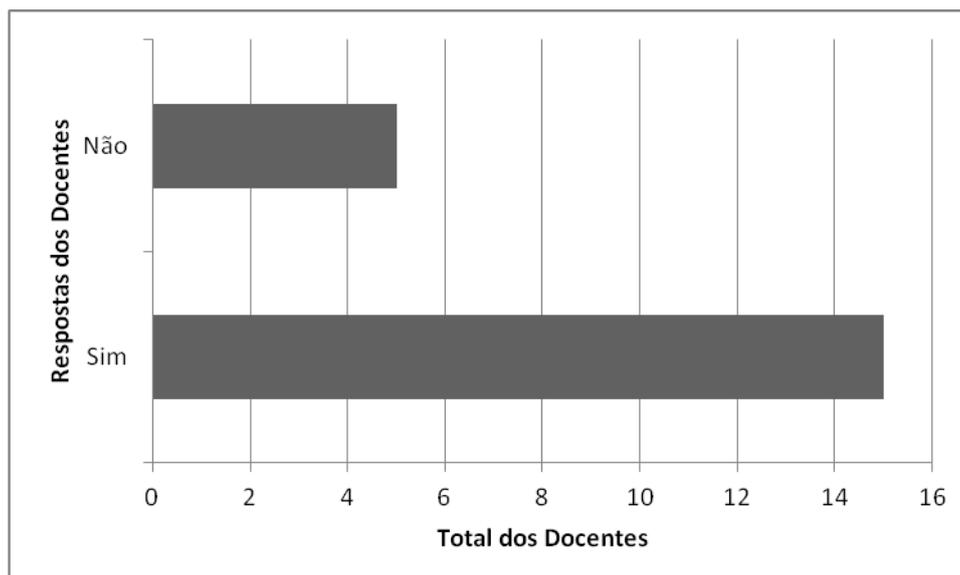


Figura 11. Participação dos professores do curso técnico em Administração do CEEP em Gestão Severino Vieira em cursos vinculando EA e Educação Profissional.

Nesse sentido, Moura (2008) afirma que:

A formação e a capacitação devem, portanto, ir além da aquisição de técnicas didáticas de transmissão de conteúdos para os professores e de técnicas de gestão para os dirigentes. Evidentemente, esses aspectos continuarão sendo importantes, mas o objetivo macro é mais ambicioso e deve privilegiar a formação no âmbito das políticas públicas do país, principalmente as educacionais, numa perspectiva de superação do modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente, de modo que se deve priorizar mais o ser humano do que, simplesmente, as relações de mercado e o fortalecimento da economia. (MOURA, 2008, p.30)

Assim sendo, a formação vinculando a EA e a Educação profissional deve ser fortalecida no princípio questionador do modelo de produção e as consequências socioambientais provenientes dele. Diante disso, a proposta contida no produto educacional, em formato de curso de extensão visa fomentar questionamentos acerca da temática bem como, acesso a formação inicial e continuada tão necessária para a prática dos estudos em EA.

Os docentes que declaram terem participado de curso ou formação relacionando a EA a educação profissional listaram esses cursos, que constam na tabela 6.

Tabela 6- Capacitação docente relacionando EA à Educação Profissional.

Palestras promovidas pela UFBA
Desenvolvimento Sustentável – FASUL
Apenas curso de extensão, voltado para formação mais geral
No curso de Pós Graduação Política organizacional Pública,
Formação de Professores em Educação Ambiental - MEC. Educação Ambiental no

É relevante destacar que só consta uma formação ofertada pelo MEC e não aparece citada nenhuma promovida pela secretaria estadual da educação. Entre as linhas de ação contidas no ProEASE está a formação continuada do conjunto dos trabalhadores da educação por meio de cursos presenciais e semi presenciais. Deve-se levar em conta também que o número de participantes é apenas uma amostra de professores da rede estadual atuantes hoje na educação profissional.

No que diz respeito ao interesse em participar de curso de extensão que tratasse da temática EA na educação profissional apenas um dos entrevistados disse não ter interesse, justificando a incompatibilidade de horário para realização do mesmo.

Tolares (2013) deixa claro a importância da capacitação para os professores, quando expõe que:

A formação dos professores, junto com outros elementos que atuam no contexto escolar, é parte do processo de incorporação da temática ambiental no âmbito curricular, pois, sem que haja uma compreensão das questões ambientais em seus aspectos políticos, ideológicos, sociais e econômicos, buscando a construção de valores e atitudes, as ações tendem a se tornar descaracterizadas como alternativas para a renovação da prática pedagógica. (TOLARES, 2013, p.09)

Dessa maneira, entende-se que a temática ambiental passará a ser incorporada nas práticas docentes a partir da formação de professores.

5 PRODUTO EDUCACIONAL: Curso de Extensão - Educação Ambiental enquanto tema transversal na Educação Profissional

O produto educacional proposto e executado foi um curso de extensão intitulado: “Educação Ambiental enquanto tema transversal na Educação Profissional”, tendo como público alvo docentes da unidade escolar onde a pesquisa foi realizada. A atividade de extensão é prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, como uma das finalidades da Educação Superior conforme Capítulo IV art.43:

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

O produto educacional está voltado para a prática educativa na EPT. A abordagem

levou em consideração a análise prévia das ementas e de documentos oficiais, tais como as orientações contidas na portaria SEC nº 1.128, de 28 de janeiro de 2010, que instituem a inclusão nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, os estudos transversais, a exemplo da EA, com abordagem inclusiva e interdisciplinar, e a lei Federal nº 9795/99, que instituiu a EA com um componente essencial e permanente, orientando para seu enfoque, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo de ensino. As bases conceituais que ancoram o estudo foram: trabalho como princípio educativo e formação integral do sujeito.

De acordo com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, na seção II que aborda a Educação Ambiental no Ensino Formal, o Art. 9º esclarece sobre a aplicação da EA no âmbito escolar formal, "entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas". A educação profissional é citada como uma das modalidades a incluir em seu currículo a temática, como descrito no inciso "§ 3º: Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas." (BRASIL, 1999). Diante disso, fica evidente a necessidade de relacionar a EA à formação profissional. A atividade de extensão proposta possibilitou abordar a temática diretamente à classe docente, o que poderá contribuir futuramente em sua prática educacional junto aos estudantes da EPT.

O curso foi organizado em quatro módulos que foram executados no período de 22 de maio a 10 de julho de 2019, durante as Atividades Complementares dos docentes, totalizando carga horária total de 16 h, com certificação. A escolha de aplicação como parte da atividade complementar é fundamentada de acordo com a Lei nº 8.261 de 29 de maio de 2002, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia que em seu Art. 56:

Considera-se Atividade Complementar, a carga horária destinada, pelos professores em efetiva regência de classe, com a participação coletiva dos docentes, por área de conhecimento, à preparação e avaliação do trabalho didático, às reuniões pedagógicas e ao **aperfeiçoamento profissional**, de acordo com a proposta pedagógica de cada Unidade Escolar.

A participação dos docentes no curso de extensão pode ser entendida como um aperfeiçoamento profissional. E está alinhada com o programa Estadual referente à EA, pois trata-se de "incentivo a pesquisa e divulgação científica e sua apropriação por educandos e educadores"(ProEASE, 2013). Durante a execução do curso de extensão, por se tratar de proposta que visa debater a transversalidade, a participação não ocorreu por área, mais sim, englobou os docentes que atuam no curso técnico em administração do centro educacional

escolhido para desenvolvimento da pesquisa, possibilitando dessa maneira a interdisciplinaridade prevista na EA.

Em cada módulo do curso de extensão foi abordado uma temática relacionada à EA: (i) Trajetória histórica e inserção legal da Educação Ambiental no Brasil; (ii) Educação Ambiental: princípios sociais, econômicos e éticos na relação sociedade/natureza; (iii) Educação Ambiental como tema transversal; e (iv) Práticas de Educação Ambiental na Educação Profissional.

Para fins de execução foi produzido material de apoio em formato de apostila que foi utilizada durante as apresentações dos módulos (Apêndice F).

5.1. Módulo 1- Trajetória histórica e inserção legal da Educação Ambiental no Brasil

O primeiro encontro ocorreu no dia 22 de maio de 2019, na sala da coordenação pedagógica. A escolha dos conteúdos para o primeiro encontro foi baseada nos dados levantados e já apresentados no questionário com os docentes a análise mostrou uma necessidade de discutir e apresentar as bases legais da EA, uma vez que a maioria respondeu anteriormente não conhecer detalhadamente ou até mesmo desconhecer. As figuras 12 e 13 mostram o momento em que foi apresentada a organização dos temas principais a serem trabalhados nos encontros, o arquivo com os conteúdos programados e a bibliografia.



Figura 12. Apresentação do curso para os participantes



Figura 13. Participação dos professores durante o Módulo 1

Neste primeiro módulo foi abordada a trajetória histórica da Educação Ambiental, as principais conferências Mundiais que deram início a discussão do tema ambiental e a EA e a contextualização histórica.

Os dados históricos apresentados podem ser resumidos conforme a figura 14.

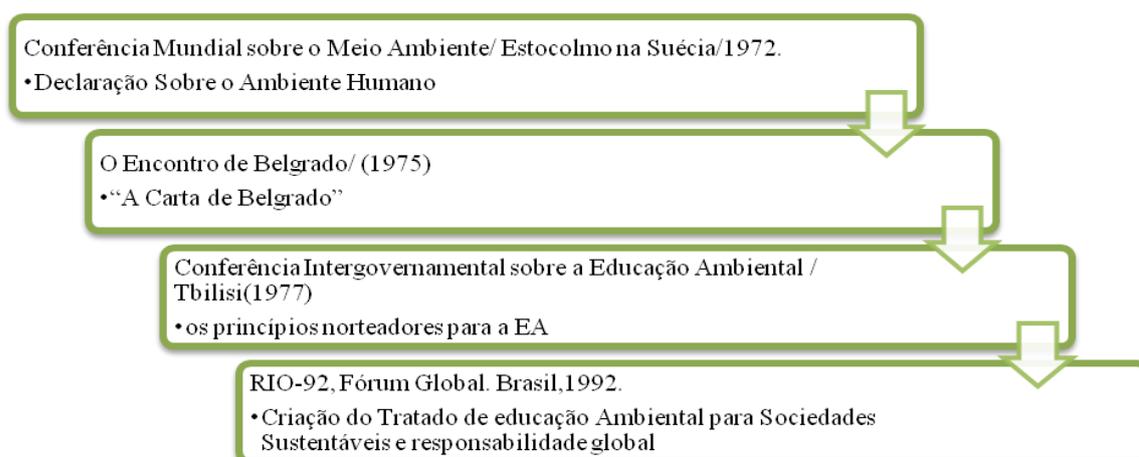


Figura 14. Fonte, PRONEA, 2004. Conferências Internacionais EA: a autora.

Os professores demonstraram bastante interesse e participação, comentando sobre o tema e a importância de discutir a problemática ambiental e como a educação pode contribuir para isso. Foi exibido vídeo com reportagem sobre a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio-92. Foi um momento bastante participativo, pois alguns presentes tinham lembranças do período e como esse fato histórico foi importante para a consolidação da Educação Ambiental no Brasil, uma vez que passou a ser um dos instrumentos da política ambiental brasileira.

Foi abordado que, durante a Conferência ocorreu à elaboração do Tratado de Educação

Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS), bem como a visão sobre a Educação Ambiental (EA) contida nele, que é tida como um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida, valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ainda como produto decorrente da Rio-92, tem-se a Carta Brasileira para Educação Ambiental, que foi elaborada com a participação do MEC.

Nesse contexto, a trajetória histórica da EA no Brasil foi apresentada conforme tabela que segue:

Tabela 7- Trajetória histórica da EA no Brasil.

Década de 70 - EA é identificada pela existência do movimento conservacionista
1973- Institucionalização da EA com a criação da SEMA - Secretaria Espacial de Meio Ambiente
1981- Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA)- Necessidade de inclusão da EA em todos os níveis de ensino
1988-Constituição Federal, artigo 225, inciso VI, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
1988- Criação d Rede Paulista e capixaba de EA
1991- Criação do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do MEC. Criação da Divisão da Educação Ambiental do IBAMA
1992- Criação do Ministério do Meio Ambiente. Instituição por parte do IBAMA dos Núcleos de EA. Agenda 21. Elaboração da Carta Brasileira para educação ambiental
1994- Criação do PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental
1997 – Aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)Temas Transversais.
1999- Aprovação da Lei nº 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.
2003 – Realização da Conferência Nacional de Meio Ambiente
2004 - Fórum Brasileiro de Educação Ambienta l - construído de forma coletiva com a Rede Brasileira de Educação Ambiental
2012- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, (Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012), que e traz a aplicação de conceitos e de características pedagógicas para temáticas a serem efetivadas nos diferentes níveis de ensino.

Fonte: PRONEA, 2004 e DCNEA (2012).

Foi apresentado o conceito legal da EA segundo a Política Nacional de meio ambiente:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Além disso, destacou-se o Art. 2º- “A educação ambiental é um componente essencial

e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. Dado a importância da EA no processo educativo.

Nesse sentido evidenciado a criação do ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental, sobre o seu importante papel na orientação de agentes públicos e privados para a reflexão, a construção e a implementação de políticas públicas que possibilitem solucionar questões estruturais, almejando a sustentabilidade socioambiental (ProNEA, 2005).

Contextualizando foi apresentada a base legal da EA no Estado da Bahia conforme gráfico abaixo:

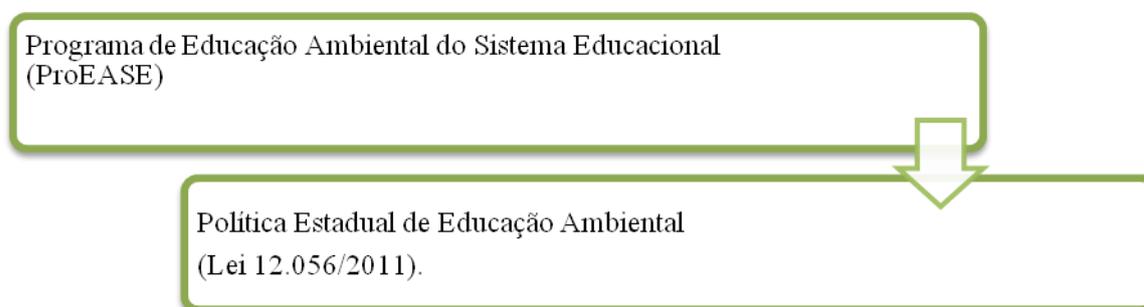


Figura 15. Legislação Ambiental Bahia.

Diante disso, os participantes explanaram compreender a relevância do PRONEA e o quanto foi importante para que na esfera da secretaria estadual da educação da Bahia fosse elaborado o Programa de educação Ambiental do Sistema Educacional (ProEASE) em 2010, bem como a Política Estadual de Educação Ambiental (Lei 12.056/2011).

Durante a apresentação dos marcos legais da educação ambiental no Brasil e na Bahia foi perceptível o interesse por conta dos participantes nos temas trabalhados.

Com isso conclui-se que, o primeiro encontro foi muito proveitoso de grande participação e receptividade. Os professores demonstraram vivacidade e compreenderam a relevância do tema para ampliar o conhecimento e melhor debater e planejar o trabalho pedagógico

5.2- Módulo 2 - Educação Ambiental: princípios sociais, econômicos e éticos na relação sociedade/natureza

Dando continuidade ao curso de extensão, no dia 29 de maio de 2019 ocorreu o segundo encontro na sala de coordenação da Unidade Escolar (Figura 16). O Tema principal foi: Educação Ambiental: princípios sociais, econômicos e éticos na relação sociedade/natureza.



Figura 16. Segundo encontro realizado no dia 29/06/19 na sala da Coordenação do CEEP em Gestão Severino Vieira.

O encontro foi iniciado com exibição de um vídeo animação chamado “Man” de Steve Cutts, que tem duração de 3 minutos e 36 segundos. A sequência retratada na animação diz respeito à sociedade do consumo. Após a término do vídeo foi iniciado um debate sobre as reflexões que podem ser feitas a partir do que foi observado. Os professores contribuíram com o debate, relatando sobre suas percepções e experiências relacionadas ao tema.

Isso permitiu que o conceito a ser trabalhado inicialmente de Natureza e de Meio Ambiente fosse tratado de maneira mais clara, pois a conclusão dos presentes configura para a ideia de que o ser humano primitivo era parte integrante do todo, em uma relação que preservava o equilíbrio dinâmico da natureza. Nesse momento foi apresentado o conceito de Natureza e de Meio ambiente, “um conjunto de elementos vivos e não-vivos que constituem o Planeta Terra, que se relacionam influenciando e sendo influenciados entre si, em um equilíbrio dinâmico” (Guimarães, 1995, p.11).

O modo de produção e consumo dominantes na sociedade, provenientes dos avanços tecnológicos e científicos traz como resultados a degradação ambiental e injustiça social além de romper com o “equilíbrio dinâmico”. No sistema educacional esse processo por vezes foi apresentado como algo inerente ao ser humano, resultando em certa forma em aceitação das consequências socioambientais sem problematizar (ProEASE,2015).



Figura 17. Encontro 2 . Questionamento na tela constante no ProEASE,2015.Charge, ENEM 2010.

Para mudar essa aceitabilidade sem questionamentos é preciso compreender o contexto histórico de surgimento e de acirramento da problemática ambiental, além de que, a mesma não pode ser considerada como fato isolado. As causas dos problemas socioambientais são expressões dos modos de apropriação e uso dos recursos naturais. Seu entendimento deve partir da dinamicidade existente na sociedade capitalista que conecta diretamente a questão ambiental às relações sociais capitalistas (ZACARIAS, 2009).

Assim sendo, o encontro foi iniciado com a animação que propicia o entendimento visual do processo histórico levando ao debate e melhor embasamento da temática proposta. A importância dessa análise é debatida conforme Grun (1996):

“A eliminação da perspectiva histórica que nos impede que vejamos de que modo um problema como a escassez, por exemplo, tem sua origem associada a um determinado conjunto de padrões culturais historicamente construídos (...) desistoricização das relações sociedade e sociedade” (GRUN, 1996, p.108)

Nesse contexto, a sequência do conteúdo programado deu margem para associar a importância da Educação ambiental. O amparo teórico da EA abordada foi segundo Layrargues (2009) como compromisso social, deve abordar a relação entre o ser humano e a natureza inserida no contexto das relações sociais propiciando:

- Desenvolvimento de uma consciência ecológica no educando;

- Contextualizar o projeto político pedagógico de modo a enfrentar a padronização cultural, exclusão social, concentração de renda, apatia política além da degradação da natureza. (LAYRARGUES, 2009)

A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais está nos princípios da Educação Ambiental (PNEA, 1999). “Trata-se de uma ética universal ou da solidariedade humana. Como presença consciente no mundo, o ser humano não pode escapar à responsabilidade ética de seu mover-se no mundo” (DEORCE e RODRIGUES, 2014, p. 175).

Esse foi o momento de reflexão acerca da importância da associação da ética, da educação, do trabalho e das práticas sociais, e do contexto de atuação dos professores na Educação profissional. Isso fez com que o grupo participasse, deixando suas opiniões e ideias sobre a temática, relatando inclusive que já buscavam um novo olhar dentro de sua atuação.

Na sequência foi abordado o conceito de ética ambiental:

Pode ser considerada como aquela que advém da necessidade de reexaminarmos nossos valores e princípios em razão dos problemas ambientais e à necessidade de compreendermos as razões que definem a relação do homem com a natureza. (WOLKMER e PAULITSCH, 2011, p.221).

A crise ambiental que se vive atualmente é, em essência, uma crise ética, ou seja, de valores, vinculada ao modo como o homem se relaciona com o seu mundo natural (WOLKMER e PAULITSCH, 2011, p.221). Nesse sentido, os professores concordaram com os autores e reafirmaram a importância do debate sobre a crise ambiental e seus reflexos.

Ao trazer essa temática no encontro foi possível criar caminhos para o debate e relacionar ao momento onde na formação escolar, principalmente a Educação Profissional, está inserida em um contexto geral que prima pela individualidade e o acirramento da competitividade. É preciso conceber outras racionalidades e formas de pensar o mundo, mais éticas.

Muitas empresas, ao incorporarem o “verde” em suas linhas de produção e de *marketing* visam ao interesse econômico em detrimento dos princípios éticos relacionados às questões socioambientais. Nesse sentido, o objetivo não é o de *consumir menos*, mas de *consumir diferente*. Trata-se de uma ética reduzida ao mercado, representado pelo binômio tecnologia limpa/consumidor verde, que o sistema econômico vigente enfrenta a problemática socioambiental (DEORCE e RODRIGUES, 2014).

Houve intervenção dos participantes para chamar a atenção que esse pensamento de uma ética reduzida ao mercado conforme citada anteriormente, muitas vezes pode adentrar a sala de aula nos cursos da Educação Profissional dentro de um planejamento pedagógico que

não contextualize historicamente o processo de produção e consumo, por isso é imprescindível entender a problemática ambiental e suas implicações éticas, partindo do pressuposto uma compreensão das relações sociedade e natureza, historicamente, constituídas, não podendo ser dissociadas.

O segundo encontro foi marcado pela participação e contribuição dos presentes de forma bastante proveitosa e com clareza de ideias. A conclusão que foi deixada por todos é que “faz-se necessário repensar as práticas humanas frente à natureza, mais éticas, solidárias e com compromisso social”.

5.3 Módulo 3- Educação Ambiental como tema transversal

O terceiro encontro do curso ocorreu no dia 05 de junho de 2019 (Figura 18). O tema proposto foi sobre a educação ambiental como tema transversal. Conforme dados da pesquisa realizada com os docentes, 55% afirmaram não se sentir preparado para trabalhar o tema educação ambiental como tema transversal. Diante disso e mediante a indicação do Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional (ProEASE), para que a Educação Ambiental seja inserida como um eixo estruturante no Projeto Político das escolas torna-se relevante abordar tal temática associada a educação profissional na Bahia.

Dessa maneira, o encontro foi organizado de forma a contemplar a política da Educação profissional na Bahia e seus princípios e a apresentação de análise da ementa de uma disciplina com vistas a observar a abordagem da EA e por fim a entrega das ementas das disciplinas ministradas pelos participantes para que os mesmos pudessem observar e relacionar os marcos contidos com práticas de temas transversais e interdisciplinares.



Figura 18. Encontro 3 – Educação ambiental como tema transversal.

Nesse encontro, inicialmente, foi apresentado o conceito de tema transversal no seu contexto de difusão no Brasil a partir dos Parâmetros curriculares Nacionais (2007). A transversalidade no entendimento dos PCNS e nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica está resumida no organograma a seguir:

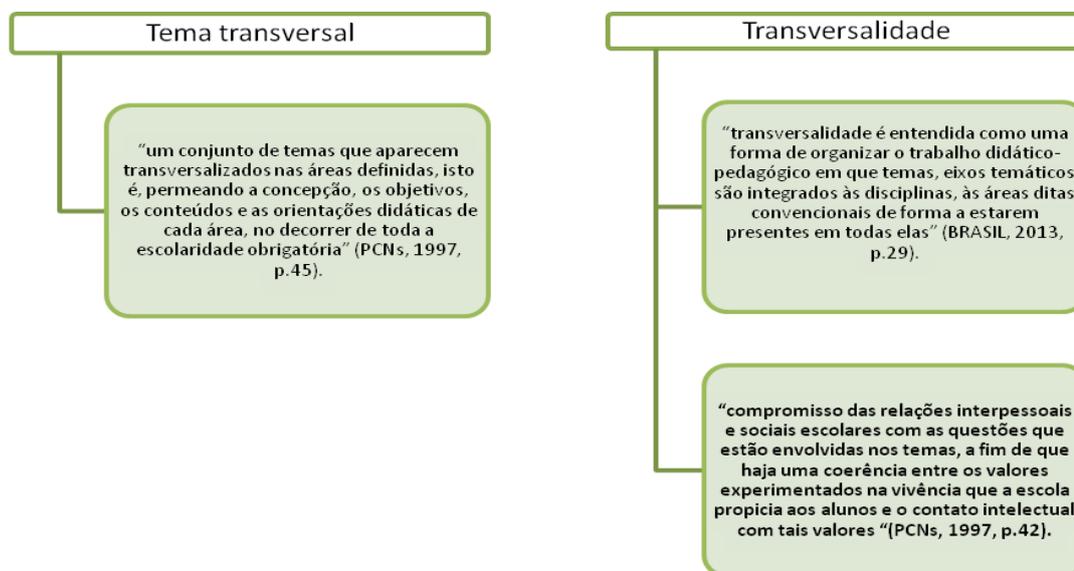


Figura 19. Conceitos transversal e transversalidade

Após a apresentação dos conceitos de tema transversal e transversalidade, foi debatido sobre a inserção da Educação Ambiental enquanto tema transversal a partir da publicação dos Parâmetros curriculares Nacionais (PCNs 1997) e que a sua utilização deve ocorrer de forma contínua e integrada no currículo por meio da transversalidade interagindo com as áreas convencionais (PCNs, 2007).

Após esse momento foi apresentado o amparo legal que traz a legitimidade do uso da Educação Ambiental no âmbito da Educação Profissional. A PNEA indica que a EA deve ser abordada no currículo, como tema transversal. Ao tratar desse tema foi utilizado os seguintes embasamentos: A PNEA orienta para a integração da temática dentro dos programas educacionais existentes, justificando assim o uso do termo transversal. Além da contribuição de Costa e Loureiro (2013):

A abordagem interdisciplinar das questões ambientais implica em utilizar a contribuição das várias disciplinas (conteúdo e método) para se construir a compreensão e explicação do problema tratado e desse modo, superar a compartimentação e a fragmentação do saber (COSTA e LOUREIRO, 2013, p.05).

Esse momento gerou algumas indagações sobre a necessidade de um planejamento

cada vez mais próximo da realidade escolar e dentro de uma participação coletiva com troca de saberes entre os profissionais para que a realidade se configure em práticas menos fragmentadas, que segundos eles, ainda são muito comuns nos ambientes escolares.



Figura 20. Encontro 3 Educação ambiental como tema transversal

O tópico seguinte foi sobre a política para a Educação Profissional vigente no Estado da Bahia que foi implantada posterior ao Decreto Federal 5.154/04, que regula a educação profissional de nível médio no Brasil.

Conforme material disponibilizado, a EPT na Bahia foi implementada através do Plano de Educação Profissional da Bahia, que apresenta as bases para subsidiar uma política Pública para a EP no Estado.

Foram apresentadas aos presentes as informações sobre os princípios contidos no plano que tem como base:

- Do trabalho como princípio educativo
- Intervenção como princípio pedagógico;
- Da formação integral;
- Currículo integrado;
- Do desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental do Território;
- Do desenvolvimento de tecnologias sociais;

Os princípios contidos não eram de conhecimentos de todos, o que trouxe relevância para esse momento dentro do encontro. Conceitualmente, foram abordados os conceitos de trabalho como princípio educativo (SAVIANI, 2007), da formação Integral (CIAVATTA e RAMOS, 2011) e do currículo integrado (MOURA 2007).

Os participantes conseguiram identificar no cotidiano os pressupostos da intervenção social, nas disciplinas e nos projetos, o princípio do desenvolvimento de tecnologias sociais nas feiras promovidas pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC) que reúnem os projetos dos Centros de educação profissional da rede estadual.

O último momento do encontro foi à apresentação da análise da ementa da disciplina gestão e impactos socioambientais, em forma de banner, artigo científico publicado em 2018 no CONNEPI – Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação e que trata de um dos objetivos desse estudo. Os participantes do curso demonstraram interesse e gostaram da ideia de relacionar a ementa da disciplina a EA como tema transversal. Com isso, foi entregue para cada professor a ementa ou ementas da(s) disciplina (as) ministradas por eles para que pudessem fazer um exercício posterior de buscar co-relacionar os temas trabalhados nos encontros à sua atuação profissional com vistas a trabalhar a educação ambiental de forma transversal e interdisciplinar em sua prática pedagógica.

5.4 Módulo 4 - Práticas de Educação Ambiental na Educação Profissional.

O último encontro aconteceu no dia 10 de julho de 2019. O objetivo programado para esse momento foi de indicar de que maneira a educação ambiental se relaciona com a educação profissional fazendo uma relação com os temas tratados nos encontros anteriores

Ao iniciar o estudo foi discutido sobre as Práticas de Educação Ambiental na Educação Profissional, e que as mesmas devem ser conduzidas na perspectiva de formação de sujeitos trabalhadores através de uma reflexão crítica. Além disso, que sejam promotoras de transformação social, revelando-se contra as exigências do capital que atuam no sentido de subordinar e precarizar o trabalhador, dificultando o seu desenvolvimento em todas as suas potencialidades.

Nesse sentido, foi feita uma referência à perspectiva de formação humana contida na EPT da Bahia e como se relaciona com a Educação Ambiental, pois para a construção de alternativas para o meio ambiente e sua sustentabilidade faz-se necessário compreender os problemas, as crises e os potenciais de uma sociedade a partir de uma reflexão crítica (PAULA e HENRIQUE, 2016).

Foi destacado que, entre os objetivos fundamentais da Educação Ambiental contidos na Política Nacional de Educação Ambiental (1999), aparece o “estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social”. O questionamento foi

como adquirir essa consciência? As respostas convergiram para a afirmação de que só é possível através de uma abordagem ambiental contextualizada e que considere a historicidade de produção do sujeito enquanto ser coletivo e individual.

Dessa maneira, “o processo educativo ambiental neste horizonte relaciona sociedade e ambiente às formas históricas com que o homem se relaciona com o ambiente e também entre si, priorizando a necessidade da participação política dos sujeitos”. (LOUREIRO e COSTA, 2015, p.188).

Ao tratar da legalidade da Educação Ambiental foi destacado mais uma vez, que a mesma deve ser inserida como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo formal e não formal (Artigo 2º, da Lei 9.795/99).

Na sequência do curso foi abordada a relação da Educação Profissional e Educação Ambiental conforme a Resolução CNE/CEB Nº 6, de 20 de setembro de 2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (p. 45). Essa resolução considera um conjunto de iniciativas no processo de planejamento e gestão dos cursos de educação profissional no que tange a Educação Ambiental:

- Abordagem da Educação Ambiental numa perspectiva sistêmica, integrada, inter e transdisciplinar, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento e componentes curriculares;
- Inserir a dimensão socioambiental na formação dos diversos perfis profissionais, relacionando-a ao exercício das funções técnico profissionais;
- Incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos técnicos e metodológicos que aprimorem a cidadania ambiental, com a participação ativa nas tomadas de decisão, com responsabilidade individual e coletiva em relação ao meio ambiente local, regional e global;
- Promover a educação ambiental, em todas as áreas técnicas, com o estudo sobre a legislação ambiental e gestão ambiental aplicáveis às respectivas áreas e atividades profissionais e empresariais;
- Reflexão a partir da dimensão socioambiental específica relacionada a cada habilitação profissional e ao exercício de cada atividade produtiva e laboral;
- Incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias e práticas produtivas limpas e apropriadas que permitam a sustentabilidade ambiental nas atividades econômicas,

abordando o consumo sustentável e considerando processos desde a matéria-prima até o descarte final de resíduos.

As ações supracitadas visam um fortalecimento da Educação Ambiental, com vistas a promover uma gestão sustentável e a inserção da dimensão socioambiental nos currículos, na formação de professores e na elaboração de materiais didáticos por isso foram trazidas para serem discutidas nesse encontro.

Após a explanação das iniciativas contidas nas Diretrizes analisou-se alguns títulos de projetos desenvolvidos no âmbito da educação profissional da rede estadual da Bahia e apresentados na 3ª Feira de Tecnologias Sociais da Rede Estadual de Educação Profissional da Bahia, no ano de 2015. Os exemplos visavam demonstrar possibilidades de estudos já desenvolvidos e que podem servir de inspiração para futuros projetos. Destaque foi dado para os projetos que foram apresentados por professores e alunos da unidade escolar:

- Horta escolar com foco em sustentabilidade e empreendedorismo. Professores: Verônica Ávila Prazeres; Valmor Castro Vieira da Silva. Publicado na 3ª Feira de Tecnologias Sociais (2015);
- Projeto "Nossa sala - nossa cara". Professora Elisete Abreu. Destaque na página oficial da SEC. (Publicado em:13/04/2018 .[http// estudantes.educacao.ba.gov.br](http://estudantes.educacao.ba.gov.br));

A iniciativa de citar os projetos locais foi bem recebida pelos presentes que demonstraram satisfação com a valorização dos estudos feitos pelos colegas. Alguns relataram não conhecer, contudo, a maioria já tinha acesso aos projetos e participaram em algum momento da execução. O projeto da horta já foi concluído. Enquanto, o projeto “Nossa sala- nossa cara” permanece em atividade na unidade escolar com a realização de várias intervenções de 2015 até os dias atuais.

No último encontro, além dos 10 inscritos no curso de extensão houve a presença de três professores como ouvintes, além das coordenadoras pedagógicas do turno noturno e a Gestora da Unidade escolar Professora Juçara Santos. A sequência das imagens registraram o encerramento do curso de extensão que contou com 4 encontros durante o AC – Atividade complementar dos docentes, contabilizando 16h em certificação.



Figura 21. Registro da presença da Diretora, Juçara Santos, dos participantes do curso de extensão e professores ouvintes



Figura 22. Registro dos professores que participaram do curso de extensão.



Figura 23. Registro da presença das Coordenadoras pedagógicas junto com os participantes do curso.

5.5 Avaliação e contribuições sobre o curso de extensão

Após o término os participantes foram convidados a responderem um formulário de avaliação do curso de extensão. A amostra obtida entre os 10 participantes foi de 9 preenchimentos e devolutivas dos formulários. Tal ação tem como objetivo adequar e melhorar às ações que foram executadas. A seguir os dados foram compilados e estão apresentados na sequência:

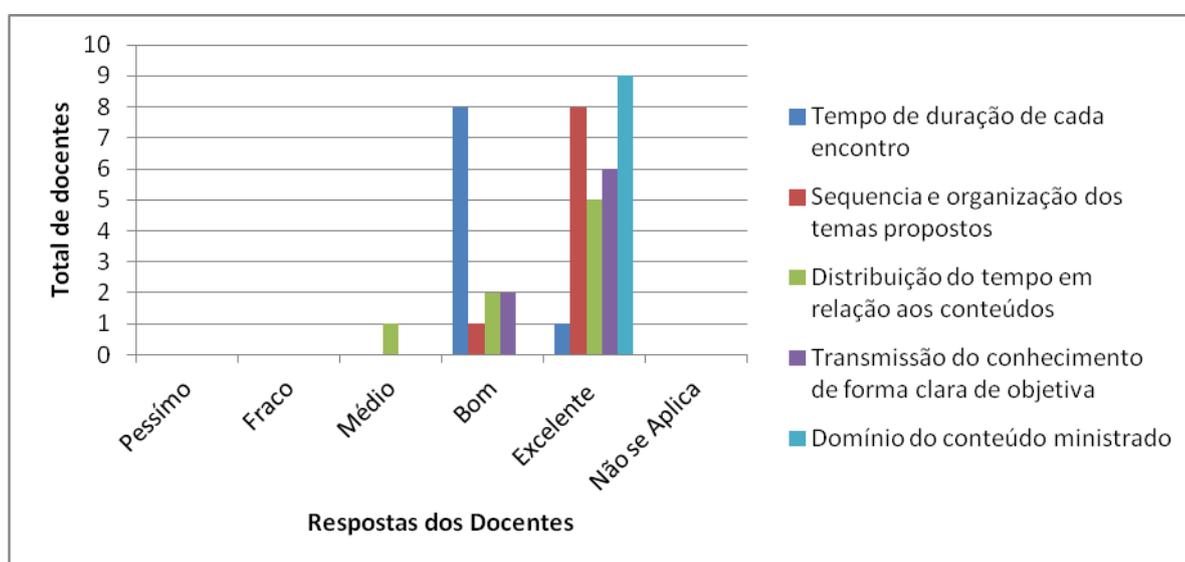


Figura 24. Avaliação do curso de extensão pelos professores do Ceep em Gestão Severino Vieira

As cinco primeiras questões foram referentes ao tempo de duração, sequência e organização dos conteúdos e transmissão do conhecimento com objetividade e clareza. É possível considerar que a devolutiva contida nas respostas trouxe um resultado que pode ser avaliado como satisfatório. A organização do curso em 4 encontros, foi considerada como excelente por todos os que responderam o questionário. A sequência e organização dos temas, também foi respondida como excelente por 8 dos 9 participantes, e a distribuição do tempo em relação aos conteúdos ficou avaliada em média como bom e excelente. O conteúdo foi avaliado como excelente e, ou bom e transmitido de forma clara objetiva. Já o domínio do conteúdo como excelente por todos os participantes.

Na sequência foi perguntado se o participante indicaria o curso para outros professores da educação profissional e todos responderam que sim, justificando as respostas. A seguir estão transcritas as justificativas deixadas. Será utilizada a letra (P) referindo aos professores

mantendo o anonimato previsto na pesquisa.

Tabela 8- Motivos elencados pelos professores para indicar o curso para outros professores da educação Profissional

Motivos para indicar o curso para outros professores da educação Profissional	
P1	<i>“É um tema que independente da área do conhecimento todos devem ter um pouco de domínio, uma vez que o conhecimento deve ser discutido de forma transversal”</i>
P2	<i>” Por se tratar de um tema atual e necessário para a docente”</i>
P3	<i>“Preservar o meio ambiente é preservar a vida nos diversos ecossistemas”</i>
P4	<i>“Muitos professores não aplicam de forma correta este tema transversal por desconhecer, inclusive a fundamentação legal”</i>
P5	<i>“Pela importância do tema para a educação profissional e tecnológica”</i>
P6	<i>“ É um conhecimento globalizado a nível ambiental, um agregado de informações”</i>
P7	<i>“Com certeza o curso foi muito esclarecedor e nos possibilitou uma reflexão sobre o referido conteúdo em nossa prática pedagógica”</i>
P8	<i>“ o tema abrange a vida de todos seres vivos do nosso planeta e tem que ser transmitido por todos, principalmente, para os dissimuladores de conhecimento que influencia em público que merece ideias para que possam conscientizar da situação emergente do nosso meio ambiente”</i>
P9	<i>“Diante da necessidade de inserir a temática dentro das salas de aula, discutir sobre educação ambiental é instrumentalizar o professor para melhor exploração”.</i>

As respostas obtidas encaminham no sentido de conferir a importância da Educação ambiental na Educação Profissional. Alguns itens podem ser destacados como, por exemplo, a resposta do P4, sobre a importância do conhecimento da fundamentação legal, que foi trabalhada durante o curso, para que o professor possa aplicar de forma consciente o tema transversal. A indicação do curso a partir desse pressuposto converge com a necessidade apontada pelo desconhecimento legal indicado pela maioria dos entrevistados na primeira etapa do estudo. A contribuição de P1 que indica que todos os profissionais, independente da área precisam conhecer a temática devido à discussão ser de forma transversal. Por fim a contribuição de P7, que indicaria o curso por considerar que foi *“muito esclarecedor e nos possibilitou uma reflexão sobre o referido conteúdo em nossa prática pedagógica”*.

Foi questionado sobre de que maneira a EA poderia contribuir para a formação de cidadãos críticos e responsáveis ambientalmente. As respostas obtidas foram diversas e estão na tabela abaixo:

Tabela 9 - Respostas dos professores sobre a contribuição da Educação Ambiental na formação de cidadãos críticos e responsáveis ambientalmente

A contribuição da Educação Ambiental na formação de cidadãos críticos e responsáveis ambientalmente	
P1	<i>O conhecimento do ambiente nos dá consciência e conseqüentemente capacidade do que significa preservação do meio para hoje e o futuro que irão chegar. Significa entender a dinâmica da natureza e os diversos ecossistemas e como preservá-los para a sobrevivência de todas as espécies e não só a humana”</i>
P2	<i>“A educação ambiental deveria ser trabalhada a partir da educação infantil e em todos os níveis da educação para que a interação do homem com a natureza seja de forma sustentável”</i>
P3	<i>“Criar uma sociedade consciente a vida dos diversos ecossistemas fica a certeza que irá continuar em sua plenitude”</i>
P4	<i>“Mudando a mentalidade das pessoas, seus hábitos de consumo, criando responsabilidade com o cuidado com o local onde vive com o uso adequado dos recursos esgotáveis; formando cidadãos proativos nas questões ambientais, enfim, educar para ações sustentáveis no cotidiano da coletividade”</i>
P5	<i>“Relação entre sociedade e a natureza, afinar essa relação para a formação do cidadão”</i>
P6	<i>“ No momento em que o cidadão possa conhecer como ele deve se comportar em relação ao meio ambiente, ele se tornará crítico e responsável”</i>
P7	<i>“Compartilhando informações e refletindo sobre nossa responsabilidade sobre as questões ambientais”</i>
P8	<i>“ Transferir responsabilidades ou seja, compartilhar com comunidades, investir na educação ambiental para que se torne cultura do povo. Cursos dentro de cada comunidade com recursos tecnológico, não só falar mais mostrar, fazer investimento maciço em termos de conhecimentos”</i>
P9	<i>“Estamos em uma era de consumo desenfreado, é como se fossemos a última geração do mundo, então acredito que a educação ambiental pode proporcionar uma reflexão, ao tratar formas de consumo, alternativas para preservação do meio ambiente, promover comportamentos sustentáveis”.</i>

As indicações foram diversas, contudo, sempre no sentido de buscar a contribuição da EA dentro da reflexão do modo de produção consumo e pensar o futuro das gerações com maior responsabilidade socioambiental.

A última pergunta foi se o participante acreditava que a educação ambiental poderá contribuir na prática pedagógica. Todos responderam que sim. Em seguida deixaram expressas algumas informações de como essa prática pode ocorrer. A tabela seguinte traz as respostas obtidas no item questionado.

Tabela 10 - Respostas dos professores sobre a contribuição da Educação Ambiental na prática pedagógica

A contribuição da Educação Ambiental na prática pedagógica	
P1	<i>“ Sim,tornando-me mais consciente do planeta que habito e dentro da minha prática pedagógica dividir com os meus alunos e compartilhar o conhecimento com os colegas das diversas áreas do conhecimento”</i>
P2	<i>“Sim.Acredito, porque a educação não está desvinculada das outras áreas do conhecimento.A prática pedagógica dos profissionais da educação, seja professor,seja o coordenador pedagógico, em qualquer segmento da escola deverá ser sempre intermediada pela formação cidadã que permeia a educação ambiental”</i>
P3	<i>“Como educadores de adolescentes vão se tornar iniciadores em educação ambiental e ainda torna-se multiplicadores dos diversos temas ambientais.”</i>
P4	<i>“Sim.Já contribuí , pois trabalho esse tema em várias disciplinas, de forma transversal, através de textos/filmes/socialização de ideias e mini projetos em sala”.</i>
P5	<i>“Sim.Por transformação humana e social, bem como a preservação do meio ambiente”</i>
P6	<i>“ A educação Ambiental pode contribuir para toda prática pedagógica , de qualquer disciplina”.</i>
P7	<i>“Sim.Com conhecimento e reflexão sobre o papel do professor frente às questões ambientais”</i>
P8	<i>“ Sim.A educação Ambiental contribui não só dentro da escola, mas na educação do povo de uma Nação.Tem que ser expandida para todos cuidarmos do que está ao nosso redor e como meio de sobrevivência”</i>
P9	<i>“Sim.Tratar do meio ambiente, nossa relação com o sujeito do meio, busco transversalizar dentro da disciplina técnica, então não há como não receber a contribuição dessa temática”.</i>

Ficou evidente a importância da formação do professor, pois na prática pedagógica é preciso *“Com conhecimento e reflexão sobre o papel do professor frente às questões ambientais”* (P7) e esse conhecimento é adquirido justamente quando difundido em momentos como o que foi propiciado no curso. É preciso destacar que muitos professores já têm a EA inserida em seus planejamentos pedagógicos conforme a afirmação *“contribuí, pois trabalho esse tema em várias disciplinas, de forma transversal, através de textos/filmes/socialização de ideias e mini projetos em sala”* (P4).

No fim do questionário havia um campo para críticas, sugestões e pontos negativos e positivos verificados durante a execução do curso. Seis questionários deixaram o registro e sua contribuição para que a executora pudesse repensar ou melhorar o que foi planejado e executado. As contribuições foram transcritas conforme aparece no formulário. *“A ressalva é apenas quanto à interferência externa no momento da exposição”* (P4). Tal observação é de grande relevância, a utilização da sala da coordenação, por ser um local de acesso coletivo, em alguns momentos ocorreu o acesso mesmo que rápido de outras pessoas que precisavam entrar para pegar algum documento ou entregar documentos para os presentes.

O participante denominado de P5 deixou uma sugestão que certamente é uma das

indicações de contribuição desse estudo para a Unidade escolar, conforme já foi levantado faz-se necessário a discussão coletiva para contribuição no PPP. *“Não tenho crítica. Sugestão: Que possamos aplicar (incluir) no projeto pedagógico do Ceep Severino Vieira”* P5. O momento para essa discussão poderá ocorrer conforme foi sugerido *“devemos incluir o tema na jornada pedagógica”*P7. Certamente esse trabalho de mobilização será feito no sentido de acatar tais sugestões: Inserir a dimensão ambiental no PPP da Unidade escolar.

Houve também uma indicação por parte de P6 *“Em relação ao conteúdo, poderia ser mais extenso, pois quando mais saber melhor”*.Essa indicação deixa claro o quando os participantes ficaram incentivados e motivados para melhor conhecer a EA e sua relação e aproveitamento como tema transversal na educação profissional. As duas últimas sugestões são no sentido de ampliar e socializar as informações da temática: *“Acredito que tem que ter palestras, seminário nas escolas como também comunidades que não tem recursos para melhorar o seu meio ambiente, não somente conscientizar mais levar recursos para serem, utilizados.”* (P8). E para finalizar *“o curso foi muito bom, sugiro que seja oferecido para outros colegas, no sentido de ampliar o conhecimento e fomentar práticas”*(P9).

É justamente nesse sentido que o estudo pretende ser delineado, de fomentar práticas e difundir os conhecimentos que abordem a EA na educação profissional visando contribuir com práticas educativas que para ter sentido, deve colaborar com a busca e a construção de alternativas sociais que tenham amparo em princípios ecológicos, éticos e de justiça compromissados com as gerações atuais e futuras. (Reigota, 2004).

6. CONCLUSÕES (CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Discorrer acerca do processo de elaboração desse estudo tratando dos aspectos conclusivos traz algumas indagações que precisam ser elencadas: trata-se de proposta que foi elaborada e executada contemplando a área de concentração de Ensino, especificamente na Educação Profissional e Tecnológica. Entendemos que, todo o esforço demandado ao longo da pesquisa foi de embasar teoricamente e possibilitar aproximar práticas pedagógicas que melhor atendesse ao público escolhido. A escolha do recorte espacial perpassou pela experiência atual como docente da rede estadual da Bahia visando possibilitar, na unidade escolar de atuação, o levantamento dos dados empíricos bem como a execução do produto educacional.

Assim, podemos entender que planejamos e caminhamos no sentido de contemplar ao que preconiza o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica- ProfEPT de “proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, visando tanto a produção de conhecimentos como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado.”(ProfEPT,2018,p.02)

Ao relacionar a EA como tema transversal na Educação Profissional foram feitas reflexões no sentido de propiciar através dessa vinculação uma formação profissional que contemple uma concepção emancipatória, capaz de promover um processo de formação profissional, com vistas a uma sociedade mais crítica diante da crise ambiental instaurada.

Para tal, alguns questionamentos foram levantados: Como a educação ambiental vem sendo trabalhada no curso técnico de administração em uma unidade escolar da rede estadual da Bahia? A percepção é de uma visão que emancipe os trabalhadores ou legitima o modo vigente de reprodução do modelo de produção? Existe um alinhamento das práticas pedagógicas dos professores que trabalham a temática?

As respostas obtidas com os questionários nos levam a afirmar que o conhecimento demonstrado sobre a temática, apesar de não ser executado com tanta frequência nos planejamentos, converge com a necessidade de abordagem crítica refletindo sobre o modelo de produção e as consequências ambientais. Ficou perceptível a partir da análise dos dados que, se faz necessário abordar a temática de maneira planejada entre as disciplinas contemplando dessa maneira a transversalidade e interdisciplinaridade propostas pela EA.

Com isso, foi possível confirmar a hipótese inicial de que a construção de caminhos para o debate das questões socioambientais na EPT da rede estadual pode ser relevante na medida em que, ao levantar questionamentos e proposições forneça subsídios para a reflexão no contexto socioambiental mobilizando os sujeitos envolvidos no processo ensino e aprendizagem numa perspectiva de transformação na realidade da vida dos trabalhadores.

Os objetivos traçados para estudo permitiram inferir que a abordagem da Educação Ambiental no curso técnico em administração do Centro Estadual de Educação Profissional em Gestão Severino Vieira ocorre de forma incipiente o que nos leva a afirmar sobre a relevância em disponibilizar cursos de formação com os docentes que relacione a EA da educação profissional e a importância na formação profissional dos técnicos enquanto sujeitos atuantes na sociedade.

Ao caracterizar a Educação Profissional na rede Estadual da Bahia compreendendo seus princípios norteadores que são: trabalho como princípio educativo e formação humana integral ficou evidente a relação entre a educação ambiental e a educação profissional para a concretização de tais princípios. Bem como, possibilitou levantamento de conhecimentos que convergiram para tornar acessível os marcos legais da EA e a sua importância para contextualizar a Educação Ambiental como tema transversal na Educação Básica e na EPT.

A análise dos documentos oficiais, PPP, Plano de curso e ementa do curso técnico em administração, buscou averiguar acerca da EA enquanto tema transversal. A contribuição do estudo nesse sentido é a indicação para inserir a temática no PPP da escola, uma vez que não está contida conforme é indicado pelos documentos oficiais que regem a EA no Brasil e na rede estadual.

Foi possível através do levantamento empírico, com a aplicação dos questionários, ter uma compreensão sobre a percepção de docentes do curso técnico de Administração no Centro de Educação Profissional da rede estadual em Salvador, no que tange as questões ambientais. Ficou claro a necessidade de trabalhar a temática embasada legalmente para conhecimento do tema de forma ampla contemplando as diretrizes e indicadores que facilitem a organização do planejamento pedagógico com vistas a contemplar a EA de maneira transversal interdisciplinar com projetos e ações permanentes e contínuas.

Com isso, organizar e realizar curso de extensão de Educação Ambiental, como produto educacional, tendo como público alvo docentes da unidade escolar, foi o caminho trilhado nesse estudo com o propósito de fomentar discussões e ampliar as possibilidades de alavancar críticas ao projeto pedagógico dominante que tende a vincular a formação técnica profissional unicamente voltada ao mercado capitalista ficando alheios as problemáticas decorrentes desse modelo, incluindo as questões ambientais.

Como desdobramento posterior ao curso de extensão, foi elaborado e executado, pela pesquisadora e uma professora participante do curso de extensão, um projeto intitulado “Logística reversa e gestão de impactos socioambientais” proposta interdisciplinar, que surgiu durante o curso quando foi apresentado a análise da ementa e o exercício para que pudessem se ater a possibilidades de trabalhos interdisciplinares envolvendo a EA como tema transversal. A execução ocorreu no pátio da escola durante o Transformaê que é um movimento educativo-cultural, proposto pela Secretaria da Educação do Estado às unidades escolares da rede. Posteriormente foi feita exposição com banner em evento realizado e organizado pela Unidade escolar em uma praça pública.

Diante disso, é possível perceber a relevância do produto educacional proposto, pois

trouxe novos olhares para as práticas pedagógicas dos docentes participantes, conforme já consta na avaliação transcrita nesse trabalho. Entendemos que trabalhar a EA numa perspectiva crítica e emancipatória requer a concepção de uma Educação profissional sob o prisma da formação integral do sujeito em todas as suas dimensões. A discussão acerca da problemática socioambiental levando em consideração a forma como é estruturada a sociedade capitalista, sua produção e seus desdobramentos na crise socioambiental atual.

7. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel da Fonseca de. **O lugar do diálogo das políticas públicas em Educação Ambiental**. Orientador. Marcos Sorrentino. Tese (doutorado) Programa de Pós - Graduação em Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo. 2013.

ALMEIDA, Wania Manso. **A institucionalização do ensino industrial no Estado Novo português e no estado novo brasileiro aproximações e distanciamentos**. Tese. (Doutorado em Educação) PUC-Rio. 2010.

ARAUJO, Vania Rita Donadio. **Educação Ambiental no contexto escolar: saberes e práticas docentes**/Vania Rita Donadio Araujo.Salvador.EDUNEB.2009.

BAHIA, Secretaria da educação. **Programa de educação ambiental do sistema educacional da Bahia**. ProEASE / Secretaria de educação do estado da Bahia.2ªedição-Salvador SEC.2015.

BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. PRIETO, Elisson Cesar. **Educação Ambiental: disciplina versus tema transversal**. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambiental. ISSN 1517-1256, v. 24, janeiro a julho de 2010.

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio Ambiente em debate**. 3º ed. São Paulo.Contexto,2004

BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a política Nacional de educação ambiental.Brasília,DF,1999.

BRASIL. Decreto No 4.281/02 – Regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental. Presidência da República, Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 16 out. 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012.

BRASIL. ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. – 3 ed – Brasília: MMA, DF, 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura.**A invenção do sujeito ecológico:sentidos e trajetórias em Educação Ambiental**.Tese de Doutorado UFRGS.Porto Alegre.2001.

CASCINO, F. **Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores** 4ºed.São Paulo.Editora Senac São Paulo,2007.

CASTRO, Jane Margareth. REGATTIERI, Marilza **Ensino Médio e educação profissional: desafios da integração**; 2-ed .Brasília:UNESCO,2010.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica** /Amado Luiz Cervo, Pedro Alcino Bervian,Roberto da Silva.6 Ed.São Paulo;Pearson Prentice Hall,2007.

CIAVATTA, Maria **A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. Ensino médio integrado concepções e contradições. São Paulo: Cortez,2005.

CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise.**Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil Dualidade e fragmentação** Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

COSTA. César Augusto Soares da. LOUREIRO. Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental crítica e interdisciplinaridade: a contribuição da dialética materialista na determinação conceitual**. TERCEIRO INCLUÍDO ISSN 2237-079X NUPEAT–IESA–UFG, v.3, n.1, Jan./Jun., 2013, p. 1–22, Artigo 34.

COSTA, Cesar Augusto. LOUREIRO Carlos Frederico Bernardo. **Contribuições da pedagogia crítica para a pesquisa em educação Ambiental: um debate entre Saviani, Freire e Dussel**. Revista Brasileira de Educação Ambiental. São Paulo.V.10.Nº1:180-200,2015.

DEORCE, Mariluzza Sartoni. RODRIGUES, Ana Raquel de Souza **A educação Ambiental em dialogo com a educação profissional: em busca de racionalidades éticas e emancipatórias**. Revista Ambiente e Educação.V,19(1),167-188.2014.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental Princípios e Práticas**./3ºed.São Paulo.Gaia.1994.

FERNANDES, Marinalva Nunes. **Educação e trabalho: interfaces entre ensino técnico agropecuário e desenvolvimento sociopolítico regional** / Bibliografia: p. 145-151
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011.

FREISLEBEN. Alcimar Paulo. A Educação Ambiental na perspectiva dialética materialista. **Revista Eletrônica Georaguaia. Barra do Garças-MT. V 3, n.2, p 100 - 112. agosto/dezembro. 2013.**

FRIGOTTO, Gaudêncio.**Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio**. In,FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M.Ensino médio integrado concepção e contradições.São Paulo.Cortez.2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. Frigotto, Gaudencio. Ciavatta, Maria. **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro:DP&A,2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Maria Ciavatta. **Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?**. Trabalho, Educação e Saúde. 1.p.45-60.2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. Fazenda, Ivani.org. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 12.ed.São Paulo:Cortez.2010.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental da educação**. Campinas, SP: Papirus,1995.

ORSI, Raquel Fabiane Mafra. GUERRA, Antonio Fernando **O PRONEA como política pública: a educação ambiental e a arte do (re) encontro**. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, Edição especial XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental, p. 25-39, set. 2017. E-ISSN 1517-1256

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **A Educação Ambiental em disputa: a luta de classes na escola pública**.ORG.Dionara Soares Ribeiro. et al Agroecologia na educação básica:questões propositivas de conteúdo de metodologia.2 ed – São Paulo:Expressão Popular,2017.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. LIMA, Gustavo Ferreira da costa . **As macro tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira.2014** <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso em 04/08/2018 .

LAYRARGUES, Philippe Pomier.**Educação Ambiental como compromisso social:o desafio da superação das desigualdades**. .In. Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico. Carlos Frederico Loureiro, Philippe, Pomier Layrargues.Ronaldo Souza de Castro(orgs.)São Paulo;Cortez,2009.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis**. Educ. Pesqui. vol.35 no. 1 São Paulo Jan./Apr. 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Premissas teóricas para a educação ambiental transformadora**. Rev. Ambiente e Educação. Rio Grande. 8;37-54,2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação Ambiental e Movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária**. In. Educação Ambiental: repensando o espaço de cidadania. Orgs.São Paulo .Cortez,2002.

LÜDKE, Menga. ANDRE, Marli E.D.A. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MARCONI, Maria de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed.São Paulo.Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza org. **Ciência, Técnica e Arte. O desafio da pesquisa social**. In. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ, 1994.

MOLON, Inês Suzana. **Contribuições de Vygotsky na formação de educadores ambientais**. In. Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico. Carlos Frederico Loureiro, Philippe, Pomier Layrargues.Ronaldo Souza de Castro(orgs.)São Paulo;Cortez,2009.

MOURA, Dante Henrique. **A formação de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica**. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. V,1n,1,2008.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica:**

dualidade histórica e perspectiva de integração. Holus, Ano 23, Vol. 2 – 2007.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional** [recurso eletrônico] / Dante Henrique Moura. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 586 kilobytes). – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

NICOLINI, Edvaldo Haroldo. **Desafio da implantação das diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental na educação profissional: estudo de caso em escola técnica agrícola o estado de São Paulo.** Piracicaba, 2016. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro energia Nuclear na agricultura.

PAULA, Joaracy Lima de. HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. **Educação Ambiental na Educação Profissional: caminhando em direção à formação humana integral.** Revista ensino Interdisciplinar. V.2.nº5 05.julho/2016.Mossoró.RN.

Paula, Joaracy Lima de. **Educação ambiental como elemento necessário à formação humana integral: trilhando caminhos possíveis na Educação Profissional.** Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Orientador (a): Prof.^a Dra Ana Lúcia Sarmiento Henrique. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, 2015.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional** [recurso eletrônico] / Marise Nogueira Ramos. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 585 kilobytes). – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RIBEIRO, Soares Dionara ,org. **Agroecologia na educação básica; questões propositivas de conteúdo e metodologia/organização** Dionara Soares Ribeiro et.al. 2ed-São Paulo:Expressão popular, 2017.

SAVIANI, Dermeval.**Trabalho e Educação:fundamentos ontológicos e históricos.**Revista Brasileira de Educação.v.12 n.34.jan/abr.2007.

SANTOS, Robinson. ANDRIOLI, Antonio Inácio. **Educação, globalização e neoliberalismo: o debate precisa continuar!** Revista Iberoamericana de Educação. 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena Maria Bousquet.COSTA,Vanda Maria Ribeiro.Tempos de Capanema.2ªEdição,Fundação Getúlio Vargas e editora Paz e Terra,2000.

SOUZA, Ana Paula Ribeiro de. **As metamorfoses no discurso educacional em face às influências do ideário neoliberal.** II Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005.

TOLARES, Marília Andrade. **A inserção da educação ambiental nos currículos escolares e o papel dos professores: da ação escolar a ação educativo-comunitária como compromisso político-ideológico.** Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. especial, março de 2013.

TOMMASIELLO, Maria Guiomar Carneiro,ROCHA Erilda Marques Pereira da. Elânia Maria Marques Berga Mashi. **A educação ambiental como tema transversal no ensino**

médio na perspectiva de professores. Comunicações • Piracicaba • Ano 22 • n. 2 • p. 35-64 • Ed. Especial. 2015 • ISSN Impresso 0104-8481 • ISSN Eletrônico 2238-121X 35 DOI: <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v22n2ep35-64>
Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista.

TRATADO de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat_ea.pdf . Acesso: 15/09/2018.

WOLKMER, Maria de Fátima Schumacher. PAULITSCH, Nicole da Silva. **Ética Ambiental e Crise ecológica: reflexões necessárias em busca da sustentabilidade.** Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.8 n.16 p.211-233 Julho/Dezembro de 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro **Projeto Político-Pedagógico da escola de ensino médio e suas articulações com as ações da secretaria de educação.** Anais do I Seminário Nacional: Currículo em MOVIMENTO – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.

ZACARIAS, Rachel. **"Sociedade do Consumo", ideologia do consumo e as iniquidades socioambientais dos atuais padrões de produção e consumo.** In. Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico. Carlos Frederico Loureiro, Philippe, Pomier Layrargues. Ronaldo Souza de Castro (orgs.) São Paulo; Cortez, 2009.

8. APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA Campus Salvador

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa “Abordagem da Educação Ambiental no curso técnico de administração em centro de Educação Profissional do Estado da Bahia sob a responsabilidade da pesquisadora Tatiane Fróes Queiroz e a orientação da Prof. Dr. Fabiana Zanelato Bertolde. O objetivo principal da pesquisa consiste em “Investigar a abordagem da Educação Ambiental no curso técnico em administração do Centro Estadual de Educação Profissional em Gestão Severino Vieira”.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de respostas a um questionário sobre formação e atuação profissional e percepção e práticas pedagógicas ligadas à Educação Profissional e Educação Ambiental.

A Pesquisa proposta pelo presente projeto contempla os requisitos éticos previstos na legislação atual, seguirá e respeitará, portanto, o que determina as Resoluções 466/2012, e Nº 510/2016 no que diz respeito ao anonimato a confiabilidade e participação voluntária, garantindo assim o exercício pleno do seu direito de manifestar sua liberdade (autonomia) expressa abaixo em seu de acordo (ou não) com o que está sendo apresentado como proposta. Deixamos claro o nosso interesse em disponibilizar para você os dados gerados e os resultados finais do estudo.

Esclarecemos que, não há pesquisas envolvendo seres humanos com risco zero, portanto nesta pesquisa o risco a ser evitado é o compartilhamento dos aspectos de sua vida pessoal ou profissional, ainda que involuntária e não intencional, que possam causar-lhe constrangimento. Ressaltamos que cabe ao pesquisador procurar garantir a confidencialidade das informações, conforme preconizado na Resolução 466/2012 Capítulo III inciso III, alínea (i) e no Artigo 2º, inciso IV da Resolução 510/2016. Diante disso, enfatizamos que a pesquisa manterá o seu sigilo, assegurando sua privacidade quanto às informações confidenciais envolvidas, por meio da codificação dos dados e utilização de senha de acesso aos bancos de dados. Asseguramos, ainda, o direito à indenização e assistência imediata e integral em caso de danos decorrentes do estudo, pelo tempo que for necessário.

Dentre os benefícios desta pesquisa, destaca-se a possibilidade de construção de um produto educacional, em forma de Curso de Extensão, que poderá favorecer e servir de apoio e incentivo em forma de aprimoramento profissional para os docentes que atuam na rede estadual na Educação Profissional. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar

participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço Av.Edgar Santos, 596 Cond Solar Spazio do Parque bloco B Ap 805, telefone (71) 982109750, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/IFBA, Av. Araújo Pinho, Nº 39 - Canela - Salvador - BA 40.110-150, telefone (71) 3221-0332

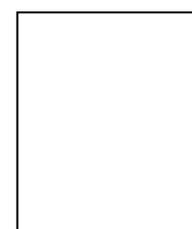
O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é definido de acordo com resoluções 466/12 e 510/16, "Os CEP são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos."

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do participante

Data: ___/_____/____



Impressão do dedo
polegar
Caso não saiba assinar

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Campus Salvador

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu,

_____, CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, as pesquisadoras Tatiane Fróes Queiroz e Prof. Dra. Fabiana Zanelato Beltrode do projeto de pesquisa: “Abordagem da Educação Ambiental no curso técnico de administração em centro de Educação Profissional do Estado da Bahia” a realizar as fotos e/ou vídeos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Declaro que fui informado (a) sobre benefícios e riscos específicos em relação à elaboração de um produto em forma de Curso de Extensão. Assim, LIBERO a utilização destas fotos e/ou vídeos (seus respectivos negativos ou cópias) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados. Por ser a expressão da minha vontade assino a presente autorização, cedendo, a título gratuito, todos os direitos autorais decorrentes dos depoimentos, artigos e entrevistas, abdicando do direito de reclamar de todo e qualquer direito conexo à minha imagem e/ou som da minha voz, e qualquer outro direito decorrente dos direitos abrangidos pela Lei 9160/98 (Lei dos Direitos Autorais).

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Tatiane Fróes Queiroz - Pesquisadora Responsável

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA Campus Salvador

ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO

TÍTULO DA PESQUISA: **Abordagem da Educação Ambiental no curso técnico de administração em centro de Educação Profissional do Estado da Bahia**

Pesquisador Tatiane Fróes Queiroz discente do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo Instituto Federal da Bahia - IFBA , Matrícula 20171630021, A pesquisa segue o que determina a Resolução 466/2012, e a Resolução 510/2016.

Por favor, informe qual é a sua área de atuação nesta escola:

- Ciências Humanas e suas Tecnologias são(História, Geografia, Filosofia e Sociologia)
- Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Química, Física e Biologia)
- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e (Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira – Inglês ou Espanhol, Artes, Educação Física)
- Matemática e suas Tecnologias
- disciplinas específicas do curso

1- Sobre a Educação Ambiental (EA)

- Conheço bem
- Conheço pouco
- Nunca ouvi falar

2- Os Temas Transversais são definidos como: “um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda a escolaridade obrigatória” (PCNs, 1997, p.45).Assim sendo, quanto a importância dos estudos da Educação Ambiental na educação profissional que contemplem a transversalidade , você considera:

- muito importante
- um pouco importante
- não é importante

3- Você desenvolve atividades didáticas que contemplem a educação Ambiental?

- sim
- não

4- . A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) estabelece que a EA no âmbito da Educação Profissional deve ser abordada no currículo, como tema transversal.

- Você se considera preparado para trabalhar com a Educação Ambiental, como tema transversal, no seu trabalho pedagógico?
- sim
 não
- 5- Nos Parâmetros curriculares Nacionais (PCNs,1997), de acordo com o MEC, ao inserir a proposta transversal, o objetivo não foi criar novas áreas, mais sim que os temas transversais precisariam ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola. É essa forma de organizar o trabalho didático que recebeu o nome de transversalidade. Assim sendo, você considera que seu planejamento didático é elaborado nessa perspectiva transversal ?
- sim, de modo sistematizado, consta no planejamento
 não contempla essa perspectiva
- 6- Em 1994 foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA).Qual o seu nível de conhecimento acerca desse programa:
- Conheço bem
Conheço pouco
Nunca ouvi falar
- 7- Sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA/1999), regulamentada através do decreto 4.281/2002. A EA segundo a Lei deve ser contemplada na educação em caráter permanente e em articulação, nos diferentes níveis de ensino. Sobre essa lei:
- Conheço bem
Conheço pouco
Nunca ouvi falar
- 8- Na Bahia foram criados o Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional (ProEASE), no ano de 2010, em consonância com o ProNEA, e a Política Estadual de Educação Ambiental, Lei 12.056/2011. O ProEASE evidencia o caráter transversal da EA ao apresentar como uma de suas diretrizes gerais a utilização de “estratégias pedagógicas contextualizadas que favoreçam processos inter, multi, e transdisciplinar e transversais no conhecimento das inter-relações ambientais” (BAHIA, 2015, p.41). Sobre esse programa:
- Conheço bem
Conheço pouco
Nunca ouvi falar
- 9- O Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional (ProEASE), orienta que a Educação Ambiental seja inserida como um eixo estruturante no Projeto Político das escolas, tornando parte do currículo de maneira permanente e continuada. A educação Ambiental faz parte do projeto político pedagógico da escola?

- sim
- Não
- Desconheço

10-Você já participou de alguma formação ou curso com a temática Educação Ambiental relacionada à Educação Profissional?

- sim
- Não

APÊNDICE D – FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
Campus Salvador

FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO CURSO DE EXTENSÃO

TÍTULO DO CURSO: Educação Ambiental enquanto tema transversal na Educação Profissional e Tecnológica

MINISTRANTE: Tatiane Fróes Queiroz discente do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo Instituto Federal da Bahia - IFBA, Matrícula, 20171630021.

LOCAL DE REALIZAÇÃO: CEEP em Gestão Severino Vieira

Trata-se de formulário de avaliação para coletar informações, questões e opiniões dos participantes do curso. Tal ação tem como objetivo adequar e melhorar às ações que foram executadas. A pesquisa segue o que determina a Resolução 466/2012, e a Resolução 510/2016. Portanto, não é preciso identificação pessoal.

Assinale de acordo com a opção que mais se aproxima de sua opinião.

1-Tempo de duração de cada encontro

Péssimo	Fraco	Médio	Bom	Excelente	Não se aplica

2-Sequência e organização dos temas expostos

Péssimo	Fraco	Médio	Bom	Excelente	Não se aplica

3-O tempo foi distribuído de maneira adequada para os conteúdos dos temas

Péssimo	Fraco	Médio	Bom	Excelente	Não se aplica

4-O conhecimento foi transmitido de maneira clara e objetiva

Péssimo	Fraco	Médio	Bom	Excelente	Não se aplica

5 - Domínio do conteúdo ministrado

Péssimo	Fraco	Médio	Bom	Excelente	Não se aplica

5-Você indicaria o curso para outros professores da Educação Profissional?

() Sim () Não

Justifique:

6-Em sua opinião, de que maneira a Educação Ambiental poderia contribuir para a formação de cidadãos críticos e responsáveis ambientalmente?

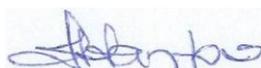
7- Você acredita que a Educação Ambiental poderá contribuir sua prática pedagógica?

8-Opcional (Aponte críticas, sugestões, pontos positivos e negativos verificados durante a execução do curso)

APÊNDICE E – AUTORIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

DECLARAÇÃO

Eu, Juçara Silva Santos, Diretora do CEEP em Gestão Severino Vieira, autorizo a mestrande Tatiane Fróes Queiroz, a citar o nome da Unidade Escolar, realizar entrevista, anotações, gravações e fotografias com os docentes e desenvolver atividade referente ao produto educacional, em formato de curso de extensão, vinculado a sua pesquisa de mestrado intitulada: **Abordagem da Educação Ambiental no curso técnico em Administração no Centro Estadual de Educação Profissional do Estado da Bahia**, realizada no IFBA- Instituto Federal da Bahia, no Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica -PROFEPT, com a orientação da Prof. Dr. Fabiana Zanelato Bertolde.



Juçara Siiva Santos
Diretora
Z:EEP em Gestão Severino Vieira
:>ort. 912/10Hi DO 18/0i,!!!!i1
NRE 26 534.1JOW

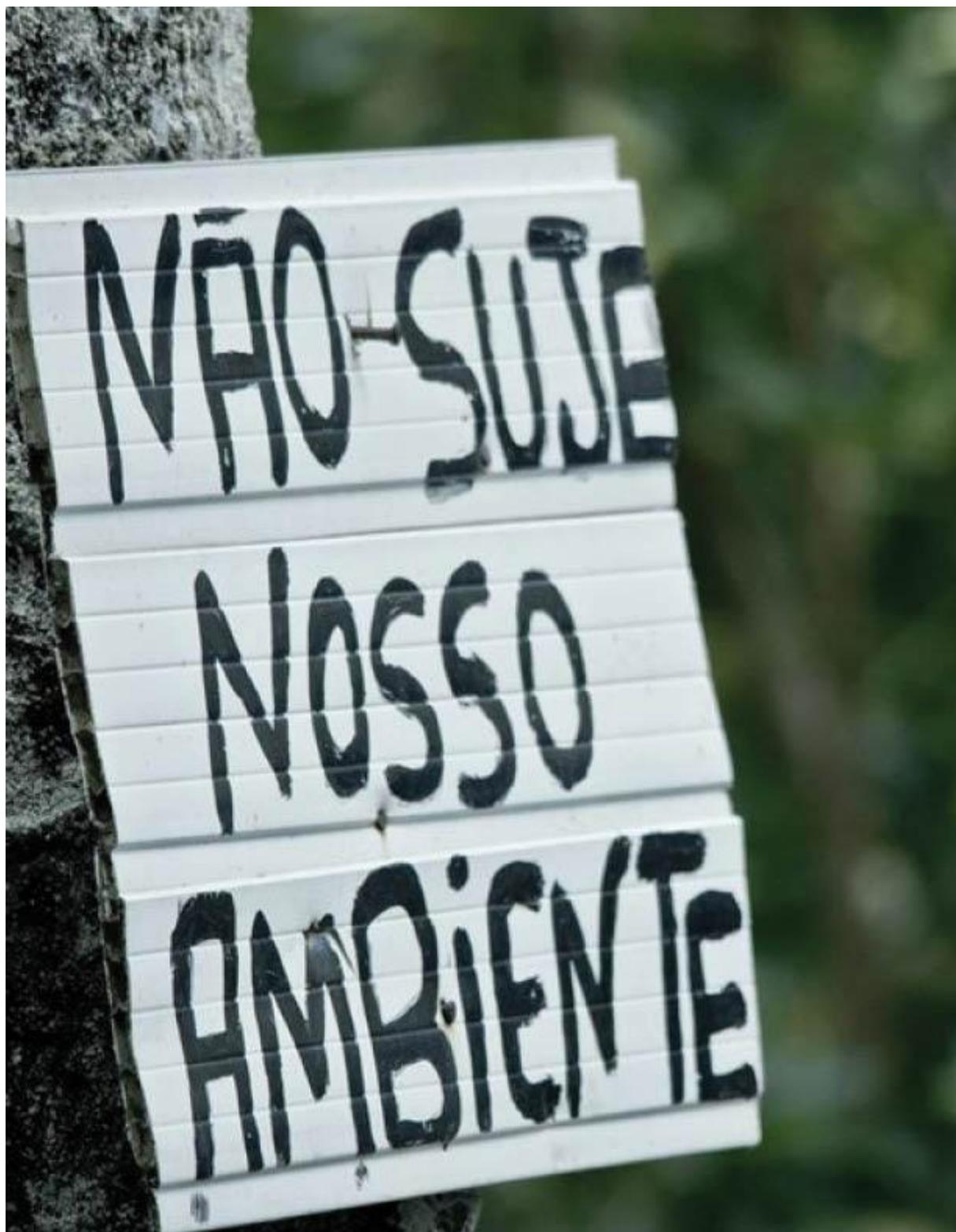
APÊNDICE F – PRODUTO EDUCACIONAL



CURSO DE EXTENSÃO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL
ENQUANTO TEMA TRANSVERSAL
NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA**

TATIANE FRÖES QUEIROZ
FABIANA ZANELATO BERTOLDE



APRESENTAÇÃO

O Curso de extensão

“A Educação Ambiental enquanto tema transversal na educação profissional”

trata-se de produto educacional proveniente da pesquisa de Mestrado intitulada: Abordagem da Educação Ambiental no curso técnico de administração em centro de Educação Profissional do Estado da Bahia. A pesquisa vinculada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, ofertado no IFBA – Instituto Federal da Bahia *campus* Salvador.

O Mestrado Profissional requer, durante o seu percurso formativo, a elaboração de um produto educacional. Assim sendo, o curso proposto trata-se de um produto educacional na modalidade extensão e tem como público alvo docentes atuantes da modalidade Educação Profissional e Tecnológica na rede estadual da Bahia. A atividade de extensão é prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, como uma das finalidades da Educação Superior conforme Capítulo IV art.43:

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

A participação dos docentes em cursos de extensão pode ser entendida como um aperfeiçoamento profissional e está alinhada com o programa Estadual referente a Educação Ambiental pois trata-se de “incentivo a pesquisa e divulgação científica e sua apropriação por educandos e educadores” (ProEASE, 2013).

O curso está voltado para a prática educativa na EPT. Foi elaborado levando em consideração a análise prévia das ementas e de documentos oficiais, tais como as orientações contidas na portaria SEC nº 1.128, de 28 de janeiro de 2010, que instituem a inclusão nos Proje-

tos Políticos Pedagógicos das escolas, os estudos transversais, a exemplo da Educação Ambiental, com abordagem inclusiva e interdisciplinar, e a Lei Federal nº 9795/99, que instituiu a Educação Ambiental com um componente essencial e permanente, orientando para seu enfoque, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo de ensino. As bases conceituais que ancoram o estudo são: trabalho como princípio educativo e formação integral do sujeito.

As temáticas que trazem o suporte teórico versam sobre: Trajetória histórica e inserção legal da Educação Ambiental no Brasil; Educação Ambiental: princípios sociais, econômicos e éticos na relação sociedade/natureza; Educação Ambiental como tema transversal; e Práticas de Educação Ambiental na Educação Profissional.



Biblioteca Raul V. Seixas – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA – Salvador/BA.

Responsável pela catalogação na fonte: Samuel dos Santos Araújo – CRB 5/1426.

Q384a Queiroz, Tatiane Fróes.
Educação ambiental enquanto tema transversal na Educação Profissional Tecnológica / Tatiane Fróes Queiroz; Fabiana Bertolde Zanelato. Projeto fotográfico e diagramação: Gleydson Publio. Salvador, 2020.
36 p ; 30 cm.

Curso de extensão (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

1. Educação profissional. 2. Educação ambiental. 3. Tema transversal. 4. Produto educacional. I. Zanelato, Fabiana Bertolde. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. III. Título.

CDU 2 ed. 37:658





SUMÁRIO

6	INTRODUÇÃO
8	OBJETIVOS
11	TEMA 1 - TRAJETÓRIA HISTÓRICA E INSERÇÃO LEGAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL
16	TEMA 2 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PRINCÍPIOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E ÉTICOS NA RELAÇÃO SOCIEDADE/NATUREZA
22	TEMA 3 - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO TEMA TRANSVERSAL
24	TEMA 4 - PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
30	REFERÊNCIAS

CRÉDITOS

TATIANE FRÓES
Elaboração do Curso

FABIANA BERTOLDE
Elaboração do Curso

GLEYDSON PUBLIO
*Projeto Fotográfico -
Diagramação*



INTRODUÇÃO

A problemática ambiental não pode ser considerada como fato isolado. As causas dos problemas socioambientais são expressões dos modos de apropriação e uso dos recursos naturais. Seu entendimento deve partir da dinamicidade existente na sociedade capitalista que conecta diretamente a questão ambiental às relações sociais capitalistas (ZACARIAS, 2009).

Com isso, entender tal problemática pressupõe uma compreensão diante das relações sociedade e natureza, historicamente, constituídas, não podendo ser dissociadas. Diante de tal situação, percebe-se a necessidade de se repensar as práticas humanas frente à natureza. No contexto educacional, para que isso ocorra, é preciso fomentar práticas pedagógicas que proporcionem a reflexão sobre o modo de produção e as consequências socioambientais, permitindo ao estudante uma formação integral capaz de potencializar práticas ambientais socialmente transformadoras.

Nesse sentido, Educação Ambiental - EA possibilita reflexões e a criação de mecanismos para a implementação de práticas pedagógicas condizentes com a necessidade de repensar o atual modelo de consumo e produção ao qual estamos

inseridos. No contexto da Educação Profissional a EA deve ser abordada no currículo, como tema transversal, integrada dentro dos programas educacionais existentes, e com enfoque interdisciplinar (BRASIL,1999).

Com isso, a ação dos professores é imperativa para o processo de inserção da EA no âmbito escolar, visto que sua prática profissional estabelece constantes posições e enfrentamentos de forças e de poder, que reproduzem as mesmas características da dinâmica social (TOLARES ,2013).

Dessa maneira, a proposta de estudo contida no curso visa a construção de caminhos para o debate das questões socioambientais na Educação Profissional e Tecnológica com enfoque na rede estadual da Bahia uma vez que os marcos legais existentes orientam que a Educação Ambiental seja inserida como um eixo estruturante no Projeto Político das escolas, tornando parte do currículo de maneira permanente e continuada. Além da vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; reflexão crítica sobre a relação entre indivíduos, sociedade e ambiente; pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (BAHIA, 2011).

Dessa maneira, espera-se que o curso de extensão Educação Ambiental enquanto tema transversal na Educação Profissional e Tecnológica possibilite reflexão acerca do processo de formação profissional, forneça subsídios para a reflexão no contexto socioambiental mobilizando os sujeitos envolvidos no processo ensino e aprendizagem numa perspectiva de buscar uma sociedade mais crítica diante da crise ambiental instaurada e de formar trabalhadores numa concepção emancipatória, que seja promotora de transformação social.



A photograph of a man from a rear-quarter perspective, paddling a blue kayak on a body of water. He is shirtless, wearing a light blue cap and green shorts. He holds a wooden paddle with both hands. The water is dark blue with some white foam from the paddle. A semi-transparent red vertical bar is overlaid on the left side of the image, containing the word 'OBJETIVOS' in white capital letters.

OBJETIVOS



• ANALISAR E DISCUTIR SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENQUANTO TEMA TRANSVERSAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

• COMPREENDER A TRAJETÓRIA HISTÓRICA E INSERÇÃO LEGAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

• ANALISAR OS MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BAHIA

• DISCUTIR SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEUS PRINCÍPIOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E ÉTICOS NA RELAÇÃO SOCIEDADE/NATUREZA

• IDENTIFICAR PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

• COMPREENDER OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA REDE ESTADUAL DA BAHIA E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

• PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL



“A formação integral trata de superar a preparação para o trabalho apenas ao seu aspecto operacional, por uma formação humana que possibilite a atuação como cidadão integrado a sociedade e que compreenda as relações sociais estabelecidas.”
(Chiavatta, 2005)

TEMA 1

TRAJETÓRIA HISTÓRICA
E INSERÇÃO LEGAL
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
NO BRASIL

CONTEÚDOS

- Trajetória Histórica da Educação Ambiental: Principais Eventos Internacionais: Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, realizada Estocolmo na Suécia, em 1972. O Encontro de Belgrado (1975). Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental – Tbilisi (1977). A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio-92 Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS).
- Inserção Legal da Educação Ambiental no Brasil: Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6938/81); Constituição Brasileira de 1988, artigo 225 do capítulo VI que versa sobre o Meio Ambiente. Carta Brasileira para Educação Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental – Pronea. Lei Federal 9.795 - Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA/1999), A resolução nº 2 de 15 de junho de 2012, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Marcos Legais da Educação Ambiental na Bahia. Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional (ProEASE). Política Estadual de Educação Ambiental (Lei 12.056/2011).

Os eventos internacionais foram de grande relevância para consolidação das ações voltadas para a Educação Ambiental no Brasil. Foi durante a década de 70, que ocorreu a institucionalização da educação ambiental no governo federal brasileiro, com a criação da SEMA, secretaria especial do Meio Ambiente, (PRO-NEA, 2005). Durante a década de 80, ocorreu a criação da Política Nacional de Meio Ambiente. A participação na organização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92), foi marco importante ao passo que considerou a Educação Ambiental (EA) como um dos instrumentos da política ambiental brasileira.

Nesse evento ocorreu a elaboração do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS). Nesse tratado a Educação Ambiental (EA) é tida como um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida, valores e

ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ainda como produto decorrente da Rio-92, tem-se a Carta Brasileira para Educação Ambiental, que foi elaborada com a participação do MEC.

A criação do ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental, desempenha um importante papel na orientação de agentes públicos e privados para a reflexão, a construção e a implementação de políticas públicas que possibilitem solucionar questões estruturais, almejando a sustentabilidade socioambiental (ProNEA, 2005). Diante disso, O ProNEA, foi muito importante para que na esfera da secretaria estadual da educação da Bahia fosse elaborado o Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional (ProEASE) em 2010, bem como a Política Estadual de Educação Ambiental (Lei 12.056/2011).

EVENTOS MUNDIAIS

1972

CONFERÊNCIA DE ESTOLCOMO

EVENTO QUE INSERIU A TEMÁTICA RELACIONADA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÂMBITO MUNDIAL

1975

ENCONTRO DE BELGRADO

O ENCONTRO DE BELGRADO PROMOVIDO PELA UNESCO, FOI RESPONSÁVEL POR FORMULAR OS PRINCÍPIOS E AS DIRETRIZES DE ORIENTAÇÃO PARA A EA EM UM PROGRAMA INTERNACIONAL.

1977

CONFERENCIA DE TBILISI

CONFERENCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. FORAM ESTABELECIDAS FINALIDADES, OS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS QUE NORTEARIAM A DIVULGAÇÃO E ESTABELECIMENTO DA EA.

1992

RIO-92, FÓRUM GLOBAL.

CRIAÇÃO DO TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL.

DÉCADA DE
70

1973

1981

1988

1991

EVENTOS NACIONAIS

MOVIMENTO CONSERVACIONISTA

EA É IDENTIFICADA PELA EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO CONSERVACIONISTA.

CRIAÇÃO DA SEMA

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EA COM A CRIAÇÃO DA SEMA – SECRETARIA ESPECIAL DE MEIO AMBIENTE.

POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE (PNMA)

NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA EA EM TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- ARTIGO 225, INCISO VI, "PROMOVER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO E A CONSCIENTIZAÇÃO PÚBLICA PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE".
- CRIAÇÃO D REDE PAULISTA E CAPIXABA DE EA.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MEC.
- CRIAÇÃO DA DIVISÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO IBAMA
- NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA EA EM TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO.



1992

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE / AGENDA 21

– CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUIÇÃO POR PARTE DO IBAMA DOS NÚCLEOS DE EA.
– AGENDA 21. ELABORAÇÃO DA CARTA BRASILEIRA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

1994

PRONEA

CRIAÇÃO DO PRONEA – PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

1997

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

APROVAÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN) TEMAS TRANSVERSAIS.

1999

LEI Nº 9.795

APROVAÇÃO DA LEI Nº 9.795, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

2003

CONFERENCIA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

REALIZAÇÃO DA CONFERENCIA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE.

2004

FÓRUM BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CONSTRUÍDO DE FORMA COLETIVA COM A REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

TEMA 2

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PRINCÍPIOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E ÉTICOS NA RELAÇÃO SOCIEDADE/NATUREZA

CONTEÚDOS

- Natureza , meio ambiente
- Modo de produção e consumo e implicações socioambientais
- Ética Ambiental
- Relação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais.





O ser humano primitivo era parte integrante do todo, em uma relação que preservava o equilíbrio dinâmico da natureza. Natureza ou meio ambiente, entendidos conceitualmente como “um conjunto de elementos vivos e não-vivos que constituem o Planeta Terra, que se relacionam influenciando e sendo influenciados entre si, em um equilíbrio dinâmico”. (Guimarães, 1995).

O modo de produção e consumo dominantes na sociedade, provenientes dos avanços tecnológicos e científicos apesar dos resultados, degradação ambiental e injustiça social que romperam com o “equilíbrio dinâmico” foram apresentados no sistema educacional como algo inerente ao ser humano, resultando em certa aceitação das consequências socioambientais sem problematizar (ProAESE, 2015).

Para mudar essa aceitabilidade sem questionamentos é preciso compreender o contexto histórico de surgimento e acirramento da problemática ambiental e que a mesma não pode ser considerada como fato isolado. As causas dos problemas socioambi-

entais são expressões dos modos de apropriação e uso dos recursos naturais. Seu entendimento deve partir da dinamicidade existente na sociedade capitalista que conecta diretamente a questão ambiental às relações sociais capitalistas. (ZACARIAS, 2009).

Nesse sentido, Grun (1996) afirma que: “A eliminação da perspectiva histórica que nos impede que vejamos de que modo um problema como a escassez, por exemplo, tem sua origem associada a um determinado conjunto de padrões culturais historicamente construídos(...) desistoricização das relações sociedade e sociedade” (Grun, p.108,1996).

Nesse contexto, a Educação ambiental ,segundo Layrargues (2009) como compromisso social, deve abordar a relação entre o ser humano e a natureza inserida no contexto das relações sociais propiciando:

- Desenvolvimento de uma consciência ecológica no educando;
- Contextualizar o projeto político pedagógico de modo a enfrentar a padronização cultural, exclusão social, concentração de renda, apatia política além da degradação

da natureza. (Layrargues,2009)

Entre os princípios da Educação Ambiental (PNEA,1999) está a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais. “Trata-se de uma ética universal ou da solidariedade humana, ou seja, inspirada na relação “ser no mundo com os outros” (Freire). Como presença consciente no mundo, o ser humano não pode escapar à responsabilidade ética de seu mover-se no mundo”. (Deorce e Rodrigues,2014,p.175).

A crise ambiental que se vive atualmente é, em essência, uma crise ética, ou seja, de valores, vinculada ao modo como o homem se relaciona com o seu mundo natural. (Wolkmer Paulitsch,2011). Os autores conceituam a ética ambiental como:

“Pode ser considerada como aquela que advém da necessidade de reexaminarmos nossos valores e princípios em razão dos problemas ambientais e à necessidade de compreendermos as razões que definem a relação do homem com a natureza.” (Wolkmer e Paulitsch, 2011, p. 221).

Vivemos um momento onde na formação escolar, principal-

mente a Educação Profissional, está inserida em um contexto geral que prima pela individualidade e o acirramento da competitividade. É preciso conceber outras racionalidades e formas de pensar o mundo, mais éticas. Muitas empresas, ao incorporarem o “verde” em suas linhas de produção e de marketing visam ao interesse econômico em detrimento dos princípios éticos relacionados às questões socioambientais. Nesse sentido, o objetivo não é o de consumir menos, mas de consumir diferente. Trata-se de uma ética reduzida ao mercado, representado pelo binômio tecnologia limpa/consumidor verde, que o sistema econômico vigente enfrenta a problemática socioambiental. (Deorce e Rodrigues ,2014)

Com isso, é preciso perceber que, entender a problemática ambiental e suas implicações éticas, pressupõe uma compreensão das relações sociedade e natureza, historicamente, constituídas, não podendo ser dissociadas. Faz-se necessário repensar as práticas humanas frente à natureza, mais éticas, solidárias e com compromisso social.



A Educação Ambiental é um espaço de formação humana e de apropriação pelos sujeitos em seus processos de conhecer o mundo e estar no mundo ativamente transformando-o. Logo, o processo educativo ambiental neste horizonte relaciona sociedade e ambiente às formas históricas com que o homem se relaciona com o ambiente assim e também entre si, priorizando a necessidade da participação política dos sujeitos.

(LOUREIRO e COSTA, 2015).





TEMA 3

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO TEMA TRANSVERSAL

CONTEÚDOS

- Os Temas Transversais.
- A transversalidade.
- A Educação Ambiental como tema transversal.
- A Educação profissional na Bahia: princípios norteadores: Trabalho como princípio educativo e formação integral.
- Análise de ementas.

Os Temas Transversais são definidos como: “um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda a escolaridade obrigatória” (PCNs, 1997, p.45). A transversalidade ocorre no sentido da integração das áreas com vistas ao “compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores” (PCNs, 1997, p.42).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica a “transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas” (BRASIL, 2013, p.29).

A Educação Ambiental é

proposta como um tema transversal a partir da publicação dos Parâmetros curriculares Nacionais (PCNs), em 1997 e indica a necessidade de desenvolvê-la de forma contínua e integrada, uma vez que seu estudo inclui conhecimentos relativos a diferentes áreas do saber. Tal fato fez com que houvesse a “necessidade de integrá-la no currículo por meio do que se chama de transversalidade: interagindo com as áreas convencionais” (PCNs, 2007, p.25), fazendo-se presente em todas elas, relacionando-a as questões atuais.



TEMA 4

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

CONTEÚDOS

- As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o conjunto de iniciativas no processo de planejamento e gestão dos cursos de educação profissional no que tange a Educação Ambiental.
- Orientações Legais: Brasil, Bahia e Unidade escolar
- Exemplos de práticas de Educação Ambiental da Educação Profissional



As Práticas de Educação Ambiental na Educação Profissional devem ser conduzidas na perspectiva de formação de sujeitos trabalhadores através de uma reflexão crítica e sejam promotoras de transformação social, revelando-se contra as exigências do capital que atuam no sentido de subordinar e precarizar o trabalhador, dificultando o seu desenvolvimento em todas as suas potencialidades. Nesse sentido a perspectiva de formação humana relaciona-se com a Educação Ambiental, pois para a construção de alternativas para o meio ambiente e sua sustentabilidade faz-se necessário compreender os problemas, as crises e os potenciais de uma sociedade a partir de uma reflexão crítica (PAULA e HENRIQUE, 2016).



Entre os objetivos fundamentais da Educação Ambiental contidos na Política Nacional de Educação Ambiental (1999), aparece o “estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social”, essa consciência só é possível através de uma abordagem ambiental contextualizada e que considere a historicidade de produção do sujeito enquanto ser coletivo e individual. Nesse sentido, “o processo educativo ambiental neste horizonte relaciona sociedade e ambiente às formas históricas com que o homem se relaciona com o ambiente assim e também entre si, priorizando a necessidade da participação política dos sujeitos”. (LOUREIRO e COSTA, 2015, p. 188).

Legalmente a Educação Ambiental deve ser inserida como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo formal e não formal (Artigo 2º, da Lei 9.795/99).

A Resolução CNE/CEB Nº 6, de 20 de setembro de 2012

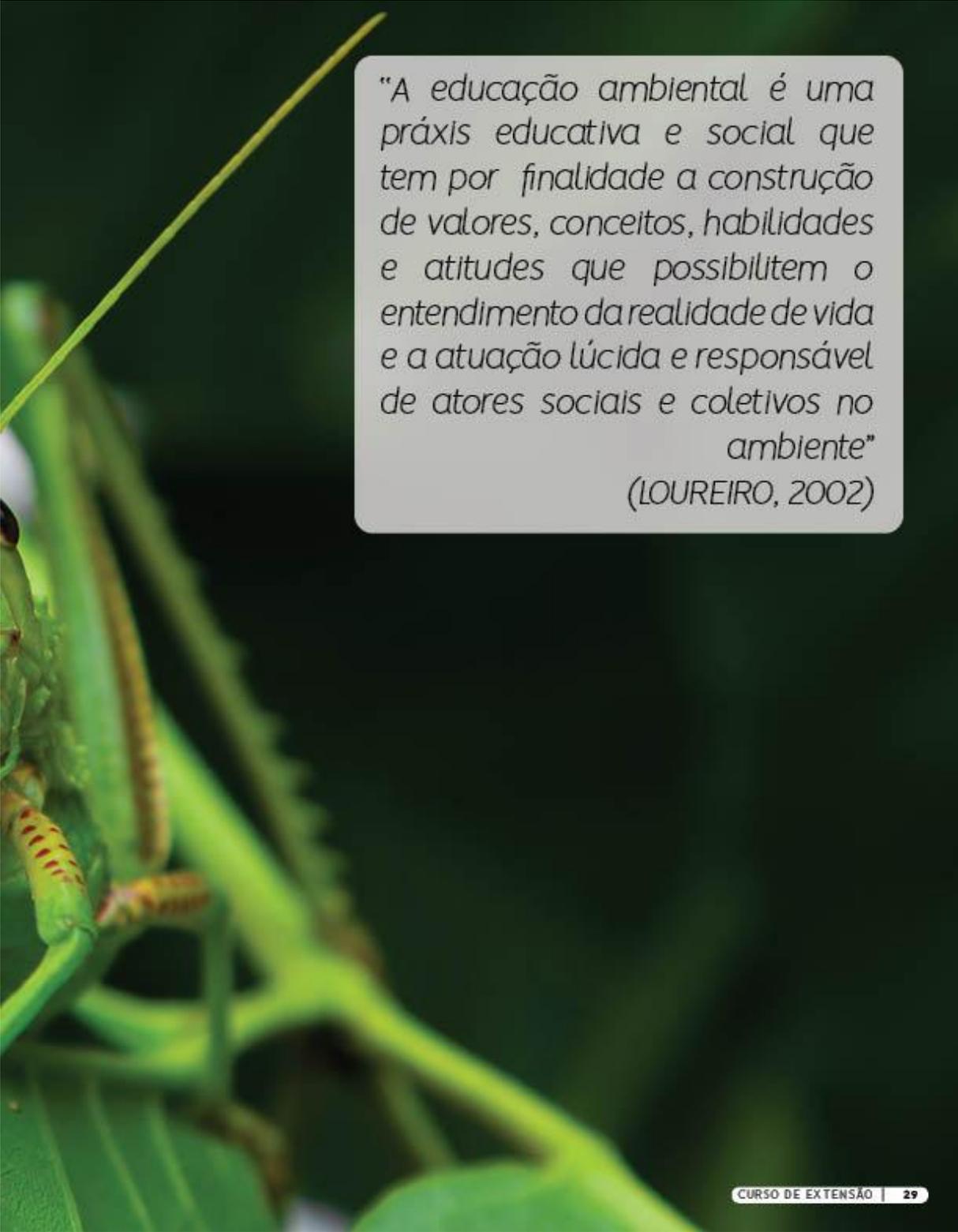
que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (p, 45) considera um conjunto de iniciativas no processo de planejamento e gestão dos cursos de educação profissional no que tange a Educação Ambiental:

- Abordagem da Educação Ambiental numa perspectiva sistêmica, integrada, inter e transdisciplinar, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento e componentes curriculares;
- Inserir a dimensão socioambiental na formação dos diversos perfis profissionais, relacionando-a ao exercício das funções técnico profissionais;
- Incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos técnicos e metodológicos que aprimorem a cidadania ambiental, com a participação ativa nas tomadas de decisão, com responsabilidade individual e coletiva em relação ao meio ambiente local, regional e global;
- Promover a educação ambiental, em todas as áreas técnicas, com o estudo sobre a legislação ambiental e gestão ambiental aplicáveis às respectivas áreas e atividades profissionais e empresariais;

- Reflexão a partir da dimensão socioambiental específica relacionada a cada habilitação profissional e ao exercício de cada atividade produtiva e laboral;
- Incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias e práticas produtivas limpas e apropriadas que permitam a sustentabilidade ambiental nas atividades econômicas, abordando o consumo sustentável e considerando processos desde a matéria-prima até o descarte final de resíduos.

As ações supracitadas visam um fortalecimento da Educação Ambiental, com vistas a promover uma gestão sustentável e a inserção da dimensão socioambiental nos currículos, na formação de professores e na elaboração de materiais didáticos. Dessa maneira o estudo da problemática ambiental, viabilizado através da Educação Ambiental, na educação profissional pode contribuir com práticas educativas que para ter sentido, deve colaborar com a busca e a construção de alternativas sociais que tenham amparo em princípios ecológicos, éticos e de justiça comprometidos com as gerações atuais e futuras. (Reigota, 2004).





“A educação ambiental é uma prática educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais e coletivos no ambiente”

(LOUREIRO, 2002)

TEMA 1

- BAHIA, Secretaria da educação. Programa de educação ambiental do sistema educacional da Bahia. ProEASE / Secretaria de educação do estado da Bahia. 2ª edição-Salvador SEC.2015.
- BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a política nacional de educação ambiental. Brasília,DF, 1999.
- BRASIL. ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. – 3 ed – Brasília: MMA, DF, 2005.
- BRASIL. Decreto nº 4.281/02 – Regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental. Presidência da República, Brasília, 2002.
- COSTA, Cesar Augusto. LOUREIRO Carlos Frederico Bernardo. Contribuições da pedagogia crítica para a pesquisa em educação Ambiental: um debate entre Saviani, Freire e Dussel. Revista Brasileira de Educação Ambiental. São Paulo.V.10.Nº1:180-200, 2015
- COSTA. César Augusto Soares da. LOUREIRO. Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental crítica e interdisciplinaridade: a contribuição da dialética materialista na determinação conceitual. TERCEIRO INCLuíDO ISSN 2237-079X NUPEAT-IESA-UFG, v.3, n.1, Jan./Jun., 2013, p. 1-22, Artigo 34
- DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental Princípios e Práticas. 3ª ed. São Paulo. Gaia. 1994.
- LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. A Educação Ambiental em disputa: a luta de classes na escola pública. ORG. Dionara Soares Ribeiro. et al Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo de metodologia. 2 ed – São Paulo:Expressão Popular, 2017.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardes. Premissas teóricas para a educação ambiental transformadora. rev. Ambiente e Educação. Rio Grande.8;37-54, 2003.
- TRATADO de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat_ea.pdf . Acesso:15/09/2018.
- HOFSTATTER. Lakshmi Juliane Valim . JUNIOR, Luiz Antônio Ferraro .Política Estadual de Educação Ambiental na Bahia: desafios à participação democrática Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, V. 30, n. 1, p. 217 – 236, jan./ jun. 2013.

TEMA 2

BRASIL. ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3 ed - Brasília: MMA, DE, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardes. Premissas teóricas para a educação ambiental transformadora. *rev.Ambiente e Educação*. Rio Grande. 8;37-54, 2003.

LÜDKE, Menga. ANDRE, Marli E.D.A. A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U, 2013

LAYRARGUES, Philippe Pomier. LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso em 04/08/2018 .

WOLKMER, Maria de Fátima Schumacher. PAULITSCH. Nicole da Silva. ÉTICA AMBIENTAL E CRISE ECOLÓGICA: reflexões necessárias em busca da sustentabilidade *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v.8 n.16 p.211-233 Julho/Dezembro de 2011

RODRIGUES . Ana Raquel de Souza. DEORCE, Mariluz Sartori. A Educação Ambiental em Diálogo com a Educação Profissional: em busca de racionalidades éticas e emancipatórias *AMBIENTE & EDUCAÇÃO* | vol. 19(1) | 2014

TEMA 3

BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. PRIETO, Elisson Cesar. Educação Ambiental: disciplina versus tema transversal. *Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambiental*. ISSN 1517-1256, v. 24, janeiro a julho de 2010.

CIAVATTA, Maria A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *Ensino médio integrado concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Maria Ciavatta. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? *Trabalho, Educação e Saúde*. 1. p. 45-60. 2003.

SANTOS, Robinson. ANDRIOLI, Antonio Inacio . Educação, globalização e neoliberalismo: o debate precisa continuar! *Revista Iberoamericana de Educação*. 2005.

TOMMASIELLO, Maria Guiomar Carneiro, ROCHA Erilda Marques Pereira da. Elânia Maria Marques Berga Mashi. A educação ambiental como tema transversal no ensino médio na perspectiva de professores. *Comunicações • Piracicaba • Ano 22 • n. 2 • p. 35-64 • Ed. Especial. 2015 • ISSN Impresso 0104-8481 • ISSN Eletrônico 2238-121X 35 DOI: <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v22n2ep35-64>*

TEMA 4

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 6, de 20 de setembro de 2012 que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: DF, 2012.

COSTA, Cesar Augusto. LOUREIRO Carlos Frederico Bernardo. Contribuições da pedagogia crítica para a pesquisa em educação Ambiental: um debate entre Saviani, Freire e Dussel. Revista Brasileira de Educação Ambiental. São Paulo.V.10.Nº1:180-200,2015

NICOLINI, Edvaldo Haroldo. Desafio da implantação das diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental na educação profissional: estudo de caso em escola técnica agrícola agrícola o estado de São Paulo. Piracicaba,2016. Dissertação de mestrado.Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro energia Nuclear na agricultura.

PAULA, Joaracy Lima de. HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. Educação Ambiental na Educação Profissional: caminhando em direção à formação humana integral. Revista ensino Interdisciplinar. V.2. nº5 05, julho/2016. Mossoró,RN.

REIGOTA, Marcos. Meio Ambiente e Representação Social. São Paulo: Cortez, 2004.

REFERÊNCIAS GERAIS

BAHIA, Secretaria da educação. Programa de educação ambiental do sistema educacional da Bahia. ProEASE / Secretaria de educação do estado da Bahia. 2ª edição-Salvador SEC.2015.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº9.795, de 27 de abril de 1999. dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a política Nacional de educação ambiental. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Decreto No 4.281/02 – Regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental. Presidência da República, Brasília, 2002.

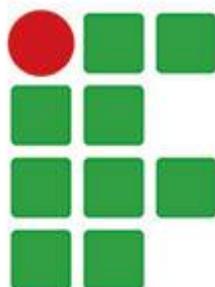
BRASIL. ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3 ed – Brasília: MMA, DF, 2005.

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Profissional e técnica de nível médio. CNE/CEB. nº6, 20 de setembro de 2012.

COSTA, Cesar Augusto. LOUREIRO Carlos Frederico Bernardo. Contribuições da pedagogia crítica para a pesquisa em educação Ambiental: um debate entre Saviani, Freire e Dussel. Revista Brasileira de Educação Ambiental. São Paulo.V.10.Nº1:180-200,2015

- GUIMARÃES, Mauro. A dimensão ambiental da educação. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- GRUN, Mauro. Ética e educação ambiental : conexão necessária. Campinas, SP. Papirus. 1996.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardes. Premissas teóricas para a educação ambiental transformadora. Rev. Ambiente e Educação. Rio Grande. 8;37-54, 2003.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. LIMA, Gustavo Ferreira da costa . As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso em 04/08/2018.
- PAULA, Joaracy Lima de. HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. Educação Ambiental na Educação Profissional: caminhando em direção à formação humana integral. Revista ensino Interdisciplinar. V.2.nº5 05, julho/2016. Mossoró. RN.
- REIGOTA, Marcos. Meio Ambiente e Representação Social. São Paulo: Cortez, 2004.
- RODRIGUES. Ana Raquel de Souza. DEORCE, Mariluz Sartori. A Educação Ambiental em Diálogo com a Educação Profissional: em busca de racionalidades éticas e emancipatórias AMBIENTE & EDUCAÇÃO | vol. 19(1) | 2014.
- WOLKMER, Maria de Fátima Schumacher. PAULITSCH, Nicole da Silva. Ética Ambiental e Crise ecológica: reflexões necessárias em busca da sustentabilidade. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.8 n.16 p.211-233 Julho/Dezembro de 2011.
- ZACARIAS, Rachel. "Sociedade do Consumo", ideologia do consumo e as iniquidades socioambientais dos atuais padrões de produção e consumo. In. Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico. Carlos Frederico Loureiro, Philippe, Pomier Layrargues. Ronaldo Souza de Castro (orgs.) São Paulo; Cortez, 2009.





**INSTITUTO
FEDERAL**
Bahia



PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA